

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

JAQUELINE VIGO COGUETO

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E CAFÉS ESPECIAIS:
CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DOS CAFÉS
DA REGIÃO DA SERRA DA MANTIQUEIRA DE MINAS GERAIS

Rio Claro - SP
2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

JAQUELINE VIGO COGUETO

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E CAFÉS ESPECIAIS:
CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DOS CAFÉS
DA REGIÃO DA SERRA DA MANTIQUEIRA DE MINAS GERAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
do Campus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Samuel Frederico

Rio Claro - SP
2014

633.73 Cogueto, Jaqueline Vigo
C677i Indicação Geográfica e cafés especiais : circuito espacial
produtivo e círculos de cooperação dos cafés da Região da
Serra da Mantiqueira de Minas Gerais / Jaqueline Vigo
Cogueto. - Rio Claro, 2014
166 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Samuel Frederico

1. Café. 2. Circuito espacial produtivo. 3. Círculos de
cooperação. 4. Indicação Geográfica. 5. Cafés especiais. 6.
Sul de Minas. I. Título.

JAQUELINE VIGO COGUETO

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E CAFÉS ESPECIAIS:
CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DOS CAFÉS
DA REGIÃO DA SERRA DA MANTIQUEIRA DE MINAS GERAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
do Campus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Geografia

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Samuel Frederico (orientador)

IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires

IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Francisco das Chagas do Nascimento Júnior

UFRRJ/Rio de Janeiro (RJ)

Rio Claro, 30 de Setembro de 2014

A Edmilson, Glaucia e Caroline,
com amor.

AGRADECIMENTOS

A jornada de construção desse trabalho, ao qual me remeto agora com tamanho carinho, teria sido árdua e infeliz, se apenas de mim emanasse a força e dedicação necessária para seu cumprimento.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Prestativos com minhas necessidades, pacientes com minha distância, detentores dos maiores sentimentos de gratidão e amor que eu poderia sentir na vida e a quem dedico esse trabalho: pai, mãe e irmã.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Geografia, pela infraestrutura disponibilizada.

Aos funcionários do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, especialmente os da seção Técnica de Pós Graduação, pela disposição e agilidade em servir.

À CAPES e à FAPESP, agradeço pelo apoio financeiro.

Ao querido prof. Samuel, agradeço pelos ensinamentos, incentivos, paciência e confiança, sem os quais não imaginaria escrever sequer as primeiras palavras desse trabalho.

Aos colegas e amigos orientandos do prof. Samuel, aos quais sempre pude contar para tirar dúvidas, dividir informações ou relaxar depois de algumas horas de estudo.

Agradeço aos integrantes das bancas de exame de qualificação e de defesa pelas excelentes contribuições. Ao prof. Elson, que admiro desde a graduação e cujas aulas tive a oportunidade e o prazer de participar durante a pós-graduação. Ao Francisco, que em conversas descontraídas à mesa de almoço fez nascer minha admiração e cujo belíssimo trabalho e plena disposição em ajudar só fizeram aumentar minha consideração.

Agradeço às amigas verdadeiras. Cada um à sua maneira me ajudando, divertindo e incentivando. Agradeço a Ana Alice, Daniel e Michele, partes de um passado alegre e de um presente gratificante. Às doces companheiras Fernanda e Gabriela, que tive o prazer de dividir alguns dos melhores momentos dos últimos anos. Aos meninos amigos e vizinhos, BH, Fanto, Lui, Renato e Zucão, que sempre me receberam de braços abertos para dividir assunto, dúvidas, risadas e comida. À animada turma da Vilinha por cuidar de mim (e do meu cachorro, às vezes) e me

fazer sorrir: Beraba, Bruce, Carlos (Bolinha) e Livia. Às amigas Maria e Paulinha e ao amigo Paulo (Guarú), pela constante presença, física ou não, nessa etapa da minha vida.

Agradeço à segurança e amor da segunda família que tenho a sorte de fazer parte agora. Ao Tomio, à Dega, ao Marcelo, à Akemi, ao Leo e ao Lucas, por me receberem como filha e irmã.

Por fim, agradeço ao Mizu, que melhor palavra não poderia defini-lo senão “companheiro”. Obrigada por dividir comigo o peso e as alegrias da produção deste trabalho. E obrigada pelos anos de troca, compreensão, carinho e amor.



Lambari - MG - Brasil
Fotografia: Steve McCurry (stevemccurry.com)

*“Boa comunicação é tão estimulante quanto
café preto e tão difícil quanto dormir depois”*

Anne Morrow Lindberg (2009)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação dos cafés especiais da região delimitada pela Indicação Geográfica da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais. A proposta principal é analisar os fluxos materiais (grãos, insumos, etc.) estabelecidos entre as diferentes etapas geograficamente separadas da produção (produção propriamente dita, troca, distribuição e consumo) e as relações entre os diferentes agentes, com o intuito de analisar a organização e a regulação da produção de café *Gourmet* e com *Indicação Geográfica*. Trata-se de analisar se a produção de cafés de qualidade superior e a certificação de origem permitem o desenvolvimento de novos circuitos produtivos, agregando valor e conferindo maior identidade e autonomia aos pequenos cafeicultores, quando comparado com o tradicional comércio de café *commodity*.

Palavras-chave: Circuito espacial produtivo; Círculos de cooperação; Indicação Geográfica; Cafés especiais; Sul de Minas.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the spatial productive circuit and the cooperation circles in the production of specialty coffee in the region bounded by the Geographical Indication of Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais region. The main purpose is to analyze material flows (grains, supplies, etc.) established between different stages of production (actual production, exchange, distribution and consumption), geographically separated, and the relationships between the different agents, in order to analyze the organization and regulation of Gourmet Coffee and Geographical Indication production. This is about to understand if the production of higher quality and certificated origin coffees allow the development of new productive circuits, adding value and giving more autonomy and identity to the small coffee growers, when compared to traditional coffee commodity trading.

Key-words: Productive spatial circuit; Cooperation circles; Geographical Indication, Specialty coffees; Sul de Minas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Principais regiões produtoras de cafés especiais no Brasil	61
Figura 2 - Difusão da Filoxera na Europa entre os anos de 1880 e 1900	69
Figura 3 - Evolução da superfície de vinhedos na Espanha entre 1877 e 1926.....	70
Figura 4 - Embalagens dos cafés da linha regiões brasileiras da empresa Melitta ...	81
Figura 5 - Linha de cafés da empresa Santo Grão.....	82
Figura 6 - A região de Castilla y León e suas denominações de origem.....	89

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de soja armazenada em estoques públicos brasileiros entre 1987 e 1997	39
Gráfico 2 - Evolução dos recursos de crédito rural no Brasil entre 1969 e 2012.....	41
Gráfico 3 - Operações de crédito agrícola pelo setor privado entre 1988 e 2010 (em milhões de reais)	42
Gráfico 4 - Valores do café brasileiro no mercado internacional: 1965 – 2011	51
Gráfico 5 - Cafeicultura: porcentagens de valor acumulado pelos países consumidores e produtores, de custos com transporte e perda de peso durante o transporte e do valor pago aos produtores entre 1971 e 1995.....	52
Gráfico 6 - Localização das indicações geográficas no mundo.....	64
Gráfico 7 - Preços dos vinhos com e sem do exportados em novembro de 2010	76
Gráfico 8 - Climograma de Carmo de Minas - MG	101
Gráfico 9 - Origem dos círculos de cooperação inerentes à cadeia produtiva dos cafés especiais da região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais	107
Gráfico 10 - Participação de componentes no Custo Operacional Efetivo (COE), para lavouras mecanizadas e de colheita manual em 2012.....	109

IMAGENS

Imagem 1 - Demarcações das indicações geográficas Champange (França) e Douro (Portugal).....	87
Imagem 2 - Cadeia de montanhas a Sudeste e relevo típico da comunidade autônoma de Castilla y León.....	88
Imagem 3 - Localização das cidades de São Lourenço e Carmo de Minas - MG.....	97
Imagem 4 - Região da Serra da Mantiqueira face Sul mineira.....	98
Imagem 5 - Morros e araucárias em Carmo de Minas - MG e região.....	99
Imagem 6 - Araucárias e cafezal em Lambari - MG.....	100
Imagem 7 - Lavouras de café da Serra da Mantiqueira de Minas em detalhes.....	113
Imagem 8 - Processo de lavagem e máquina lavadora de café.....	114
Imagem 9 - Descascadores e processo de descascamento do café.....	115
Imagem 10 - Controle de produção e rastreabilidade.....	116
Imagem 11 - Granja São Francisco e produção de cafés especiais ao fundo.....	117
Imagem 12 - Fazenda do Serrado.....	118
Imagem 13 - Galpão de beneficiamento e armazenamento da COCARIVE.....	124
Imagem 14 - Parte do maquinário do armazém da COCARIVE.....	125
Imagem 15 - Laboratório de análise física, química e sensorial do café especial da Mantiqueira de Minas.....	130
Imagem 16 - Potenciais turísticos da região da Mantiqueira de Minas.....	134
Imagem 17 - Sinalização para o café especial na entrada de carmo de Minas – MG.....	135
Imagem 18 - Mirante e paisagem no Sítio da Torre, em Carmo de Minas.....	136
Imagem 19 - Cafeteria Unique Cafés, em São Lourenço – MG.....	141

MAPAS

Mapa 1 - Municípios englobados pela delimitação da Indicação de Procedência da região da Mantiqueira de Minas.....	96
Mapa 2 - Características tecnológicas e associativas da agricultura familiar brasileira.....	111

Mapa 3 - Vias de escoamento interligadas à região Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais	128
Mapa 4 - Importação de cafés brasileiros	138
Mapa 5 - Circuito espacial produtivo dos cafés especiais da região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais	143

QUADROS

Quadro 1 - Principais parâmetros de diferenciação do café e principal forma de sinalização da especialidade.....	57
Quadro 2 - Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação da produção de cafés especiais da região da serra da mantiqueira do estado de minas gerais	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PRODUÇÃO VEGETAL, NÚMERO DE TRATORES E MÉDIA DE PESSOAL OCUPADO NO BRASIL POR ANO	25
TABELA 2 - INDICADORES DA CONCENTRAÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL - 1970 E 1975	26
TABELA 3 - RENDIMENTO MÉDIO E VARIAÇÃO PERCENTUAL NO RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA* ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1980	29
TABELA 4 - QUANTIDADE PRODUZIDA EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO BRASIL POR ANO: 1950 A 1985.....	30
TABELA 5 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DE QUANTIDADE PRODUZIDA EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO BRASIL POR ANO: 1950 A 1985.....	31
TABELA 6 - QUANTIDADE DE CAFEEIROS ERRADICADOS E ÁREA LIBERADA PARA PLANTIOS ALTERNATIVOS POR ESTADO	34
TABELA 7 - DESLOCAMENTO DA CAFEICULTURA E CRESCIMENTO DAS CULTURAS ALTERNATIVAS NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS, SÃO PAULO E PARANÁ.....	35
TABELA 8 - PORCENTAGEM DE PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS EM DOMICÍLIOS RURAIS POR GRAU DE ESCOLARIDADE, BRASIL, 2001-2012	45
TABELA 9 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA E RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA, 1985 - 2006	46
TABELA 10 - CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS POR MUNICÍPIO (2005).....	47
TABELA 11 - CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS POR UNIDADE FEDERATIVA E POR REGIÃO (2005).....	48
TABELA 12 - QUANTIDADE PRODUZIDA E VARIAÇÃO EM ÁREA PLANTADA: 1960 - 2006	49
TABELA 13 - COTAÇÃO DO CAFÉ BRASILEIRO (08/07/2013).....	59
TABELA 14 - PERCENTUAL DO VALOR FINAL RECEBIDO NA RELAÇÃO ILLYCAFFÈ/PRODUTOR	140

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café
ACE - *Alliance for Coffee Excellence*
AIC - Acordo Internacional do Café
APEX - Brasil Agência de Promoção de Exportações do Brasil
APROCAM - Associação dos Produtores de Café da Serra da Mantiqueira
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
BSCA - sigla em inglês para Associação Brasileira de Cafés Especiais
CAIs - Complexos Agroindustriais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNA - Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COB - Classificação Oficial Brasileira (para classificação de qualidade de cafés)
COCARIVE - Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde
COE - Custo Operacional Efetivo
COOPERRITA - Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí
COOPERVASS - Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda.
CPR - Cédula de Produto Rural
CUP - Convenção da União de Paris
DO - Denominação de Origem / *Denominación de Origen*
DOCa - *Denominación de Origen Calificada*
DOP - *Denominación de Origen Protegida*
EMATER - Empresa de Assistência Técnica
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FUNCAFÉ - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GATT - sigla em inglês para Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAA - Instituto do Açúcar e Alcool

IAC - Instituto Agrônomo de Campinas
IBC - Instituto Brasileiro do Café
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG - Indicação Geográfica
IGP - *Indicación Geográfica Protegida*
IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária
IP - Indicação de Procedência
ITC - sigla em inglês de Centro de Comércio Internacional
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEMV - Observatório Español del Mercado del Vino
OIC - Organização Internacional do Café
OMC - Organização Mundial do Comércio
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRRC - Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais
SEAPA - Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Minas Gerais)
SCAA - *Specialty Coffee Association of America*
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
TRIPs - sigla em inglês para Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados ao Comércio
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UnB - Universidade de Brasília
VC - *Vinos de Calidad con Indicación Geográfica*
VP - *Vinos de Pagos*
VPCa - *Vinos de Pagos Calificados*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 CAPÍTULO I - MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E CAFEICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA: HERANÇAS TÉCNICAS E POLÍTICAS	23
2.1 Expansão e modernização da agricultura no território brasileiro: a agricultura técnico- científica entre as décadas de 1960 e 1980.....	24
2.2 Cafeicultura técnico-científica: a modernização da produção cafeeira no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980.....	32
2.3 Políticas neoliberais e a agricultura científica globalizada: mudanças técnicas e políticas a partir da década de 1990.....	38
2.4 Cafeicultura científica globalizada: a nova regulação cafeeira a partir da década de 1990	50
2.5 Emergência dos cafés especiais: espaço de valorização e de contradições.....	55
3 CAPÍTULO II - INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E CAFÉS ESPECIAIS - O RECENTE ENSAIO NO CAMPO BRASILEIRO	63
3.1 Indicação geográfica na Europa e na Espanha: tradição secular.....	64
3.1.1 Origens do controle de procedência de produtos: a tradição na demarcação de regiões produtivas.....	66
3.1.2 Oficialização das indicações geográficas: aspectos normativos na construção da legislação europeia e espanhola	67
3.1.3 A vantagem da diferenciação na criação das indicações geográficas	72
3.2 Indicações Geográficas no Brasil: o reconhecimento oficial da região produtora.....	77
3.3 Indicação geográfica e região: coexistências dialéticas	83
3.3.1 Região natural e histórico-cultural.....	85
3.3.2 A regionalização como fato e como ferramenta	86
4 CAPÍTULO III - CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO CAFÉ DA SERRA DA MANTIQUEIRA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	92
4.1 Cafés especiais da região da Mantiqueira de Minas: economicamente convenientes, naturalmente favorecidos	93
4.1.1 Conveniência econômica	93
4.1.2 Eficiência natural	95
4.2 Indicação de Procedência dos cafés da Mantiqueira de Minas: a região e o reconhecimento	102
4.2.1 Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação dos cafés especiais da Serra da Mantiqueira.....	105

4.2.1.1 A produção de cafés entre as montanhas mineiras	107
4.2.1.2 Armazenagem e transporte: os sistemas técnicos a serviço da qualidade	123
4.2.1.3 Troca: valorização e comercialização dos cafés especiais.....	129
4.2.1.4 O consumo e a proximidade de agentes.....	136
4.2.1.5 O circuito espacial produtivo em representação	141
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 145
 ANEXOS	 155

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o circuito espacial produtivo de café *commodity*, anteriormente regulado pelos acordos interestatais, passou a ser controlado pelas grandes empresas transnacionais de torrefação e moagem e *tradings* agrícolas. Numa tentativa de se contrapor à lógica das *commodities* surgiram vários movimentos, por parte de consumidores, produtores e organizações internacionais, vinculados, entre outros, a produção de cafés especiais (*Fairtrade*, Sombreado, Orgânico, *Gourmet* e de Origem Controlada). Estas iniciativas têm como objetivos agregar valor à produção e conferir maior identidade aos cafeicultores e regiões produtoras, aproximando os produtores do consumidor final. Trata-se de uma espécie de *descommoditização* da produção.

O objetivo desta pesquisa é analisar o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação dos cafés especiais produzidos nos municípios delimitados pela Indicação de Procedência do café da Região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais. Entende-se por uma região reconhecida por apresentar aspectos fisiográficos e histórico-culturais ideais para a produção de cafés de excelente qualidade. O intuito principal é verificar até que ponto a certificação de origem controlada e a produção de cafés de excelente qualidade aproximam os produtores do consumidor final, agregando valor à produção, diminuindo o número de intermediários e criando novos canais de comercialização. Trata-se de analisar se a produção de cafés especiais confere ou não maior identidade e autonomia aos pequenos produtores de base familiar¹.

Para tanto, a análise foi conduzida através de dois aspectos principais: a) caracterização do circuito espacial produtivo do café especial e com Indicação Geográfica, levando em consideração os aspectos produtivos propriamente ditos (sistemas técnicos utilizados, estrutura fundiária, condições fisiográficas que intervêm na qualidade da bebida, etc.), a distribuição espacial (logística), troca (canais e formas de comercialização) e consumo (mercado interno e externo); b)

¹ Para Daviron e Ponte (2007), a *identidade* diz respeito ao reconhecimento por parte dos consumidores da origem do café consumido e a *autonomia* refere-se a maior independência dos pequenos produtores com relação aos intermediários (corretores e *tradings*) no momento da comercialização do café.

análise das relações entre os principais agentes envolvidos nos círculos de cooperação, como produtores, associação, Estado e empresas exportadoras.

O café constitui-se como uma das principais *commodities*² agrícolas mundiais. De acordo com o anuário estatístico da Organização Internacional do Café (OIC), na safra 2012/13, a produção mundial chegou à aproximadamente 145 milhões de sacas de 60 kg (OIC, 2014). O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café, responsável por 35% e 25% do total das ultimas safras, respectivamente. Com relação aos cafés especiais, isto é, aqueles que apresentam algum diferencial com relação ao café *commodity* - como o café de qualidade superior, orgânico ou com certificação de origem -, o país também se destaca como o maior produtor mundial, com cerca de três milhões de sacas, na safra 2009/10 (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 2011).

Ao longo da maior parte do século XX, e principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, a cafeicultura mundial foi fortemente regulada pelo Estado. A criação do Acordo Internacional do Café (AIC), em 1962, promoveu o aumento dos preços internacionais (maiores médias históricas) e do percentual da participação dos produtores no valor final do produto por meio de acordos estabelecidos entre os países produtores e importadores (DAVIRON, PONTE, 2007).

Contudo, a partir da década de 1990, a adoção das políticas neoliberais (HARVEY, 2005) e a consequente abertura comercial promoveram uma “desregulamentação” do mercado cafeeiro mundial (SOUZA, 2006). É também a partir da década de 1990, que ocorreu no Brasil uma maior centralização do capital (SMITH, 1988) da produção e comércio de *commodities* agrícolas, isto é, uma onda de fusão e aquisição de empresas torrefadoras e *tradings* agrícolas (BORGES; COSTA, 2009).

² O termo *commodity* surgiu nos Estados unidos em meados do século XIX e refere-se a uma invenção econômico-financeira (CRONON, 1991). "O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc” (SANDRONI, 1999). São produtos padronizados a nível mundial, cujos preços são cotados e negociados no mercado de commodities: centros financeiros. Grande parte dos negócios é realizada em função de uma entrega de mercadoria futura. Submete variadas escalas de produção à lógica global ou única do mercado, transforma e especializa regiões de produção de modo que o próprio controle de produção (o que, como, quanto produzir) seja imposto a partir de ordens exógenas.

Tratou-se, na verdade, de uma nova regulação do mercado internacional de café por parte das grandes empresas transnacionais promovida pelo fim dos AICs e pela extinção da maioria dos institutos nacionais ligados à cafeicultura. A diminuição da intervenção estatal provocou uma queda acentuada nos preços internacionais e no percentual do valor final do produto recebido pelo produtor, que alcançaram os menores índices históricos no início das décadas de 1990 e 2000 (DAVIRON; PONTE, 2007).

Nesse contexto, denominado por diversos autores de crise do café (TALBOT, 2004; BACON, 2008; DAVIRON; PONTE, 2007), é que se consolidaram os cafés especiais, como uma tentativa de agregar valor à produção cafeeira, assemelhando-se, em alguns casos, a uma *anticommodity*.

Os registros de produtos agroalimentares como indicações geográficas³ surgiram para manter uma legislação que pune as falsificações e imitações e certifica as especificidades produtivas de cada região, desenvolvendo uma forma de proteção aos produtores e aos consumidores. Atualmente, mais que uma garantia de veracidade e qualidade, a indicação geográfica tem sido uma opção para garantir a competitividade do produto mundialmente.

Desde as primeiras indicações geográficas oficiais até as mais recentes legislações europeias, passaram-se mais de dois séculos. No entanto, é no período atual da globalização (SANTOS, 2000), que se consolidam e se valorizam, cada vez mais, o controle de procedência e a origem dos produtos.

A tradição em delimitar terras para autenticar produtos diferenciados é secular e as vantagens econômicas dessa iniciativa são observadas desde sua origem. O uso político dessa dinâmica, porém, é revelado no decorrer da história e concretizado em normas mundiais do comércio atual, que afetam todos os países. Buscamos, portanto, analisar as Indicações Geográficas brasileiras a partir da compreensão de suas origens e consolidação.

Em via dupla, a formação regional de uma indicação geográfica caracteriza-se por uma consequência do e uma busca pelo aprofundamento da divisão espacial do

³ Como termo genérico, entenderemos por indicação geográfica a certificação oferecida por órgão reconhecido pelo governo vigente de cada país ao produto ou serviço produzido ou prestado dentro de um espaço delimitado, de maneira específica ou não, conferindo a este uma distinção dos demais.

trabalho, que é resultado da valorização do modo de produção diferenciado neste fragmento do espaço.

Por um lado, a formação regional, ou a delimitação de uma indicação geográfica, ocorre como consequência do aprofundamento da divisão territorial do trabalho. Nesse momento, fazemos referência ao resgate, de certa forma, pela indicação geográfica, da ideia de região derivada do estabelecimento de solidariedades orgânicas (SANTOS, 1985), designando aquelas regiões que foram historicamente construídas a partir do desenvolvimento de um *savoir-faire*, derivado de uma forma de produzir somada aos condicionantes fisiográficos.

Por outro lado, a delimitação de uma indicação geográfica, também ocorre através da busca pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho. Trata-se do objetivo principal da obtenção da indicação geográfica: agregação de valor simbólico à produção (DAVIRON; PONTE, 2007), requisito necessário para o *marketing* regional (reconhecimento de que a região produz produtos de qualidade superior) e consequente inserção competitiva da região no mercado internacional. Intimamente ligadas às mudanças nos modos de produção, há mudanças na estrutura e na dinâmica do espaço geográfico. Delimitar e certificar um fragmento do espaço geográfico, portanto, significa, também, certificar o modo de produção em determinada região, aprofundando a divisão territorial do trabalho.

Com a crescente especialização produtiva dos lugares, possibilitada pela combinação entre o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações e a política de Estados e empresas, aumentam os fluxos materiais e informacionais, distanciando cada vez mais os locais de produção e consumo. Daí a importância de se analisar conjuntamente com o aprofundamento da especialização produtiva regional a circulação, através da noção de circuito espacial produtivo.

Com base em Arroyo (2001), Santos e Silveira (2001), Santos (1986) e Moraes (1985), Castillo e Frederico (2010a, p.464) propõem que:

Os circuitos espaciais de produção pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente; os círculos de cooperação no espaço, por sua vez, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção.

A análise dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação, portanto, permite captar os fluxos que perpassam as diferentes etapas da produção espacialmente fragmentadas, além de identificar os agentes que detêm o poder de regulação da produção.

No caso das regiões cafeeiras, a um controle técnico local, expresso pela eficiência produtiva, se opõe a falta de um controle político, derivado da regulação externa (do crédito, do preço dos produtos, dos insumos químicos e mecânicos, das inovações físicas, químicas e biológicas) exercida pelos agentes intermediários, sobretudo, as grandes empresas de torrefação e *tradings* agrícolas. Desse modo, a produção de café *commodity* cria nos municípios uma vulnerabilidade social, econômica e territorial, pois sua produção está diretamente ligada à regulação de agentes internacionais.

Numa tentativa de se contrapor à lógica das *commodities* e aos agentes intermediários, os produtores de 22 municípios localizados na face sul-mineira da Serra da Mantiqueira, filiados a Associação dos Produtores de Café da Serra da Mantiqueira (APROCAM), vêm tentando diferenciar-se qualitativamente, por meio da produção de cafés especiais e pelo registro de Indicação Geográfica.

Portanto, adotamos, para essa pesquisa, uma abordagem a partir da formação regional (como decorrência do aprofundamento da divisão espacial do trabalho) e da circulação (com base na ideia de circuito espacial produtivo).

Em primeiro lugar, compreender e adotar uma abordagem teórico-metodológica eficaz e abrangente foi essencial para manter a coesão do pensamento durante a pesquisa e permitir a sistematização dos resultados encontrados. A partir da compreensão da importância das heranças históricas, o capítulo I da presente

pesquisa estruturou-se em forma de uma periodização para analisar o fenômeno de consolidação da cafeicultura científica globalizada e a emergência dos cafés especiais.

No segundo capítulo, buscamos nos aprofundar no entendimento em torno das indicações geográficas. Considerando a curta trajetória brasileira a partir da criação da legislação nacional a esse respeito, compreendemos que apurar sobre as origens, a consolidação e a atual conjuntura mundial do controle de procedência dos produtos seria fundamental para a compreensão desse fenômeno no Brasil. A partir dessa análise tentou-se compreender o fenômeno das indicações geográficas a partir das noções de região relacionadas a ele.

No capítulo III, buscamos descrever e analisar o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação dos cafés especiais produzidos na região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais.

Por ultimo, a guisa de conclusão, discorreremos sobre o caráter, por vezes contraditório, de combate à lógica das *commodities* atribuído à produção especializada de cafés e ao emprego das indicações geográficas na região em análise.

2 CAPÍTULO I - MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E CAFEICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA: HERANÇAS TÉCNICAS E POLÍTICAS

2.1 Expansão e modernização da agricultura no território brasileiro: a agricultura técnico-científica ente as décadas de 1960 e 1980

A partir da década de 1960, a agricultura brasileira passou por profundas transformações. A adoção do paradigma da Revolução Verde, a formação dos Complexos Agroindustriais (MÜLLER, 1982; GRAZIANO DA SILVA, 1996; ELIAS, 2006b) e a centralidade do Estado, no que se diz respeito à regulação da produção e do comércio de produtos agrícolas, foram os principais eventos que contribuíram para as transformações na agricultura brasileira.

Durante a década de 1970, firmou-se em alguns países subdesenvolvidos o paradigma da Revolução Verde⁴. A implantação desse paradigma, apoiado no discurso de combate à fome mundial, consistiu em aumentar a produtividade agrícola, com o intuito de suprir as demandas do mercado internacional, aprofundando a divisão internacional do trabalho. O principal órgão difusor desse novo pacote de técnicas no Brasil foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1973. A partir do amplo trabalho de disseminação do paradigma, ainda que os sistemas técnicos precedentes não tivessem sido abandonados por completo, os novos sistemas técnicos agrícolas tornaram-se praticamente indispensáveis.

No período entre 1960 e 1980, o Brasil conheceu também a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Os CAIs foram incentivados pelos programas governamentais e políticas agrícolas brasileiras com o intuito de modernizar a produção através da industrialização da agricultura (BACHA, 1988)⁵. A formação

⁴ A denominação Revolução Verde refere-se a um amplo modelo de modernização da agricultura, criado pela Fundação Rockefeller, nos Estados Unidos, com intenção de aumentar a produção agrícola no Terceiro Mundo, sob o discurso de combate à fome mundial. Esse programa incluía a adoção de novas técnicas na agricultura, para aumentar a produtividade em menor espaço de tempo, e desenvolvimento de novas sementes de plantas, mais resistentes e adaptadas aos insumos produzidos pelas grandes empresas. Esse modelo padronizado de agricultura foi difundido aos países subdesenvolvidos produtores.

⁵ De acordo com Braga (2002), na década de 1960, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) acreditava que o desenvolvimento das indústrias nacionais teria grande importância no desenvolvimento econômico da América Latina. O autor afirma que, para a CEPAL, a industrialização era defendida como: a) uma forma de absorver a crescente disponibilidade de mão de obra; b) proporcionadora de difusão tecnológica e elevação de produtividade, contribuindo para as taxas de crescimento da região; c) uma forma de romper com o processo de deterioração dos termos de troca, ou seja, evitar que o valor atribuído

desses complexos visou maximização de lucros e aquisição de *royalties* por parte das grandes empresas e indústrias químicas, pautando-se no aumento da produção e da produtividade agrícola através da inserção de atividades industriais no campo. O interesse do capital nacional e de empresas privadas nacionais e internacionais na produção agropecuária brasileira foi responsável por uma vasta implantação de indústrias nas variadas fases da cadeia produtiva agropecuária:

(...) a montante da agropecuária, fornecedores de insumos modernos (fertilizantes, máquinas, sementes etc.), e a jusante, transformadores dos produtos agropecuários (agroindústrias), com um intenso processo de instalação de indústrias, que assumem o comando das transformações no setor (ELIAS, 2006b, n.p.).

Graziano da Silva (1980; 1996) denomina esse processo - de investimentos, implantação de indústrias e apropriação da agricultura nacional por parte de grandes empresas multinacionais - de industrialização da agricultura.

Os dados sobre o aumento de quantidade produzida, juntamente com o aumento da quantidade de tratores, e o decréscimo no número de pessoal ocupado por estabelecimento agropecuário entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil evidenciam a concretização da agricultura industrializada.

Tabela 1 - Produção vegetal, número de tratores e média de pessoal ocupado no Brasil por ano					
ANO	1960	1970	1975	1980	1985
PRODUÇÃO (em tonelada)	68.753.426	109.033.339	129.985.571	195.739.915	299.353.072
MÉDIA DE PESSOAL OCUPADO (por estabelecimento)	4,68	3,57	4,07	4,10	4,03
NÚMERO DE TRATORES (unidades)	61.345	165.870	323.113	545.205	665.280

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

internacionalmente aos produtos da América Latina fossem baixos comparados aos seus custos de produção, processo que, segundo Prebisch (1949), causa impossibilidade de amortecer a desigualdade estabelecida no mercado mundial.

Entre 1960 e 1970 a produção vegetal brasileira aumentou cerca de 30%. Esse incremento da produção, consequência das novas técnicas de manejo, foi auxiliado pelo uso de tratores e novos cultivares nos estabelecimentos agropecuários (aumento de mais de 63% no mesmo período). Paralelamente, houve um decréscimo na média de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários de aproximadamente 20%. No período de 1960 a 1985, o resultado se repete. Enquanto a quantidade de produção e o número de tratores aumentou (cerca de 75% e 90% respectivamente), a média de pessoal ocupado diminuiu (aproximadamente 10%).

As políticas de crescimento da industrialização brasileira exigiram a aquisição de novos produtos do ramo industrial, acelerando a incorporação de tecnologias modernas na produção rural (GRAZIANO DA SILVA, 1980). Teve-se início um processo de transformação de uma agricultura mais orgânica e com poucos insumos químicos para uma agricultura caracterizada pelo aumento do uso de insumos químicos e mecânicos e pelas novas técnicas de plantio e manejo. Essas transformações tinham como objetivo aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção. A Tabela 2 demonstra algumas das principais transformações no modo de produzir na agricultura brasileira.

Tabela 2 - Indicadores da concentração do processo de industrialização da agricultura no Brasil - 1970 e 1975								
*	Adubação Química		Arado com tração mecânica		Serviços de Empreitada		Financiamento	
ANO	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
% DOS ESTABELECIMENTOS ANALISADOS	9,0	18,2	2,1	3,8	20,7	18,1	9,9	12,1

Fonte: Müller (1982)

Em um período de apenas cinco anos, a porcentagem de estabelecimentos agrícolas que informaram utilizar adubação química mais que dobrou. Também aumentaram as porcentagens de estabelecimentos que se utilizavam do arado com tração mecânica e que obtiveram financiamento para investimento e/ou custeio da

produção. Paralelamente, a porcentagem de estabelecimentos que se utilizavam de serviços de empreitada diminuiu em cerca de 2%. Pode-se dizer que a contratação de serviços de mão de obra temporária para produção e/ou colheita diminuiu devido a uma maior utilização de insumos químicos, uso de novas técnicas de manejo e financiamento para compras de maquinário. Para Elias (2006b, n.p.), essas mudanças caracterizaram "uma nova organização econômica e social da agropecuária, que acompanha a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro".

A estrutura produtiva da agricultura brasileira no período entre as décadas de 1960 e 1980 transformou-se, sobretudo, sob ampla regulação do Estado. Através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, da criação da EMBRAPA, em 1973, e da implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PDN), em 1974, o Estado brasileiro possibilitou que as transformações na base técnica da agricultura fossem inseridas efetivamente no território nacional (DELGADO, 1985).

Conforme afirma Delgado (1985), o SNCR era amplamente vinculado aos meios de produção industrial. As vantagens do financiamento rural, interligado à adoção da nova base técnica (FREDERICO, 2013a), tanto ofereciam vantagens ao agricultor como favoreciam a indústria. Sob a conjuntura da industrialização da agricultura nacional, os principais objetivos do sistema de crédito rural eram:

Art.3º(...)

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (BRASIL, 1965).

A criação da EMBRAPA na década de 1970, atrelada ao Ministério da Agricultura, tinha por finalidade apoiar o desenvolvimento tecnológico da agricultura

a partir de pesquisas e da disseminação dessas pesquisas. A criação da empresa pública partiu de cinco princípios básicos: a) transferência de tecnologia - a respeito da transferência de materiais (como matrizes, equipamentos, sementes melhoradas, etc. que seriam adaptados às condições brasileiras) e da transferência de capacidades (seja o *know how*, as metodologias científicas para estudos, a capacidade técnica, entre outros); b) planejamento - baseado na ideia de projetos regionais por produtos, adaptando os pacotes tecnológicos internacionais ao Brasil; c) relacionamento da pesquisa - visando utilizar as facilidades das universidades para desenvolver a pesquisa básica e para o treinamento de pesquisadores; d) flexibilidade administrativa - referente à possibilidade de contratação de serviços ou convênios, elaboração de orçamento próprio, contratação de técnicos e treinamento de pessoal fora da instituição; e) disseminação de conhecimento e interdisciplinaridade técnica - apoiando a ampla transferência das pesquisas e dos pacotes tecnológicos à comunidade rural (EMBRAPA INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, 2006).

Quanto à implantação do II PND, possibilitou-se a efetivação de dois planos nacionais para a modernização da agricultura: o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, densamente vinculados à política de substituição de importações.

No processo de modernização da agricultura ainda podemos destacar outras ações estatais: a criação dos Institutos de Pesquisa Estatais; a criação, em 1975 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER); o desenvolvimento do Departamento de Meios de Produção para Agricultura (D1).

Assim como a regulação e os incentivos institucionais supracitados, o sucesso de grandes e médios proprietários rurais que já haviam adotado o novo pacote de técnicas também estimulou os demais agricultores a adotarem o novo pacote tecnológico. A tabela abaixo demonstra que, após a década de 1970 o aumento do rendimento médio da produção agrícola foi substancialmente maior que nas décadas anteriores.

Tabela 3 - Rendimento médio e variação percentual no rendimento médio da produção agrícola* entre os anos de 1950 e 1980				
ANO	1950	1960	1970	1980
RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO (quilogramas por Hectare)	63.832,08	67.792,03	78.011,15	98.986,03
PERÍODO	1950 - 1960		1960 - 1970	1970 - 1980
VARIAÇÃO PERCENTUAL NO RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO	6,20%		15,07%	26,89%

*Corresponde à soma entre o rendimento médio das produções de café em grão, cacau (amêndoa), laranja, uva, algodão em caroço, arroz em casca, cana de açúcar, feijão em grão, fumo em folha, mandioca, milho em grão, soja em grão e trigo em grão.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) - Censos Agropecuários

Enquanto na década de 1950 o crescimento percentual não ultrapassou os 7%, na década de 1960 os produtores rurais conheceram um aumento de quase o dobro. No entanto, foi na década de 1970 e partir da disseminação dos novos pacotes tecnológicos que a produção agrícola obteve o maior aumento de rendimento médio de seus produtos⁶.

Destarte, seja pela intenção de desenvolver sua produção e obter maiores lucros, seja por parte das demandas do mercado e políticas nacionais, os agricultores encontraram-se obrigados a estabelecer novos padrões técnicos e científicos (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A difusão dessas modernizações, no entanto, não foi homogênea. De acordo com Frederico (2008), as possibilidades de sobrevivência dos pequenos agricultores que não tiveram condições de adquirir os novos pacotes de tecnologias ou de acompanhar as mudanças que se implantavam no mercado agrícola passaram a ser cada vez menores. Igualmente, segundo Graziano da Silva (1980, p.18),

⁶ Ainda que o crescimento da produção agrícola tenha sido evidenciado pela Tabela 3, ressaltamos que, no mesmo período, de acordo com os Censos Agropecuários (IBGE), o aumento do rendimento das produções de *commodities* agrícolas (como laranja, cana de açúcar e soja) superou amplamente o crescimento do rendimento da produção agrícola comum (como o feijão e a mandioca), demonstrando o interesse e o investimento no crescimento da produção de *commodities* em detrimento das outras culturas.

(...) a ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarização dos camponeses: através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis "bóias-frias".

O interesse estatal na renda dos agricultores foi gradativamente substituído pelo interesse nas receitas de exportação e nos benefícios que as exportações agrícolas poderiam proporcionar (DAVIRON, PONTE, 2007).

A produção da agricultura passou a ser destinada, preponderantemente, à produção de *commodities* e de matérias-primas para suprir às demandas das agroindústrias em expansão. A Tabela 4, sobre a quantidade produzida de produtos agrícolas comuns, comparada à quantidade produzida de *commodities* agrícolas, no período entre 1950 e 1985, evidencia o supracitado.

Tabela 4 - Quantidade produzida em estabelecimentos agropecuários no Brasil por ano: 1950 a 1985						
ANO	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Produção Agrícola Comum						
BANANA (Mil cachos)	174.614	188.585	255.477	247.054	303.698	352.639
FEIJÃO EM GRÃO (Toneladas)	1.240.075	1.419.602	1.518.846	1.598.252	1.732.044	2.235.812
MANDIOCA (Toneladas)	7.319.699	8.912.741	14.588.768	11.672.739	11.050.601	12.432.171
Produção de commodities agrícolas						
SOJA EM GRÃO (Toneladas)	45.023	216.033	1.884.227	8.721.274	12.757.962	16.730.087
LARANJA (Mil frutos)	4.389.472	6.735.669	15.418.119	22.922.586	39.223.245	59.208.442
CANA-DE-AÇÚCAR (Toneladas)	22.920.101	39.857.707	67.759.180	79.959.024	139.584.521	229.882.037

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Elaboração: Jaqueline Vigo Coguetto

Quanto à quantidade absoluta produzida, damos especial atenção para alguns casos específicos. Na década de 1950, a quantidade de mandioca produzida era cerca de uma vez e meia maior que a produção de laranjas e aproximadamente 160 vezes maior que a produção de soja em grão. Como dito anteriormente, a agricultura

entre as décadas de 1960 e 1980 passou a ser preponderantemente orientada a produção de *commodities*: no ano de 1985, a produção de mandioca tornou-se 1,3 vez menor que a produção de soja e mais de quatro vezes e meia menor que a produção de laranja. Considerando a produção total dos produtos escolhidos para esta análise, deduzimos ainda que em 1950, a produção agrícola convencional era cerca de três vezes menor que a produção de *commodities* agrícolas. Entretanto, em 1985, essa diferença aumentou para mais de 20 vezes. A tabela a seguir nos explicita a variação percentual para cada produto no mesmo período.

Tabela 5 - Variação percentual de quantidade produzida em estabelecimentos agropecuários no Brasil por ano: 1950 a 1985				
ANO	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1960-1985
Produção Agrícola Comum				
BANANA (Mil cachos)	8,00%	35,47%	18,87%	86,99%
FEIJÃO EM GRÃO (Toneladas)	14,48%	6,99%	14,04%	57,50%
MANDIOCA (Toneladas)	21,76%	63,68%	-24,25%	39,49%
Produção de commodities agrícolas				
SOJA EM GRÃO (Toneladas)	379,83%	772,19%	577,09%	7644,23%
LARANJA (Mil frutos)	53,45%	128,90%	154,40%	779,03%
CANA-DE-AÇÚCAR (Toneladas)	73,90%	70,00%	106,00%	476,76%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário; Organização: Jaqueline Vigo Coguetto

Dentre os produtos selecionados, não houve nenhum crescimento de produção agrícola convencional que tenha superado o crescimento de qualquer uma das *commodities* agrícolas no período considerado. Entre 1960 e 1985, a menor diferença entre o crescimento percentual foi de 389,77% entre a produção de cana-de-açúcar e a produção de bananas. A maior diferença foi de mais de 7.600% entre a produção de soja em grão e a produção de mandioca.

Resumidamente, entre as décadas de 1960 e 1980, a Revolução Verde, a formação dos CAIs e a ampla regulação do Estado protagonizaram significativas transformações de ordem técnica e política e promoveram a reestruturação produtiva da agricultura brasileira (ELIAS, 2006a). Essas transformações levaram à emergência do que estamos denominando de agricultura técnico-científica

(SANTOS, 2000), cuja base da produção estava atrelada à difusão de novas técnicas e avanços científicos inerentes a constituição do meio técnico-científico no campo brasileiro (SANTOS, 2012a).

A cafeicultura brasileira, entre as décadas de 1960 e 1980, também foi reestruturada. Acompanhando a lógica da agricultura técnico-científica instalada no Brasil e o crescente interesse em ampliar a produção de *commodities* agrícolas, a produção cafeeira, sobre forte regulação estatal, passou a adotar variedades de alta resposta a insumos modernos (GRAZIANO DA SILVA, 1996) e pacotes tecnológicos internacionais.

2.2 Cafeicultura técnico-científica: a modernização da produção cafeeira no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980

A partir da década de 1960, a cafeicultura brasileira, guiada pela modernização da agricultura que se consolidou no Brasil no mesmo período, teve suas bases técnicas e políticas transformadas. Através do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e do Instituto Brasileiro do Café (IBC), as políticas de aumento de produção e de produtividade se materializaram na cafeicultura. Através dessas políticas, os produtores de café foram estimulados a modificar suas bases técnicas e substituir cafeeiros: a intenção era trocar as espécies menos produtivas por cafeeiros mais produtivos e mais dependentes de insumos químicos e mecânicos.

Articulado com empresas fornecedoras de insumos agrícola⁷, o IAC desenvolveu variedades mais produtivas de café como o Catuaí Amarelo e o Mundo Novo. As pesquisas do IAC tinham por finalidade aumentar a produtividade e combater pragas e doenças (GRAZIANO DA SILVA, 1994). Estas pesquisas estavam inseridas no processo de industrialização da agricultura: as espécies de alto

⁷ Entre as décadas de 1950 e 1970 até meados da década de 1970, o IAC articulou-se com diversas empresas fornecedoras de insumos agrícolas para obtenção de recursos financeiros que permitiriam uma maior independência do Estado nas pesquisas científicas, essas parcerias foram chamadas de Fundos de Pesquisa. De acordo com Graziano da Silva (1996, p.13), "os Fundos de Pesquisa funcionavam como fonte de financiamento adicional, que variavam durante sua existência entre 5% e 15% do orçamento do IAC, constituído com doações de empresas privadas fornecedoras de insumos para a agricultura, como a Fundação Rockefeller, Cooperativa Agrícola da Cotia, Shell Mex, a Standard Oil do Brasil, Anderson Clayton (esta última financiando trabalhos com soja), Moinho Santista (para trigo), Serrana e Quimbrasil S.A. (para algodão), Manah S.A. (para pesquisas com adubos)".

rendimento eram sensíveis ao uso dos insumos químicos produzidos pela indústria nacional e estrangeira. Uma das estratégias para inserir essas novas espécies foi o crédito rural: oferecido para os produtores de café mediante a adoção de novos cultivares sensíveis ao uso de fertilizantes e agrotóxicos desenvolvidos pelo IAC (FREDERICO, 2008).

A regulação da cafeicultura nacional era exercida pelo IBC⁸, cujas visavam valorizar o café, sustentar os preços, aumentar o consumo interno, criar indústrias de café solúvel, controlar a abertura de novas empresas de transformação e inibir a entrada de empresas estrangeiras no Brasil. Com a criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), o IBC buscou intensificar sua atuação na modernização da cafeicultura.

O GERCA, criado em 1961, objetivava fortalecer e diversificar a estrutura econômica das zonas cafeeiras do Brasil. Dentre as suas principais ações destacam-se: deslocamento da cafeicultura para regiões com condições edafoclimáticas e econômicas favoráveis; estímulo à concorrência entre os produtores; desenvolvimento do mercado cafeeiro nacional (atuando na cadeia produtiva do café desde a distribuição até o consumo); fomento ao cooperativismo, ao crédito rural e à distribuição do café (BRASIL, 1961).

Três programas desenvolvidos pelo GERCA, na década de 1970, foram responsáveis por grande parte das transformações na cafeicultura dos principais estados produtores (São Paulo, Paraná e Minas Gerais). O Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira teve como finalidade erradicar pés de café menos produtivos, oferecendo indenizações e financiando culturas substitutivas. Distintamente, o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras

⁸ Criado em 1952, o IBC designou-se a realizar a política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro. De acordo com a Lei 1779, de 22 de Dezembro de 1952, as diretrizes do IBC foram: "a) promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e de tecnologia do café (...); b) difusão das conclusões das pesquisas e experimentações úteis à economia cafeeira (...); c) radicação do cafeeiro nas zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção e a obtenção das melhores qualidades (...); d) defesa de um preço justo para o produtor (...); e) aperfeiçoamento do comércio e dos meios de distribuição ao consumo, inclusive transportes; f) organização e identificação da propaganda (...); g) realização de pesquisas e estudos econômicos para perfeito conhecimento dos mercados consumidores de café e de seus sucedâneos (...); h) fomento do cooperativismo de produção, do crédito e da distribuição mudé entre os cafeicultores".

visava financiar a implantação e ampliação de agroindústrias de pequeno e médio porte na cafeicultura e aumentar a produtividade dos cafeeiros.

Outra política criada pelo GERCA foi o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC) - motivado pelo declínio de produtividade das safras e pelo aparecimento da ferrugem do cafeeiro. Com esse Plano, o GERCA buscou renovar e recuperar o parque cafeeiro brasileiro. O PRRC teve como base de ação o uso do crédito rural e de assistência técnica, apoiados na pesquisa do café. O Plano, que vigorou durante a década de 1970, tinha como objetivo direcionar a produção do café para as regiões do estado de Minas Gerais que ofereciam melhores condições edafoclimáticas.

Tabela 6 - Quantidade de cafeeiros erradicados e área liberada para plantios alternativos por estado						
ESTADOS	Cafeeiros erradicados (mil pés)			Área Liberada (ha)		
	1ª Fase (1962/66)	2ª Fase (1966/68)	Soma	1ª Fase (1962/66)	2ª Fase (1966/68)	Soma
SÃO PAULO	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.134
MINAS GERAIS	230.546	133.139	363.703	241.538	111.596	353.134
PARANÁ	125.772	124.185	249.957	161.062	146.000	307.062
ESPÍRITO SANTO	67.903	235.272	303.175	60.429	239.000	299.429
OUTROS	54.887	108.257	163.144	50.726	115.000	165.726
TOTAL	723.546	655.797	1.379.343	818.517	673.131	1.491.648

Fonte: Carvalho, 1999

De acordo com Carvalho (1999), a quantidade de cafeeiros erradicados durante a primeira (de 1962 a 1966) e a segunda fase (de 1966 a 1968) do PRRC foi de cerca de 1,3 bilhão de pés, correspondente a uma área liberada de cerca de 1,5 milhão de hectare.

No estado de São Paulo, o cultivo da cana-de-açúcar e da laranja substituíram gradativamente o café. No estado do Paraná, o cultivo da soja e, mais tarde, a grande geada no ano de 1975 (que dizimou o que havia sobrado da cafeicultura no estado), foram responsáveis pela substituição de culturas.

Com a demanda contínua e a menor oferta, o preço do café sofreu um aumento significativo (BACHA, 1988) na década de 1970. A partir disso, aumentou o incentivo para plantio de cafezais em Minas Gerais – onde a cafeicultura apresentava melhor rentabilidade em relação à sua alternativa econômica, a pecuária. A transferência da cafeicultura para o estado teve como principal motivo a tentativa de baixar os preços e fortalecer o mercado cafeeiro nacional.

Tabela 7 - Deslocamento da cafeicultura e crescimento das culturas alternativas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná						
*		1960	1970	1975	1980	1985
SOJA EM GRÃOS (toneladas)	MG	21	2.392	47.744	246.764	638.558
	SP	1.131	92.317	629.577	958.897	952.196
	PR	3.547	411.642	3.103.049	4.408.495	4.161.322
	Brasil	216.033	1.884.227	8.721.274	12.757.962	16.730.087
CANA-DE-AÇÚCAR (toneladas)	MG	1.501.260	4.067.220	3.735.559	7.677.901	11.222.122
	SP	14.173.703	30.340.214	34.565.920	72.257.080	125.000.840
	PR	722.824	1.686.252	1.689.534	4.110.750	10.373.983
	Brasil	39.857.707	67.759.180	79.959.024	139.584.521	229.882.037
LARANJA (mil frutos)	MG	416.050	755.052	847.172	1.245.582	1.731.232
	SP	2.085.138	8.520.874	16.688.021	32.223.243	50.626.175
	PR	314.146	301.376	236.547	363.774	467.635
	Brasil	6.735.669	15.418.119	22.922.586	39.223.245	59.208.442
CAFÉ EM COCO (toneladas)	MG	592.984	328.100	292.837	507.370	1.342.516
	SP	1.344.918	466.757	849.728	793.870	1.048.578
	PR	1.635.122	116.900	1.195.013	367.914	569.186
	Brasil	4.069.493	1.140.510	2.502.219	2.117.351	3.699.989

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

No ano de 1960, a produção de soja em grão no estado do Paraná (segundo maior produtor do Brasil) correspondia à aproximadamente 1,5% de toda a produção

nacional. Já no ano de 1980, após a ação dos planos de racionalização da cafeicultura e substituição de produção, a produção de soja no Paraná passou a corresponder a mais de 30%. A produção de laranja teve um desenvolvimento ainda maior no Estado de São Paulo, superando um crescimento de 90% entre os anos de 1960 e 1980, enquanto os estados de Minas Gerais e Paraná, somados, obtiveram uma queda de quase 4% na produção. O Estado de São Paulo também se consagrou como maior produtor de cana-de-açúcar durante as décadas de 1960 e 1970. No ano de 1980, por exemplo, o Estado de São Paulo detinha cerca de 55% de toda a produção nacional do produto.

Com os planos estatais de erradicação, substituição de culturas, racionalização e melhoramento tecnológico da produção e distribuição do café, o estado de Minas Gerais consagrou-se como o maior produtor brasileiro de café. Em 1985, a produção de café de Minas Gerais correspondia a mais de 35% do total nacional.

Observando as mudanças de base técnica e política, Bacha (1988, p.9) afirma que a partir da década de 1970, "desenvolveu-se uma nova cafeicultura num velho Estado cafeeiro". Dessa forma, o autor articula que as mudanças ocorridas entre as décadas de 1960 e 1980 não transformaram a essência da economia cafeeira nacional: a produção de *commodity* para atender às demandas do mercado internacional.

Mundialmente, as políticas do café eram estabelecidas pelos Acordos Internacionais do Café (AICs⁹), no âmbito da OIC. Os AICs eram responsáveis por regular o mercado de café através de medidas de sustentação de preços. O Brasil, como líder do mercado produtor, tinha importância central nessas políticas (SAES; NAKAZONE, 2002).

A cafeicultura passou a ser cada vez mais direcionada segundo os padrões de negociação das *commodities* nas bolsas de valores. De acordo com Rollo (2009, p. 19),

⁹ Criado em 1962, o primeiro AIC tinha a função de regulamentar o mercado cafeeiro a nível mundial, buscando manter um sistema de controle de produção e de comércio entre países produtores e países consumidores, para evitar a flutuação dos preços e acumulação de excedentes que não poderiam ser vendidos.

(...) a forte presença do Estado no mercado cafeeiro inibia a modernização necessária para a produção de cafés finos, mais caros e competitivos, o que contrariava interesses de grandes empresas torrefadoras de café.

Dessa forma, a oferta de menores preços de venda do café ocorreu em detrimento de uma produção não diferenciada, onde a qualidade dos grãos ou as condições sociais e ambientais ficaram em segundo plano.

Em meados da década de 1980, iniciou-se o processo de extinção do IBC¹⁰ e, em 1989, um conjunto de contrariedades entre os interesses brasileiros e as políticas do AIC fez com que o Brasil se recusasse a aceitar as cláusulas econômicas do acordo, culminando em sua ruptura. Ao tempo em que a regulamentação cafeeira deixou de ser administrada pelos AICs e pelo IBC, abriu-se espaço para que empresas torrefadoras transnacionais assumissem o papel de comando do comércio internacional de café (OXFAM, 2002, p. 7).

Com o comércio do café regido exclusivamente pelos interesses das grandes empresas transnacionais, os produtores passaram a produzir quantidades indiscriminadas de excedentes a fim de conquistar fatias maiores no mercado internacional. A superprodução mundial do café piorou as condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores e culminou em uma queda acentuada dos preços internacionais nas décadas de 1990 e 2000. Concomitantemente, a agregação de lucro pelas torrefadoras resultou em um menor percentual do valor final da venda do café recebido pelos produtores (OXFAM, 2002).

¹⁰ De acordo com Saes (1997, p. 82), a extinção do instituto se deu por vários motivos: as críticas e denúncias contra o IBC e sua burocracia, com cerca de cinco mil empregados, culminaram com uma auditoria realizada pelo Ministério da Indústria e Comércio. Da auditoria, inicia-se uma reforma administrativa na autarquia, que culmina com o fechamento dos escritórios e entrepostos, no exterior, e a dissolução do GERCA. Em 1986, cria-se o Conselho Nacional de Política Cafeeira (CNPC), que passou a ser encarregado de formular as políticas para o setor, e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), para administrar os recursos da quota de contribuição. O IBC passou então a exercer apenas atividade de apoio técnico ao CNPC. A regulamentação interna tinha chegado ao fim. Em março de 1990, o IBC é extinto e a quota de contribuição é fixada em zero.

2.3 Políticas neoliberais e a agricultura científica globalizada: mudanças técnicas e políticas a partir da década de 1990

O período que emergiu a partir da década de 1990 consagrou a agricultura científica globalizada (FREDERICO, 2013a). Esse período se diferenciou dos demais sob alguns aspectos principais: a) a produção agrícola com atuação reduzida do Estado e direcionada ainda mais ao favorecimento da atuação de empresas transnacionais; b) consolidação econômica e de poder de regulação das empresas multinacionais de transformação e *tradings* agrícolas; c) novos sistemas técnicos apoiados na disseminação da informática, da microeletrônica, da biotecnologia, da engenharia genética e da formação e transmissão de banco de dados no campo; d) novas demandas à organização e à localização da produção agrícola, caracterizando a exacerbação da especialização territorial produtiva.

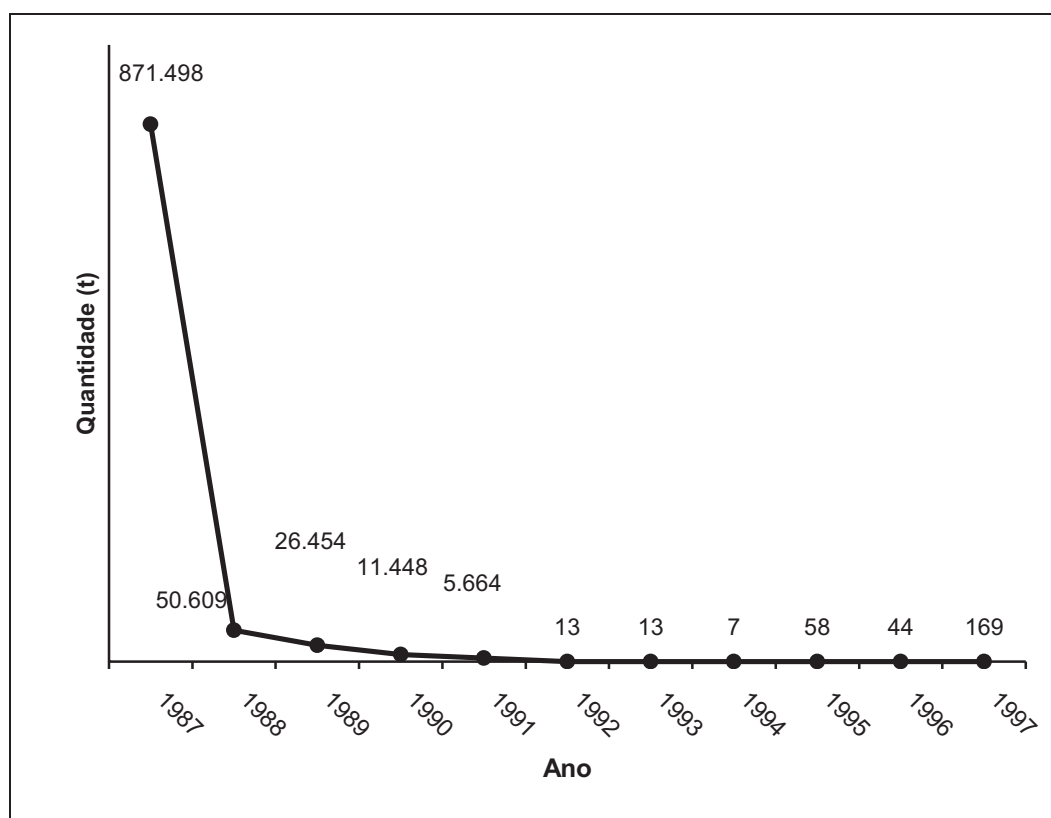
Em meio ao processo de consolidação do neoliberalismo¹¹, a produção agrícola passou por uma profunda redução e redirecionamento da atuação estatal na agricultura. Nesse período observam-se grandes esforços estatais como um viabilizador das ações empresariais, colocando em cheque a sua posição soberana enquanto um servidor solidário ao público. Esse processo favoreceu a consolidação das empresas multinacionais de transformação e das *tradings* agrícolas na regulação do mercado. Assim, conhecemos a decadência da política agrícola estatal e a construção da regulação política das empresas (SANTOS, 1997; FREDERICO, 2010). Durante esse período de transição, diversos eventos asseguraram a participação das *tradings* e agroindústrias na política agrícola nacional. Dentre esses eventos, destacamos: a) a transferência do controle de distribuição dos alimentos dos estoques públicos para as empresas privadas do mercado global; b) o fornecimento de crédito e negociações com contratos futuros pelas empresas de insumos, agroindústrias e *tradings*; c) o controle dos preços mundiais das *commodities* ditados pelas bolsas de mercadoria e mercado futuro.

¹¹ Para Harvey (2010), “neoliberalismo” trata-se de um projeto que surgiu na crise dos anos 1970, para legitimar políticas severas que serviriam para restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Para o autor, um dos princípios básicos do neoliberalismo foi de que os estados nacionais deveriam sempre intervir nas políticas do país de modo a ser, sempre, a favor das instituições financeiras.

Primeiramente, idealizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a política de segurança alimentar passou a substituir as políticas nacionais de soberania alimentar (OLIVEIRA, 2012). Resumidamente, a política de segurança alimentar constituiu-se sobre discurso do controle da produção de alimentos para distribuição em momentos de crise e de combate à fome. Essa política, no entanto, baseava-se na ideia de que o mercado livre, pregado pelo neoliberalismo, seria a melhor maneira de controlar a produção e seus preços. Desta maneira, a política de segurança alimentar da FAO funcionou como uma ferramenta de controle de preços dos alimentos pelas empresas transnacionais, colocando os produtos armazenados em estoques nacionais a disposição do mercado.

Podemos observar a efetivação deste ideário neoliberal por meio da análise da evolução do estoque público de uma das maiores *commodities* agrícolas brasileiras: a soja.

Gráfico 1 - Quantidade de soja armazenada em estoques públicos brasileiros entre 1987 e 1997*



*Quantidade de soja estocada no mês de maio de cada ano.

Fonte: CONAB (Série histórica dos estoques públicos – Soja), 2013.

O deslocamento de quase 870 mil toneladas de soja dos estoques públicos brasileiros nos cinco anos consecutivos a 1987 demonstra, por um lado, a efetividade a nível global das reformas e acordos comerciais internacionais voltadas ao mercado liberal – como a Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), responsável pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, e a criação do bloco econômico Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991 - e, por outro, a concretização de uma reforma comercial e aduaneira nacional entre os anos de 1989 e 1994 (DELGADO, 1995).

A diminuição expressiva na quantidade de soja armazenada nos estoques públicos no Brasil foi reflexo de ambas as políticas internacionais e nacionais, ou, nas palavras de Delgado (1995, p.7), “as reformas comerciais externas acentuam o caráter liberal do comércio, afetando o sistema de intervenção política de estoques públicos, enquanto a crise fiscal que perpassa todo o período realiza um desmonte parcial desse sistema”.

Pode-se inferir que a liberação dos estoques nacionais foi mais uma das manobras políticas e econômicas a serviço do mercado global, conferindo o comando sobre os preços das *commodities* para as empresas transnacionais que aumentaram seu domínio no mercado¹².

A favor do escoamento (armazenagem, distribuição e comercialização) da produção agrícola pelo setor privado, tivemos a criação da Lei nº 8.427 de 1992 que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. A Lei favoreceu a liberação dos estoques públicos nacionais. Através dela, foram ofertados prêmios ou bonificações para o produtor que utilizasse do setor privado para escoamento do produto. Tratou-se, pois, de um mecanismo governamental brasileiro que propagou a diminuição do volume de produtos agrícolas nos estoques públicos e transferiu o controle desse escoamento para as empresas privadas.

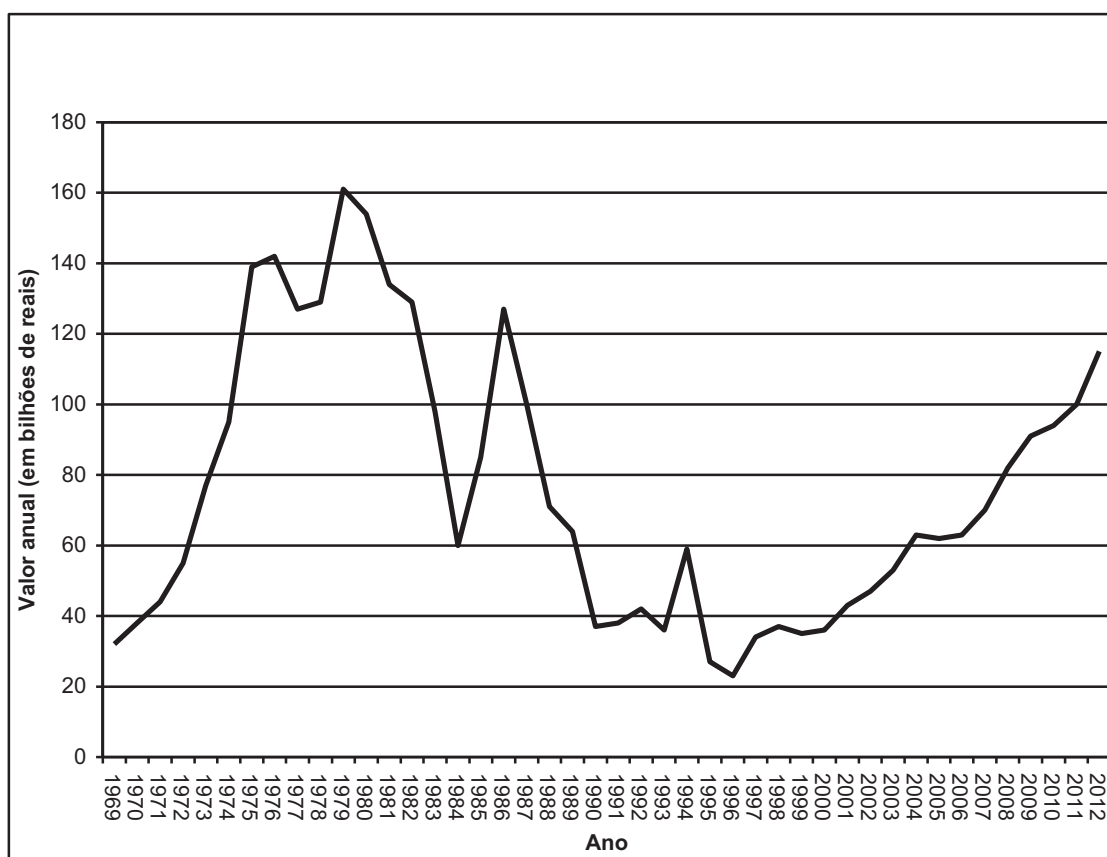
Outro mecanismo adotado pelo governo brasileiro foi a instituição da Cédula de Produto Rural (CPR) pela Lei 8.929 de 1994. A CPR consiste em um documento

¹² Delgado (1995) oferece um estudo minucioso sobre os principais elementos da política nacional que contribuíram para o deslocamento de grandes quantidades de produtos agrícolas armazenados pelo governo a partir da consolidação do neoliberalismo. O relatório, que avalia a regulamentação dos preços públicos e o financiamento do sistema de estoques de alimentos ligado à política agrícola, também apresenta as principais características que a estocagem pública brasileira passou a adotar nesse período.

oficial de venda antecipada de parte da produção (antes de seu plantio) para agentes privados. Com a venda de parte da produção já garantida, os estoques públicos passaram a ser cada vez menos utilizados. O objetivo da criação da CPR foi o de assegurar os preços futuros e transferir à iniciativa privada o financiamento do custeio da produção agrícola.

A compreensão da evolução do oferecimento de crédito rural pelo governo brasileiro, a partir da década de 1970, contribui para nossa análise sobre as principais mudanças ocorridas na transição da agricultura técnico-científica para a agricultura científica globalizada brasileira.

Gráfico 2 - Evolução dos recursos de crédito rural no Brasil entre 1969 e 2012



Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2012.

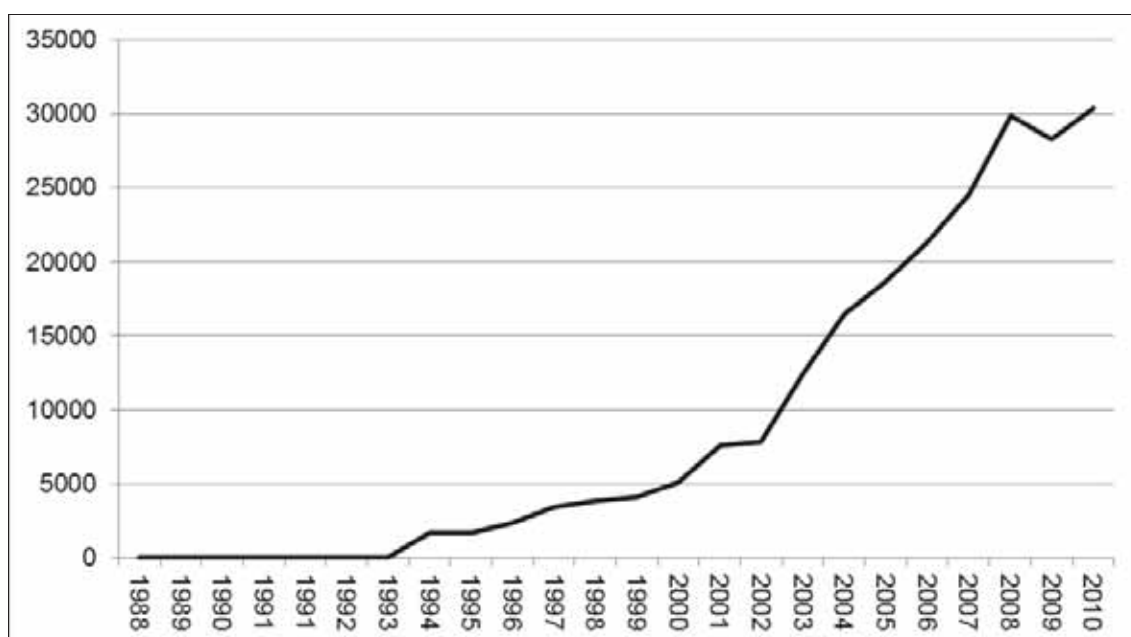
O Gráfico 2 permite distinguir pelo menos três momentos na evolução dos valores oferecidos de crédito rural entre as décadas de 1970 e 2000. Como analisado anteriormente, as décadas de 1970 e 1980 correspondem a um período de grande intervenção estatal com vistas à modernização agrícola. Neste período,

de acordo com Frederico (2010), a porcentagem da participação do estado no crédito agrícola chegou a ser de até 92% em 1985.

A partir da década de 1980, houve um decréscimo do valor total de crédito rural oferecido. Esse decréscimo ocorreu, principalmente, devido ao fim dos altos índices de subsídio estatal à agricultura, caracterizando o período a partir da década de 1990.

No momento após o ano de 1996 o valor total de crédito rural oferecido passa por um novo crescimento. No entanto, é no mesmo período, a partir da década de 1990, que a participação estatal no oferecimento do crédito rural chega aos níveis mais baixos, beirando 2,5% no ano 2000. Neste período, a grande parcela do valor de crédito distribuído se dá em virtude de recursos que passaram a ser obrigatórios aos bancos públicos e privados, bem como a maior participação das empresas de insumos, agroindústrias e *tradings* no fornecimento desse crédito.

Gráfico 3 - Operações de crédito agrícola pelo setor privado entre 1988 e 2010 (em milhões de reais)



Fonte: Ipeadata - Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Moeda e Crédito (BCB Boletim/Moeda), 2014.

Mesmo com a diminuição da participação do Estado, o volume de crédito aumentou gradativamente a partir da década de 1990. O Gráfico 3 mostra o valor de operações de crédito realizadas apenas pelo setor privado e nos evidencia a

tendência, a partir da década de 1990, de bancos e empresas privadas investirem na agricultura. Sobre o crédito é importante ressaltar ainda, que a partir do início da década de 2000, o Estado brasileiro restaurou o SNCR, com o intuito de acrescentar às exportações de commodities agrícolas para gerar saldos de comércio exterior para o pagamento dos serviços da dívida externa e para suprir o déficit de conta corrente e reverter a consequente redução das reservas internacionais.

Durante a década de 1990, a redução da intervenção estatal na agricultura brasileira também foi possibilitada pelo fim de diversos institutos de controle dos setores da agricultura como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), IBC.

Diante dessa situação política mundial, os preços das *commodities* agrícolas deixaram de ser controlados a partir da quantidade armazenada nos estoques públicos ou pelos órgãos governamentais e passaram a ser controlados pelas bolsas de mercadorias (controladas pelas empresas que detinham o produto físico ou a ser comprado) e pelos contratos futuros.

Como resultado dessa configuração política e econômica mundial do período, também se sucederam novas transformações nos sistemas técnicos aplicados à agricultura. Paralelamente, a emergência das tecnologias de informação no campo arquitetou uma nova conjuntura no campo: a agricultura científica globalizada. Segundo Frederico (2013a, p.5), a agricultura científica globalizada é entendida como um novo padrão agrícola que emergiu da superação de três pilares:

a) o aperfeiçoamento e, em certa medida, a superação do padrão tecnológico difundido pelo paradigma da Revolução Verde, com a adoção das novas tecnologias da informação como a informática, a microeletrônica, a biotecnologia, a engenharia genética e a formação e transmissão de bancos de dados; b) o aumento das exportações de produtos primários em detrimento dos produtos processados, como é o caso da soja (principal *commodity* agrícola de exportação); c) e a menor atuação do Estado como o principal regulador da agricultura, com a privatização e/ou sucateamento da maioria das empresas e instituições públicas responsáveis pelos diferentes aspectos da produção agrícola (financiamento, política de preços mínimos, armazenamento, produção de adubos e fertilizantes).

Enquanto o período anterior ficou caracterizado pela adoção de novos padrões técnicos e utilização de insumos químicos e mecânicos, o período da agricultura científica globalizada conheceu a consolidação da informática, da automação e da

robótica no campo. O acesso a informação e a formação e transmissão de banco de dados possibilitaram a "unicidade do tempo" (SANTOS, 2012a). Para Santos (2012a), a sociedade atual tem a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos espacialmente separados, possibilitando a percepção da simultaneidade.

A inserção da informática no campo, além de possibilitar aos produtores o alcance à informação mundial e proporcionar maior rastreabilidade no fluxo material dos circuitos espaciais produtivos, trouxe à tona um novo modelo tecnológico de produção que denominamos agricultura de precisão (ARACRI, 2008). A agricultura de precisão consiste na conjunção de diversas etapas na produção agrícola envolvendo análise de solo, inserção de insumos, técnicas de plantio e planos de produtividade, executados sob a precisão de uma pequena parcela do solo delimitada. De acordo com Aracri (2008, p.2) trata-se de um sistema que integra geotecnologias aos equipamento mecânicos, utilizando-se de seis tecnologias de suporte: "sistemas de posicionamento global (GPS), sistemas de informação geográfica (SIG), sensoriamento remoto, plantio direto, mecatrônica (automação) e estatística".

Os avanços na área de biotecnologia e engenharia genética também caracterizaram o período. Através da identificação, isolamento e clonagem de genes em laboratório, a sociedade passou a ser marcada pelo o aumento do poder de transformação de características dos seres vivos (principalmente no que tange a agropecuária), criando plantas mais resistentes às mudanças climáticas, pragas e doenças e instituindo plantas e animais mais produtivos. Para Elias (2006b, n.p.):

o uso da engenharia genética viabilizou um maior número de safras anuais e de crias por animal reprodutor, multiplicando a produtividade do setor. Propiciou, assim, a diminuição do ciclo biológico vegetal e animal, ou seja, a diminuição do tempo de produção, até então sempre muito superior ao tempo de trabalho aplicado.

Portanto, conforme aponta a autora, o uso da engenharia genética propiciou e tem propiciado um aumento significativo nos lucros, tornando a agricultura cada vez mais atrativa para os conglomerados nacionais e multinacionais.

A inserção de tais mudanças tecnológicas e científicas nos processos produtivos do campo trouxeram alterações significativas na contratação de mão de obra. Como podemos observar pela análise da Tabela 8, todas as regiões brasileiras

- com exceção para a região Norte - apresentaram um decréscimo na porcentagem de pessoas economicamente ativas com instrução de até três anos de estudos e um aumento de pessoas economicamente ativas com instrução maior que onze anos nos domicílios rurais.

Tabela 8 - Porcentagem de pessoas economicamente ativas em domicílios rurais por grau de escolaridade, Brasil, 2001-2012				
*	Grupos de anos de estudo	Ano		Variação 2001 - 2012
		2001	2012	
BRASIL	Sem instrução à até 3 anos de instrução	5,76%	3,19%	-2,57%
	de 11 à mais anos de instrução	0,57%	1,57%	1,00%
NORTE	Sem instrução à até 3 anos de instrução	1,42%	5,79%	4,37%
	de 11 à mais anos de instrução	0,11%*	2,17%	2,06%
NORDESTE	Sem instrução à até 3 anos de instrução	13,16%	6,64%	-6,52%
	de 11 à mais anos de instrução	0,67%	2,14%	1,47%
SUDESTE	Sem instrução à até 3 anos de instrução	2,42%	1,19%	-1,23%
	de 11 à mais anos de instrução	0,41%	0,94%	0,53%
SUL	Sem instrução à até 3 anos de instrução	4,37%	1,8%	-2,57%
	de 11 à mais anos de instrução	0,97%	2,25%	1,28%
CENTRO-OESTE	Sem instrução à até 3 anos de instrução	4,1%	2%	-2,10%
	de 11 à mais anos de instrução	0,66%	1,16%	0,50%

*Devido à falta de dados para a região no ano de 2001 utilizaram-se os dados do ano de 2002

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

No caso do campo moderno, a contratação de mão de obra não especializada passou a ser esporádica (normalmente em períodos de colheita quando a necessidade do trabalho manual é mais necessário), uma vez que durante grande

parte do processo de produção agropecuário os equipamento automotivos bastavam. Opostamente, a contratação de trabalhadores especializados expandiu. De acordo com Elias (2006a), veterinária, administração, agronomia, especialistas em engenharia genética e técnicos agrícolas compõem um novo quadro de profissões que servem à agricultura científica globalizada.

Ao processo conjunto de globalização e fragmentação/regionalização (SANTOS, 1999) deriva a exacerbação da especialização regional produtiva, caracterizando um tipo de região funcional aos mercados internacionais (SANTOS, 1994). De acordo com Castillo (2008, p.8), a especialização espacial produtiva "gera condições para o aumento da produção e da produtividade, elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e regiões para um determinado tipo de produção". A tabela a seguir apresenta a quantidade de estabelecimentos agropecuários por região e o rendimento médio da produção brasileira durante os anos de 1985 e 2006.

Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários por região administrativa e rendimento médio da produção agropecuária brasileira, 1985 - 2006			
ANOS	1985	2006	Variação 1985 - 2006
Número de estabelecimentos agropecuários			
BRASIL	5.801.809	5.175.636	-10,79%
NORTE	543.713	475.778	-12,49%
NORDESTE	2.798.239	2.454.060	-12,30%
SUDESTE	993.978	922.097	-7,23%
SUL	1.198.542	1.006.203	-16,05%
CENTRO-OESTE	267.337	317.498	18,76%
Rendimento médio da produção			
Brasil	110.227,93	131.421,02	19,23%

Fonte: IBGE - Censos agropecuários

A região Centro-Oeste, onde a quantidade de estabelecimentos agropecuários era menor, foi a única região que apresentou crescimento. Apesar de todas as outras regiões brasileiras apresentarem uma queda no número de estabelecimentos agropecuários, observamos que o rendimento médio da produção agropecuária brasileira teve um aumento de aproximadamente 20%. Essa conjuntura pode nos esclarecer as consequências da competitividade e da aquisição de outras propriedades pelos fazendeiros mais capitalizados.

A tabela a seguir nos ajuda a compreender a concentração da produção agrícola característica do período da agricultura científica globalizada.

Tabela 10 - Concentração da produção de commodities agrícolas por município (2005)			
PRODUTO	Quantidade de municípios por proporção de produção		
	10%	25%	50%
SOJA	4	16	69
CANA-DE-AÇÚCAR	12	41	124
LARANJA	2	7	21
CAFÉ	10	39	176

Fonte: CASTILLO; FREDERICO, 2010b

A Tabela 10 nos mostra a quantidade de municípios que detêm 10%, 25% e 50% da produção total no Brasil de cada produto. De acordo com o IBGE (2014), o Brasil possuía, no ano de 2000, mais de 5.500 municípios. Esses dados nos evidenciam, portanto, o grau elevado de concentração da produção de *commodities* no Brasil atualmente. A produção de laranjas no Brasil é a mais concentrada: cerca de 0,5% do total de municípios nacionais produzem 85% de toda a laranja no país. Também a produção nacional de soja constitui-se como uma das mais concentradas, sendo produzida cerca de 85% de toda a soja nacional em apenas 89 (menos de 2%) dos municípios. Somando-se a produção dos quatro produtos descritos na Tabela 10, menos de 10% dos municípios brasileiros produzem 85% de toda soja, cana-de-açúcar, laranja e café do Brasil.

Também podemos observar essa concentração quando analisamos a porcentagem da produção por Unidade Federativa ou por Região.

Tabela 11 - Concentração da produção de commodities agrícolas por Unidade Federativa e por Região (2005)				
PRODUTO	UF DE MAIOR PARTICIPAÇÃO		REGIÃO DE MAIOR PARTICIPAÇÃO	
	%	UF	%	Região
SOJA	34,7	MT	56	CO
CANA-DE-AÇÚCAR	60,2	SP	69	SE
LARANJA	80,4	SP	84	SE
CAFÉ	46,8	MG	82	SE

Fonte: CASTILLO; FREDERICO, 2010b

De uma área total brasileira de mais de oito milhões km², mais de 60% da produção de cana-de-açúcar e mais de 80% da produção de laranja localizam-se no Estado de São Paulo, cuja área total não ultrapassa 250 mil km² distribuídos entre áreas rurais e urbanas, corpos d'água e unidades de conservação. Aproximadamente 45% da produção de café brasileira encontra-se localizada no Estado de Minas Gerais e cerca de 35% da produção de soja concentra-se no Estado do Mato Grosso. Quando se analisa a concentração por região administrativa os dados são ainda mais taxativos, evidenciando a dinâmica territorial da agricultura voltada para a especialização produtiva da região Sudeste, composta por apenas quatro estados que, somados, não ultrapassam uma área total de 930 mil km², ou seja, menos de 12% do território nacional.

Esses dados não significam, porém que a produção de *commodities* agrícolas está diminuindo. A especialização regional produtiva é responsável pela concentração dessas produções em áreas determinadas e interessantes para o desenvolvimento das várias etapas do circuito espacial produtivo das *commodities* agrícolas em detrimento dos sistemas de cultivo, armazenamento e transporte de outros tipos de produção não destinados prioritariamente ao mercado externo.

Tabela 12 - Quantidade produzida e variação em área plantada: 1960 - 2006				
Produção agrícola comum				
PRODUTO	Quantidade produzida (toneladas)			Variação em área plantada 1960 - 2006
	1960	2006	Variação em quantidade produzida 1960 - 2006	
FEIJÃO EM GRÃO	1.419.602	3.088.082	117,5%	-38,6%
MANDIOCA	8.912.741	11.912.629	33,7%	37,7%
Produção de commodities agrícolas				
PRODUTO	Quantidade produzida (toneladas)			Variação em área plantada 1960 - 2006
	1960	2006	Variação em quantidade produzida 1960 - 2006	
CANA-DE-AÇÚCAR	39.857.707	407.466.569	922,3%	387,5%
SOJA EM GRÃO	216.033	46.195.843	21283,7%	718,1%

Fonte: IBGE (censo agropecuário)

A tabela anterior confirma o amplo crescimento da quantidade produzida de cana-de-açúcar e soja em grão. Ainda que o aumento da quantidade produzida de feijão e mandioca tenha sido notável, quando comparada ao aumento na quantidade produzida das *commodities* agrícolas, o mesmo torna-se modesto. Como dito anteriormente, a concentração da produção das *commodities* agrícolas não significa a diminuição de sua área plantada, como podemos observar, pela variação em sua área plantada. Novamente, o crescimento da área de cultivo das *commodities* supera relevantemente o crescimento da área plantada do feijão e da mandioca.

Destarte, a produção de commodities passou a ser prioridade e cresceu amplamente a partir da década de 1990, enquanto a produção de alimentos teve um crescimento módico. Oliveira (2012) expressa a redução da produção de alimentos

em consequência da expansão da área plantada de cana-de-açúcar, que cresceu, no período de 1990 e 2006, mais de 2,7 milhões de hectares. Para o autor,

tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verificava-se que neles ocorrera a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Nesta área reduzida poder-se-ia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nesses municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino (OLIVEIRA, 2012, p.8).

A contradição que perpetua no espaço varia em intensidade de lugar para lugar. Isso porque o fenômeno da globalização não se dá de forma homogênea, ele envolve uma variedade de relações de aspectos sociais, políticos e econômicos, cujos agentes na competição em diferentes locais não possuem os mesmos poderes de ação no embate aos ditames mundiais, sendo que ao mesmo tempo universalizam e fragmentam os espaços.

2.4 Cafeicultura científica globalizada: a nova regulação cafeeira a partir da década de 1990

A cafeicultura mundial modificou-se drasticamente durante o período da agricultura científica globalizada. O período a partir da década de 1990 marcou a emergência das tecnologias da informação no campo, da financeirização da economia e da importância do papel do mercado futuro na definição dos preços do mercado físico. Na cafeicultura, o fim da intervenção estatal na economia cafeeira conferiu maior poder de regulação às empresas torrefadoras e *tradings* internacionais.

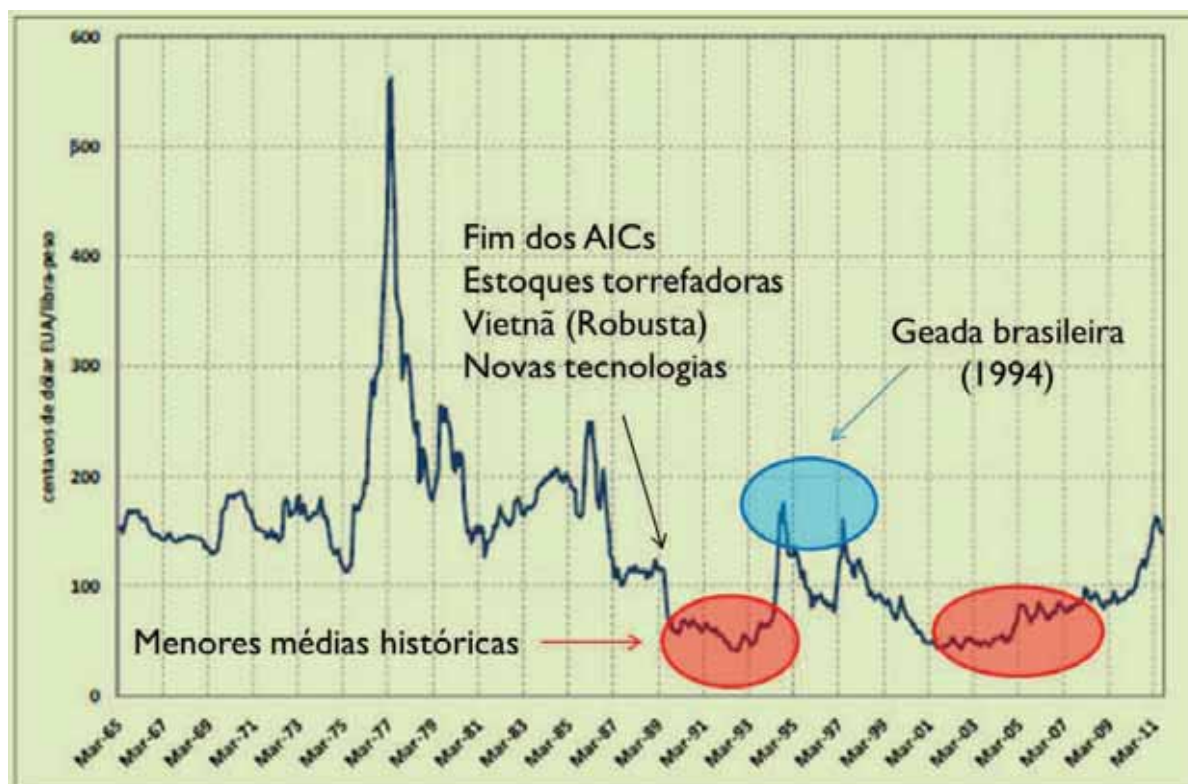
De acordo com Talbot (2004) ocorreram cinco mudanças significativas no mercado mundial de café a partir da década de 1990: 1) a concentração de capital tomou forma na consolidação das transnacionais de comércio de café e transnacionais de transformação (torrefação e moagem); 2) houve o enfraquecimento do poder do Estado em regular as cadeias de *commodities* dentro de suas próprias fronteiras e a diminuição da possibilidade de intervir no mercado mundial; 3) aumentou a instabilidade no mercado, devido à explosão do comércio

especulativo; 4) o preço fixo do café passou a ser baseado nos preços futuros, aumentando a incerteza nos preços pagos aos produtores; 5) houve a necessidade de informações detalhadas e instantâneas sobre fornecedores de café e mercado futuro, conferindo vantagem às transnacionais do café.

Nesse período, uma nova ordem econômica para o comércio agrícola mundial passou a ser ditada pela liberdade de ação das grandes empresas transnacionais, devido à baixa regulamentação por parte dos Estados. Com o fim dos principais órgãos de regulação do café (IBC e AICs), o Brasil conheceu a implantação de um novo período na cafeicultura nacional.

A partir da década de 1990, a cafeicultura brasileira passou por um período de crise onde foram registradas as menores médias históricas de preços de venda. O gráfico a seguir apresenta os valores do café brasileiro no mercado internacional entre os anos de 1965 e 2011.

Gráfico 4 - Valores do café brasileiro no mercado internacional: 1965 – 2011



Fonte: Frederico (2013b)

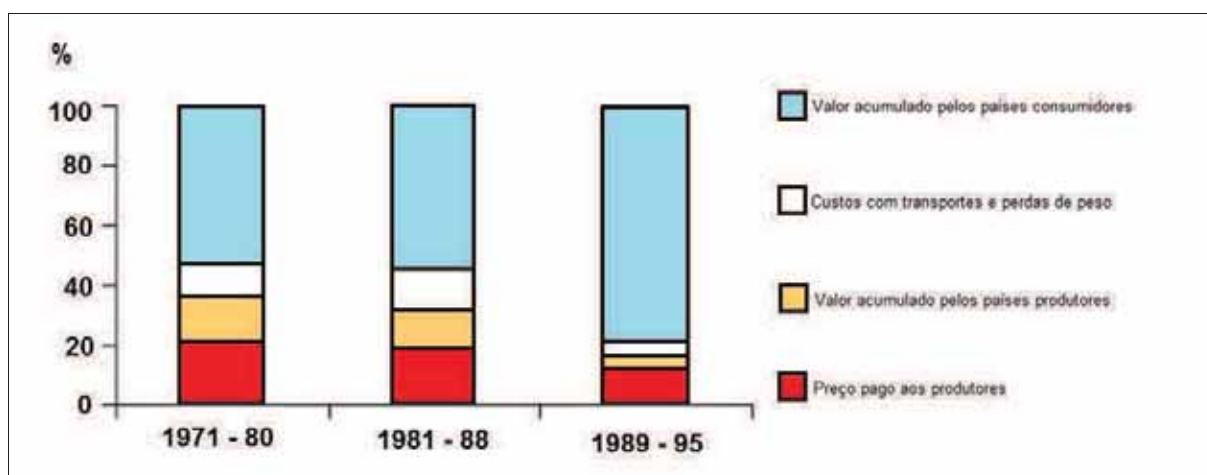
O fim da regulamentação dos preços do café a nível nacional (fim do IBC) e a nível internacional (fim dos AICs), a transferência dos estoques de café para as

torrefadoras fora do país e a entrada da cafeicultura em um novo modelo tecnológico, causaram um período de crise em que foram registradas as menores médias históricas de valor da venda do café (com exceção de um período de alta nos preços causada pela grande geada no ano de 1994).

De acordo com Talbot (2004), com a saída do Brasil dos AICs, os produtores começaram a descarregar os estoques que possuíam enquanto vigorava o sistema de cotas, vendendo seu café a preços muito baixos devido à grande oferta. Em questão de meses, após o fim das cotas de exportação, grande parte do estoque acumulado nos países produtores havia se transferido, a preços extremamente baratos, para os países onde se encontravam as transnacionais de transformação e de comércio do café.

O poder das transnacionais aumentou ainda mais com a agregação de valor na venda dos produtos finais. Essa situação criou um imenso degrau entre o preço pago aos produtores de grãos verdes e o preço recebido pela venda do produto final.

Gráfico 5 - Cafeicultura: porcentagens de valor acumulado pelos países consumidores e produtores, de custos com transporte e perda de peso durante o transporte e do valor pago aos produtores entre 1971 e 1995



Fonte: Daviron; Ponte, 2007

Como se pode observar no Gráfico 5, nos períodos 1971-80 e 1981-88, o percentual do valor recebido pelos produtores e do valor acumulado pelos países produtores e consumidores pouco se modificou. Nos mesmos períodos, o valor acumulado pelos países consumidores manteve-se por volta dos 50% e a

porcentagem do valor gasto com transporte ou perda de peso durante o transporte aumentou pouco. Diferentemente, no período 1989-95, cerca de 80% do valor acumulado em toda a cadeia produtiva do café passou a pertencer aos países consumidores. Notadamente, houve uma significativa diminuição da participação dos países produtores no percentual de valor acumulado a partir da década de 1990. Além disso, a diminuição nos custos de transporte e perda de peso evidenciam as modernizações na rede de distribuição e transportes financiadas, na maioria das vezes, pelo Estado e com finalidade de beneficiar as empresas internacionais atuantes no comércio do café.

Pressionados pelo Banco Mundial e pelos protestos de alguns produtores, os Estados retiraram-se da regulação do mercado de café. Dessa forma (reduzindo taxas, eliminando programas de melhoria de mercado e finalizando os monopólios de exportação), o Estado brasileiro retirou-se do regime de cotas e tabelamento dos preços internacionais. Essa ação significou, entretanto, que o Estado não teria mais a capacidade de proporcionar a gama de serviços necessários aos produtores, que ficaram a mercê das transnacionais (TALBOT, 2004).

Assim, a transformação nos moldes da intervenção estatal brasileira nas políticas agrícolas em geral, e especificamente na cafeicultura, marcou a adoção das políticas neoliberais no país.

Portanto, assumindo o papel de intervenção a favor das instituições financeiras, o Estado brasileiro conferiu maior poder de regulação às empresas torrefadoras e *tradings* internacionais de café. Para Borges e Costa (2009, p. 2), a década de 1990, destacou-se como “um marco divisório para a dinâmica competitiva do país e de seus diversos setores”, marcada por “uma nova reestruturação econômica, política, produtiva e social e pelo processo de internacionalização econômico, produtivo e financeiro”. Os autores enfatizam o caráter concorrencial e competitivo do período, apontando diversas estratégias empresariais para diminuir a concorrência, muitas delas se deram a partir de compra e fusão entre empresas com maior ou menor poder financeiro.

O fenômeno mundial de fusões e aquisições de empresas também repercutiu na cafeicultura. De acordo com Talbot (2004), no início dos anos de 1990, o fluxo do café já era controlado, quase que em sua totalidade, por nove companhias transnacionais: quatro indústrias manufatureiras (Nestlé, Philip Morris, Sara Lee e

Proctor & Gamble), que detinham 60% da venda dos cafés nos maiores mercados consumidores, e cinco importadoras (Newmann Gruppe, Volcafe, ED&F Man, Goldman/Sachs e ECOM), que detinham 40% do total de importações mundiais.

Os dados apenas exemplificam o fenômeno mundial de fusões e aquisições. Todas essas empresas são reconhecidas como grandes conglomerados multiprodutivos e todas as manufactureiras, em algum momento da década de 1990, apostaram nas estratégias de aquisição e venda (Nestlé, Phillip Morris e Proctor & Gamble) ou fusão (Sara Lee) para concorrer no setor. Na década de 1990, a empresa Sara Lee tornou-se a maior torrefadora dos cafés do Brasil (TALBOT, 2004). A própria Nestlé, em fins da década de 1990, decidiu mudar de estratégia, ao vender parte de suas empresas para a Sara Lee e especializar sua produção em uma nova linha de café *gourmet*.

O período histórico consolidado na década de 1990 e vigente até o atual momento foi marcado pelo ideário do “pensamento único” neoliberal (SANTOS, 2012a). Esse momento encontra-se fundamentalmente arraigado no mercado. Dentro da dinâmica entre o Estado e as empresas transnacionais, nota-se a supremacia das políticas e das ações voltadas aos interesses de mesma lógica: os interesses que priorizam o “mercado global”.

Assim, com a nova regulação por parte do Estado e através da concentração de capitais, as grandes corporações ampliaram seu domínio econômico e poder político.

Por intermédio de suas normas de produção, de trabalho, de financiamento e de cooperação com outras firmas, as empresas transnacionais arrastam outras empresas e instituições dos lugares onde se instalam, impondo-lhes comportamentos compatíveis com seus interesses. (SANTOS, 2000, p. 77)

A relação entre as transnacionais de transformação e as *tradings* com o capital financeiro em expansão ocorreu de forma interessante para ambos os lados. Por um lado, as transnacionais - com grandes montantes de capital - se beneficiaram de estratégias de fusão e aquisição e da possibilidade de financiar maiores volumes de compras. Dessa forma, as transnacionais aumentaram sua capacidade de gerar capital e tornaram-se cada vez mais estáveis. Por sua vez, as *tradings* agrícolas,

aproveitando-se da estabilidade financeira das transnacionais, passaram a privilegiar o comércio com essas empresas.

Além das facilidades de acesso ao capital financeiro, as grandes transnacionais também tinham a vantagem em lidar com os preços futuros do café, adquirindo informações instantâneas sobre o mercado do café ao redor do mundo. Segundo Chesnais (1996, p. 239), "a esfera financeira representa o posto mais avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade". Dessa forma, com a consolidação das transnacionais da cafeicultura, aumentaram e se diversificaram as possibilidades de acordos que ofertavam maiores lucros.

2.5 Emergência dos cafés especiais: espaço de valorização e de contradições

Com a abertura dos mercados, as grandes corporações da cafeicultura (*tradings* e empresas de moagem e torrefadoras) ocuparam o lugar dos Estados (no que se diz respeito à regulação do mercado cafeeiro), estruturando-se em verdadeiros oligopólios na venda do café processado e oligopsônios na compra do grão verde (TALBOT, 2004). Os estoques de café, até então controlados pelos países produtores, foram transferidos para os países consumidores e passaram a ser controlados por um pequeno grupo de grandes empresas, como relatado no capítulo anterior. Os produtores de café passaram a receber porcentagens cada vez menores no valor de venda final do produto (DAVIRON; PONTE, 2007) e a nova cafeicultura científica globalizada instaurou-se de forma desigual em diferentes locais.

Em uma tentativa de contrapor-se à *lógica das commodities*¹³ surgiram vários movimentos, por parte de consumidores, produtores e organizações internacionais, vinculados, entre outros, à produção de cafés diferenciados (orgânico, ecológico, de

¹³ Para Frederico (2012), a *lógica das commodities* trata-se de “uma expressão política e geográfica, que resulta na exacerbação de especializações regionais produtivas enfraquecendo e submetendo o produtor local – pelo menos quando se trata de commodity agrícola – a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual não exerce nenhum controle, favorecendo os compradores ou as grandes empresas de comercialização (*tradings*)”. Destarte, contrapor-se a *lógica das commodities* significa encontrar alternativas viáveis de sobrevivência no mercado sem estar atrelado a uma lógica única ou global, buscando controlar a produção em escala local e tornar-se menos vulnerável às oscilações do mercado global.

comércio justo, *gourmet* e de indicação de origem). Estas iniciativas tiveram como objetivos agregar valor à produção e conferir maior identidade aos cafeicultores e regiões produtoras, aproximando os produtores do consumidor final.

A produção de cafés diferenciados, ao menos nos discursos, tem como principais características uma melhor qualidade da bebida, inserção tecnológica na produção, com preocupações sociais e ambientais e a valorização do produtor. As cinco principais categorias de cafés diferenciados são: a) Orgânico - submetido às regras da agricultura orgânica (com uso apenas de fertilizantes orgânicos e controle feito biologicamente); b) Ecológico - plantado à sombra de árvores, não demandando extração de mata nativa; c) Fairtrade ou Comércio Justo - que estabelece um preço mínimo a ser pago aos produtores, os quais devem seguir criteriosas regras de cultivo; d) *Gourmet* ou especial - obtido através de grãos de café Arábica de alta qualidade e com poucos defeitos; e) Cafés de indicação de origem (no Brasil, Indicação Geográfica) – cafés registrados como patentes das regiões onde são cultivados, valorizando os elementos naturais e a cultura local¹⁴.

O quadro a seguir apresenta os principais parâmetros de diferenciação do café e a principal forma de sinalização dessa diferenciação com vistas ao mercado.

¹⁴ No Brasil, a Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC - é o órgão que avalia, qualifica, certifica e fomenta a produção de café. No caso dos cafés especiais, a BSCA (sigla em inglês de Associação Brasileira de Cafés Especiais) utiliza-se de normas rígidas para avaliá-los, qualificá-los e certificá-los.

Quadro 1 - Principais parâmetros de diferenciação do café e principal forma de sinalização da especialidade

PARÂMETROS DE DIFERENCIAÇÃO	VARIÁVEIS-CHAVE DE DIFERENCIAÇÃO	PRINCIPAL FORMA DE SINALIZAÇÃO
Qualidade excepcional da bebida	Tipo 3, sem defeito, bebida mole, estritamente mole	Marca*
Qualidade locacional da produção	Origem restrita (específica) ou regional associada com a qualidade da bebida	Certificado de origem
Qualidade ambiental	Menor impacto ambiental, como os sistemas orgânicos de cultivo	Certificado orgânico
Qualidade social	Mercado solidário; responsabilidade social	Certificado Fair Trade
Processo de produção	Adição ou subtração de elementos	Marca*
Qualidade dos serviços oferecidos	Serviços adicionais (venda por internet, disponibilidade de informação técnica ao consumidor)	Marca*
Qualidade do ponto de venda	Sofisticação do local de venda do produto	Atmosfera do ponto de venda; qualidade superior da bebida
Produtos complementares	Produtos adicionais (xícara, máquina de café, etc.)	Marca*

*relacionada a ações privadas

Fonte: Zylberstajn; Farina (2001)

Assim, podemos apontar pelo menos cinco maneiras de sinalizar uma produção de cafés diferenciada, ainda que a utilização das marcas (e seu reconhecimento) seja a mais comum.

A classificação do café especial pode ser obtida de diversas maneiras: pelo tipo, pela qualidade da bebida, pela cor, pela torração e/ou pela descrição do formato e conservação dos grãos¹⁵. No mercado de cafés, os principais critérios para se considerar um café especial são os da classificação do grão (tipo) e da

¹⁵ A maior parte do café utilizado na indústria dos cafés especiais são os grãos da espécie Arábica (*Specialty Coffee Association of America* - SCAA -, 2012)

classificação pela qualidade da bebida. A classificação do grão é realizada através de análise de uma amostra. A qualidade é determinada em função da quantidade de defeitos contidos nesta amostra¹⁶. De acordo com a Classificação Oficial Brasileira (COB) que varia do “Tipo 2” ao “Tipo 8”, quanto menor a quantidade de defeitos, menor o tipo.

A qualidade da bebida, ou prova de xícara, consiste em uma análise sensorial do sabor e do aroma da bebida feita por especialistas. A classificação da qualidade, em ordem crescente, pode ser denominada por “rio zona”, “rio”, “riado”, “dura”, “apenas mole”, “mole”, ou “estritamente mole”, onde apenas as classificações mole e estritamente mole são consideradas qualidades *gourmet*. De acordo com Paiva (2005), esse tipo de análise onde se classifica a bebida segundo seu aroma e sabor é adotada no Brasil desde 1917, quando passou a ser utilizado pela Bolsa Oficial de Café e Mercadorias de Santos.

De forma geral, o valor de venda dos cafés diferenciados (ou especiais) varia em média entre 30% a 40% acima do valor dos cafés convencionais. Quando comprados em leilões de concursos, esses valores costumam ser acima de 100% (MAPA; SPAE; DCAF, 2013). Mesmo comparando cafés do mesmo tipo, apenas com qualidade de bebida diferenciada, podemos observar a diferenciação na cotação.

¹⁶ São considerados defeitos na amostra: grãos imperfeitos - grãos pretos, ardidos, verdes, chochos, mal granados, quebrados e brocados - e impurezas - cascas, paus, pedras, cafés em coco, etc.

Tabela 13 - Cotação do café brasileiro (08/07/2013)	
Qualidade da bebida	Valor por saca de 60kg (R\$) – menor/menor
Finos – cereja descascado ¹⁷	440/450
Finos e extrafinos	430/440
Boa qualidade – duro, bem preparado	410/420
Duros com xícaras mais fracas	385/390
Riados	350/360
Rio	280/300

Fonte: www.carvalhaes.com.br/cotacoes/cotacoes.asp - Escritório Carvalhães, Cotadores de Café

A tabela acima apresenta os valores para o café tipo 6, cotados no dia 8 de julho de 2014. Os preços dos cafés são diferenciados segundo a qualidade da bebida, classificando-a de “finos” (no topo da tabela, de melhor qualidade) a “rio” (no fim da tabela, de pior qualidade). Verificamos uma diferença de mais de 55% entre os preços do café de menor e maior qualidade. Mesmo quando comparamos os preços entre a bebida dura de boa qualidade com a bebida dura de menor qualidade, a diferença nos valores supera 6%.

A agregação de valor pode ser ainda maior quando se fala em leilão de sacas vencedoras de concursos. No concurso *Cup of Excellence*¹⁸ - *Brazil Early Harvest*, o primeiro colocado, que obteve a nota de 92,02 pontos (de uma escala de 0 a 100), obteve o maior lance do leilão de venda, vendendo por US\$ 23,10 cada libra de café (equivalente a aproximadamente 45 gramas). A proprietária do Sítio São Francisco

¹⁷ Os processos de preparo do café podem ser agrupados em três sistemas: preparo por via seca, sem eliminação da casca - café natural; preparo por Via úmida, com eliminação da casca e da mucilagem - café despulpado; preparo por via semi-úmida, com eliminação da casca - café cereja descascado.

¹⁸ *Cup Of Excellence* é um concurso anual de qualidade que seleciona o melhor café produzido no país. Os lotes vencedores são leiloados pela internet e alcançam preços de até 100 vezes o valor do café convencional. No Brasil, a associação que realiza esse concurso, desde o ano 2000, é a BSCA com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-Brasil) e da *Alliance for Coffee Excellence* (ACE), coordenadora do concurso a nível mundial.

de Assis (localizado em Carmo de Minas – MG), vendeu seus 30 lotes participantes do concurso pelo preço total de US\$ 45.830,40. Ao mesmo tempo, o produtor que não participou de concursos e vendeu sua produção ao preço mínimo estipulado pelo governo brasileiro, não obteve um valor maior que R\$ 307,00 por saca de 60 kg, ou seja, menos de R\$ 2,50 por libra peso.

Dessa forma, considerando o valor do dólar próximo aos R\$ 2,20 no mês de junho de 2014, o comprador do maior lance do leilão do concurso pagou cerca de R\$50,00 por libra, conferindo ao café campeão um valor quase vinte vezes maior que o preço mínimo estipulado pelo governo. Não podemos esquecer, no entanto, que a quantidade de produtores que chegam às finais desse concurso e têm seus lotes leiloados não passam de 30 por ano no Brasil, representando uma porcentagem extremamente pequena de produtores.

Sobretudo, de acordo com Ferreira (2013), apesar da valorização dos preços ser substancial quando comparados às produções *commodity*, o preço dos cafés especiais acompanha as oscilações do café comum. De forma geral, o preço do café especial responde diretamente às quedas e altas do preço da *commodity*: os preços do café *gourmet* (premiado sobre a cotação que se transaciona o café arábica) variam de 15 a 20% quando o preço da *commodity* está alto e de 30% a 40% quando está baixo.

Igualmente, a situação de agregação de valor por parte de *tradings* e torrefadoras internacionais na cadeia produtiva do café comum se acentua ainda mais quando se trata de cafés especiais. Paralelamente, ao acréscimo de valor ao preço final do produto especial, os produtores ganham uma proporção menor desse valor.

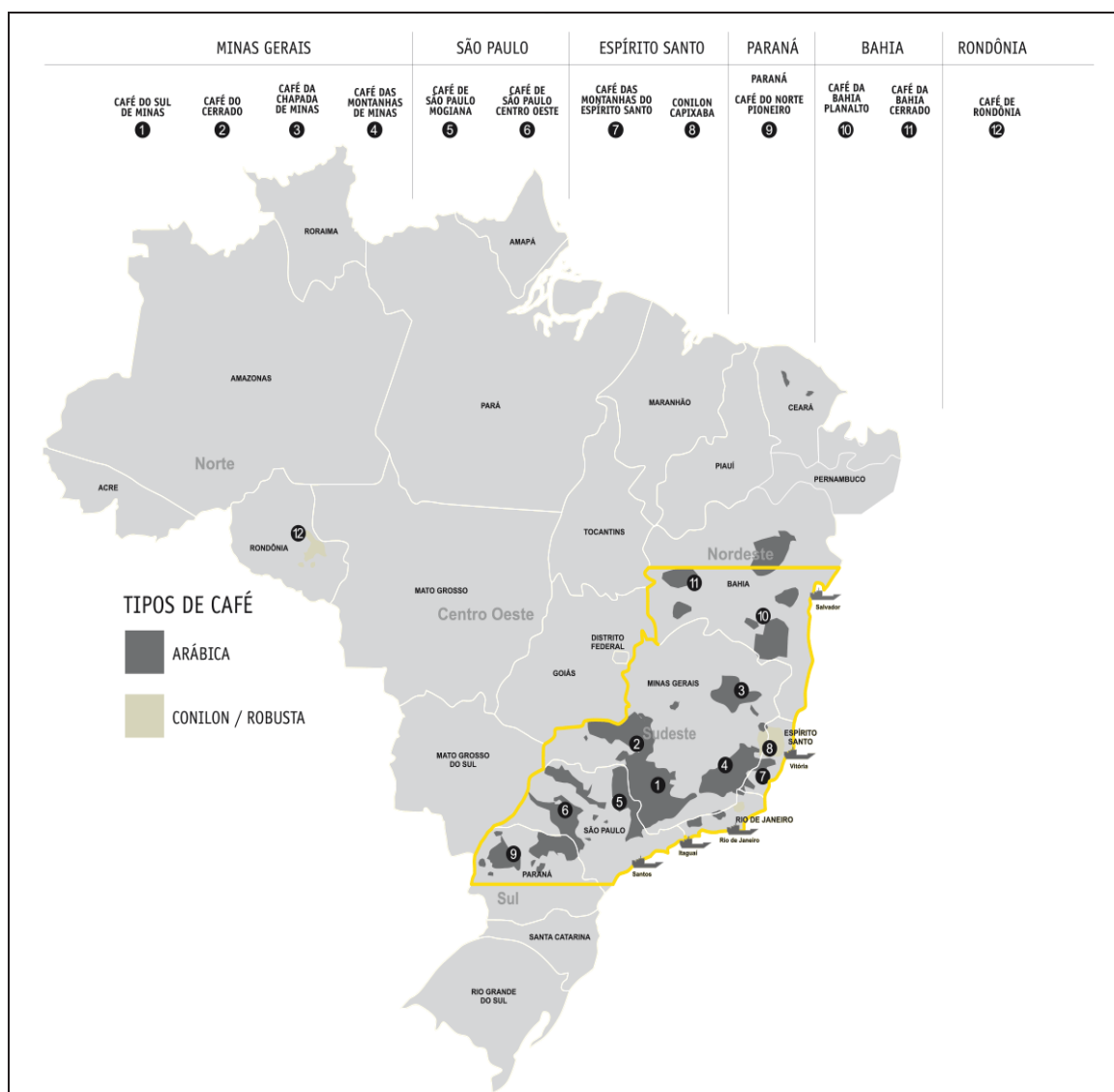
Uma pesquisa elaborada por Daviron e Ponte (2007) sobre a produção de cafés comuns e especiais na Tanzânia e exportados para a Itália e Estados Unidos comprova que por mais que o produtor ganhe um valor absoluto maior pela produção de cafés especiais, ele recebe proporcionalmente menos que o produtor de café convencional, com relação ao valor final do produto.

Atualmente, levantamentos do SEBRAE (2011) apontam o Brasil como maior produtor mundial de cafés especiais. No ano de 2010 foi produzido cerca de três milhões de sacas de café especial, totalizando cerca de 180 mil toneladas.

Entretanto, de acordo com Ferreira (2013), os cafés especiais produzidos no Brasil representam apenas de 15% a 20% do total de café produzido¹⁹.

As principais regiões produtoras de cafés especiais no Brasil encontram-se principalmente entre os estados da região Sudeste, na Bahia e no Paraná.

Figura 1 - Principais regiões produtoras de cafés especiais no Brasil



Fonte: Bourbon Specialty Coffees, 2013²⁰

¹⁹A Colômbia, segundo país na quantidade de produção de cafés especiais, é capaz de produzir, do total de suas safras de café, cerca de 40% a 50% com qualidade diferenciada.

²⁰ Os mapa mais detalhado das regiões produtoras, elaborado pela empresa Bourbon Specialty Coffees, contendo também informações sobre quantidade de premiações nos principais concursos de qualidade, principais portos exportadores, principais destinos dos cafés especiais brasileiros e porcentagem de participação das exportações brasileiras de café pode ser encontrada nos Anexos A e B deste trabalho.

A produção de cafés especiais está intimamente relacionada com a produção de cafés de origem controlada. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque a qualidade do café com indicação geográfica deve ser comprovada através de testes físicos e sensoriais antes da certificação. Em segundo lugar, como veremos adiante, a qualidade excepcional da bebida é intrínseca aos aspectos edafoclimáticos e humanos da região onde é produzido.

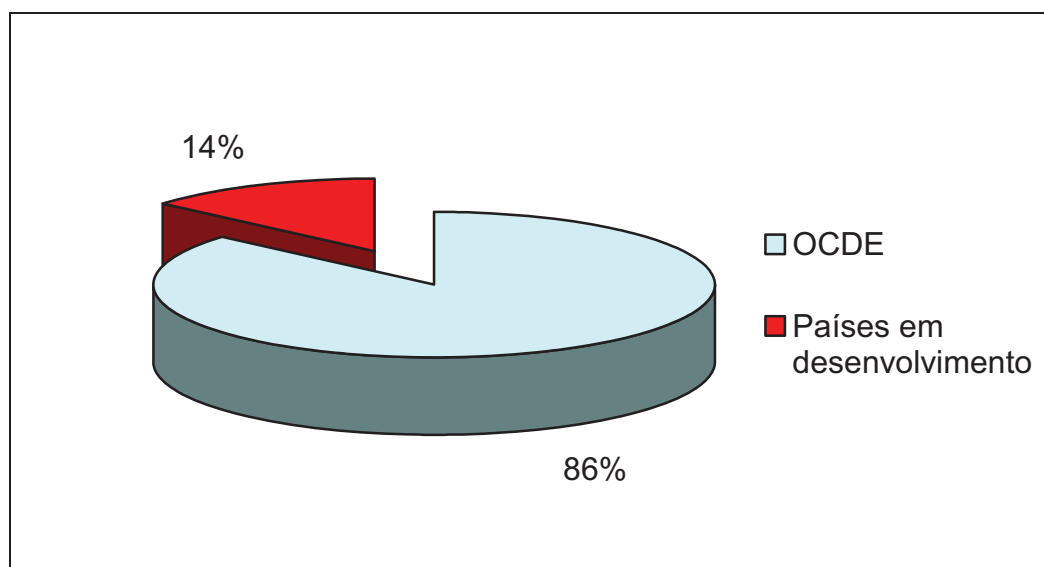
3 CAPÍTULO II - INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E CAFÉS ESPECIAIS - O RECENTE ENSAIO NO CAMPO BRASILEIRO

3.1 Indicação geográfica na Europa e na Espanha: tradição secular

Considerando o breve percurso brasileiro a partir da oficialização das Indicações Geográficas no país em 1996, investigar as origens, a consolidação e a atual conjuntura mundial do controle de procedência dos produtos é essencial para a compreensão desse fenômeno no Brasil. A tradição em delimitar terras para autenticar produtos diferenciados é secular e as vantagens econômicas dessa iniciativa são observadas desde a origem. O uso político dessa dinâmica, porém, é revelado no decorrer da história e concretizado em normas mundiais do comércio atual, que afetam todos os países.

A distribuição espacial do fenômeno das indicações geográficas atualmente não assume forma equilibrada. De acordo com o ITC (sigla em inglês de Centro de Comércio Internacional, 2009), no ano de 2009 existiam cerca de 10.300 indicações geográficas no mundo. Entre essas, 8.900 eram de países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e somente 1.400 eram de países em desenvolvimento.

Gráfico 6 - Localização das indicações geográficas no mundo



Fonte: ITC (2009)

Igualmente desequilibrada é a distribuição de registros de indicação geográfica por produtos. Os países membros da União Europeia possuíam, em 2009, aproximadamente seis mil indicações geográficas, das quais mais de cinco mil eram

de vinhos e bebidas espirituosas. Nos Estados Unidos, segundo lugar em número de indicações geográficas, dos cerca de 900 registros, apenas 180 não eram de vinhos (ITC, 2009).

Atualmente, mais de metade da área de produção vinícola encontra-se na Europa. A Espanha é o terceiro país em produção de vinho, produz aproximadamente 13% do total mundial em 2011, atrás apenas da França e da Itália (Martínez, 2013). Também é o país com maior superfície de produção: mais de um milhão de hectares de vinhedos (OIV, 2013). Segundo Martínez (2013), a indústria de vinhos na Espanha corresponde a 14% de toda a indústria alimentícia espanhola e o setor vinícola corresponde à cerca de 1% do PIB nacional.

De acordo com dados da Comissão Europeia, dos cerca de 29 milhões de hectolitros produzidos a partir da uva na Espanha em 2013, mais de 12,5 milhões de hectolitros - 43% - são de vinhos que possuem *Denominación de Origen Protegida* (DOP), cerca de 2,4 milhões de vinhos com *Indicación Geográfica Protegida* (IGP) e aproximadamente 2,5 milhões de vinho sem DOP ou IGP²¹.

A Espanha possui 82 DOPs de vinhos atualmente. Dessas, 62 são DOs, nove VP, quatro VC e duas DOCas. Existem no país, mais de 137 mil viticultores inscritos no *Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente* (MAGRAMA), cerca de 3 mil bodegas engarrafadoras e 800 que não engarrafam os vinhos (MAGRAMA, 2013).

A legislação espanhola sobre vinhos e seu respectivo controle de procedência estão inseridos em uma extensa história de combate às falsificações e à falta de qualidade no processo de produção da bebida. Deve-se considerar, ainda, que a história da legislação espanhola sobre indicações geográficas, especialmente as relativas ao vinho, ocorreu paralelamente às decisões mundiais e europeias sobre propriedade industrial e às novas demandas do mercado globalizado. Essas

²¹ Em relação aos vinhos, as indicações geográficas espanholas são classificadas por *Indicación Geográfica Protegida* (IGP) ou *Denominación de Origen Protegida* (DOP). As DOPs possuem critérios mais restritivos e rigorosos que as IGP's no que diz respeito ao nível de influência dos aspectos edafoclimáticos locais na qualidade e características dos vinhos, à consideração dos fatores humanos e culturais inerentes à localidade na produção, à porcentagem de uvas cultivadas na mesma região utilizadas na produção do vinho e às variedades das videiras aceitas. As DOPs são divididas em cinco tipos classificados de acordo com o grau de controle e de proteção: a) *Vinos de Calidad con Indicación Geográfica* (VCIG ou VC); b) *Denominación de Origen* (DO); c) *Denominación de Origen Calificada* (DOCa); d) *Vinos de Pagos* (VP); e) *Vinos de Pagos Calificados* (VPCa).

disposições concretizam-se em normas e ordens que todos os países foram cometidos a adotar para manter-se no comércio mundial.

3.1.1 Origens do controle de procedência de produtos: a tradição na demarcação de regiões produtivas

O controle sobre a procedência de produtos remonta a era romana quando o imperador Cesar e seus generais recebiam vinhos com a indicação da procedência e de produção controlada (MAFRA, 2008). Outros relatos sobre as primeiras indicações geográficas, de acordo com Lagares *et al.* (2006), referem-se aos vinhos de Coríntio, de Ícaro e de Rodhes, provindos da Grécia no século IV a.C., ou ainda, o mármore de Carrara e os vinhos de Falerne, no Império Romano. Posteriormente, no século XVIII, na Europa, com o crescimento do consumo de vinho e a busca pela proteção à reputação e à qualidade dos produtos face às imitações e falsificações (PEREIRA, 1996), surgiram as primeiras demarcações oficiais regionais para a produção.

Para Fávero (2010), o primeiro registro oficial de indicação geográfica em forma de intervenção estatal foi a do Vinho do Porto (Portugal) em 1765, requerida por Marquês de Pombal, então Primeiro-Ministro do Reino. Essa medida foi tomada em decorrência das falsificações e imitações que surgiram, devido ao grande reconhecimento que a denominação "Porto" havia adquirido. As imitações e falsificações ocasionaram uma queda nas exportações e redução no preço e assim, como tentativa de proteger o nome internacionalmente conhecido, Marquês de Pombal realizou diversos atos, desde a delimitação da área cultivada até a padronização do processo de produção do vinho, descrevendo com exatidão as características do Vinho do Porto e, por fim, registrando-o legalmente. Fávero (2010) completa:

Ao longo desses anos, foi possível observar o surgimento de um grande número de indicações geográficas, ou seja, nomes geográficos que indicam uma origem renomada de um determinado produto: além do Vinho do Porto, é possível citar os casos do queijo Roquefort, do espumante da região de Champagne, do vinho Chianti, do queijo Feta, da Carnalentejana, dos queijos Grana Padano, Gorgonzola, Parmigiano Reggiano, do Prosciutto di Parma, da Tequila, do Cognac e muitos outros (FÁVERO, p.24, 2010).

A emergência do controle de procedência na Europa e na Espanha esteve relacionada com as bases históricas de proteção legal ao produtor e ao consumidor, assim como sua conseguinte consolidação (como produção diferenciada) foi consequência do panorama mundial que o neoliberalismo provocou a partir da década de 1990.

3.1.2 Oficialização das indicações geográficas: aspectos normativos na construção da legislação europeia e espanhola

A constituição da legislação espanhola sobre indicações geográficas ocorreu concomitantemente às mudanças nas normas europeias para produtos agroalimentares. Os padrões de controle de qualidade, contenção de pragas, fiscalização contra falsificações relativas à procedência e proteção da origem de produtos, especialmente do vinho, na Europa e na Espanha sofreram relativas mudanças a partir da década de 1850.

Martín (2008) observa dois períodos históricos na legislação vinícola espanhola entre os anos de 1850 e 1926. O primeiro perdurou da década de 1850 até a publicação da *Ley de 27 de julio de 1895*. Durante esse período, o governo espanhol preocupou-se em constituir a definição negativa do vinho e de seus derivados. Basicamente, a definição negativa do vinho tratou de definir se certos vinhos (e seus derivados) eram falsos ou artificiais de maneira que a proibição e o controle pudessem ser mais bem aplicados. Também nesse mesmo período houve a preocupação em se introduzir um regime administrativo de controle e sanção da elaboração de vinhos e derivados. Ambas as iniciativas possuíam o intuito de combater a produção desenfreada e, por vezes, sem qualidade mínima de vinhos no país.

Em 1883, a legislação internacional a respeito das indicações geográficas ganhou força com a conclusão do documento da Convenção da União de Paris (CUP): o primeiro acordo a respeito da proteção da origem da produção. A aprovação da CUP estabeleceu normas gerais sobre o tema e previu a fundação, em 1884, da União Internacional para Proteção da Propriedade Industrial. O Congresso Internacional de Marcas de Fábrica em 1878 também se constituiu como um marco na luta pela defesa da identidade e qualidade dos produtos

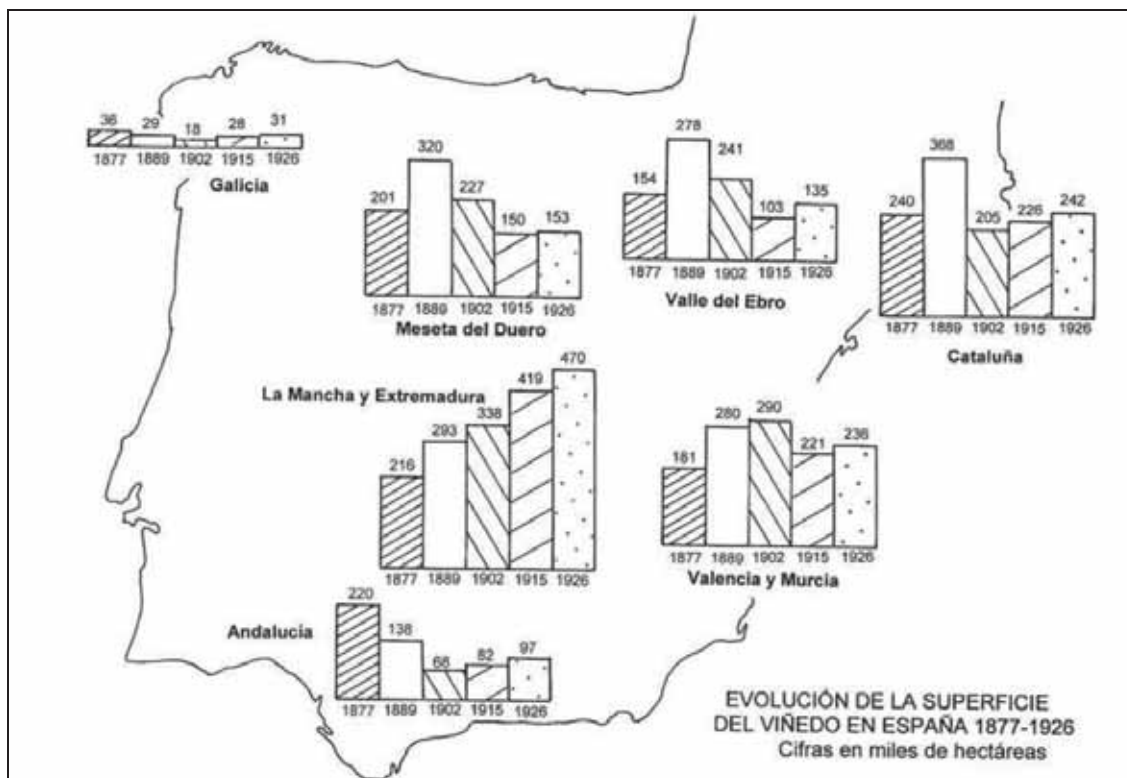
Posteriormente, foi aprovado o *Arreglo de Madrid relativo a la represión de las indicaciones de procedencia falsas o engañosas en los productos* de 14 de abril de 1891: através desse acordo, se puniam os responsáveis por comercializar indicações geográficas falsas ou enganosas sobre a origem de produtos. A partir dessa data ficou oficialmente tipificado um produto (no caso, o vinho) segundo sua origem geográfica, diferenciando e identificando-o por *Denominación de Origen*.

Ademais, o segundo período da legislação vinícola espanhola apontado por Martín (2008) compreende o momento entre publicação *Ley de 27 de julio de 1895* até a deliberação do *Decreto Ley de 19 de abril de 1926*. Caracterizou-se pela ampliação das definições negativas em torno da elaboração dos vinhos. O desenvolvimento de tais disposições ocorreu em virtude de dois aspectos: o controle da praga filoxera que se dissipou pela Europa a partir da década de 1880 e o controle de qualidade da uva e do vinho.

Entre finais do século XIX e início do século XX, a Espanha conheceu os efeitos devastadores da filoxera, uma praga que ataca vinhedos, que devastou grande parte da produção de uvas²². O mapa abaixo apresenta a difusão da filoxera nos vinhedos da Europa entre os anos de 1868 e 1920.

²² Haba (2005) disponibiliza em sua obra informações mais detalhadas sobre a expansão da filoxera pela Europa e seus impactos nas regiões vinícolas espanholas.

Figura 3 - Evolução da superfície de vinhedos na Espanha entre 1877 e 1926



Fonte: Haba (2005, p.27)

Com exceção das regiões de La Mancha e Extremadura, todas as regiões apresentadas no mapa apresentaram uma queda significativa na superfície de vinhedo a partir do início do século XX. A partir do ano de 1915, no entanto, todas as regiões progrediram em tamanho de superfície de vinhedo.

Para Martín (2008), devido a essa praga houve grandes mudanças nas técnicas vinícolas e nos métodos de produção de vinho durante esse período. Isso explica por que a superfície plantada cresceu a partir de 1902, principalmente a partir de 1915. Outra razão desse crescimento, apontada pelo autor, é a preocupação em formular uma legislação que prevenisse o alastramento de pragas e a má qualidade dos vinhos.

Resumidamente, em consequência da proliferação das falsificações e imitações de vinho e da conjuntura vinícola afetada pela filoxera, instaurou-se o interesse em valorizar os conceitos de fraude vinícola e se estabeleceram as primeiras regulamentações técnicas para elaboração de vinhos. Passou-se, então, a distinguir práticas autorizadas ou proibidas na produção do vinho. Nesse momento, a legislação destinou-se a abranger não apenas a composição dos vinhos, mas principalmente alguns novos conceitos como a legitimidade e a origem dos vinhos e

a determinação do que seriam fraudes fiscais. Este foi um marco significativo na história das indicações geográficas espanholas.

Mundialmente, a consagração das leis nacionais relativas à propriedade industrial e à criação das indicações geográficas em cada país decorreu, essencialmente, a partir de 1966, quando o Acordo de Lisboa relativo à Proteção das Denominações de Origem e seu Registro Internacional, estabelecido em 1958²³, entrou vigor. Este acordo constituiu-se como um marco na regulamentação internacional sobre indicações geográficas uma vez que teve como objetivo criar um regulamento internacional para ajudar a reconhecer e proteger as indicações geográficas em países diferentes de sua origem.

Por fim, em 1994, ao fim do período de oito anos (1986 – 1994) das discussões da OMC, a Rodada Uruguai foi responsável pelas transformações nas normas gerais da CUP e por vincular essas normas ao regime internacional de comércio (CRUZ, 2002). Nessas discussões, a OMC definiu o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados ao Comércio (denominado por sua sigla TRIPs, em inglês - *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*), acordo que foi coordenado pelo GATT e ratificado por inúmeros países no mundo. Resumidamente, o TRIPs define que cada país é responsável por um controle próprio dos direitos de propriedade industrial, dentro de determinadas regras válidas a todos²⁴. A adoção estrita das novas regras e normas tornou-se obrigatória aos países signatários da OMC.

No ano de 1992, a União Europeia adotou o primeiro regulamento oficial relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem. Atualizado em 2006, a União Europeia possui, na atualidade, um regulamento

²³ O Acordo de Lisboa foi modificado pela última vez no ano de 2002 e ainda está em vigor. Desde sua criação, em 1966, já foram registradas internacionalmente 887 denominações de origem, das quais, 813 ainda estão vigentes (ITC, 2009).

²⁴ Nascimento Jr (2012, p. 106) esclarece que o TRIPs “teve o propósito de estabelecer diretrizes gerais para a proteção da propriedade intelectual em escala mundial, determinando assim uma uniformização das legislações nacionais que abordavam tal questão. Trata-se, também, de um claro processo de subordinação das normas nacionais aos interesses políticos e econômicos das grandes corporações e dos países tecnologicamente avançados, diretamente interessados na constituição de uma base normativa mundialmente unívoca de proteção da propriedade intelectual, que permitisse a esses agentes ter a “segurança jurídica necessária” para explorar comercialmente seus bens e inovações tecnológicas em diversos países, sem qualquer tipo de obstáculos representado pelas legislações nacionais”.

próprio que padroniza a produção e certifica a procedência dos produtos agrícolas e alimentares dos países membros.

Assim, a necessidade de garantir a qualidade e a legitimidade de um produto impulsionou a emergência das indicações geográficas, bem como as normas internacionais impulsionaram a legislação específica em torno dessas. Contudo, foi através da busca por alternativas econômicas para o desenvolvimento do meio rural de países desenvolvidos, sobretudo os países europeus, que o controle da origem dos produtos se concretizou. Essas alternativas foram empregadas como forma de valorizar não apenas o produto, mas o modo tradicional de produzir, a cultura local e a região produtiva como um todo. As vantagens econômicas da diferenciação através da indicação geográfica ficaram evidentes e, mais que isso, imprescindíveis.

3.1.3 A vantagem da diferenciação na criação das indicações geográficas

O crescimento das iniciativas para diferenciação dos produtos tem crescido concomitantemente à expansão da competitividade provocada pelo mercado neoliberal. O aumento significativo nas iniciativas de certificação esteve relacionado, entre outros aspectos citados anteriormente, às necessidades locais de proteção e desenvolvimento e à agregação de valor dos produtos.

Ibery et al (2005) explica que, na década de 1990, houve uma multiplicação dos esquemas de rotulagem, certificação e acreditação como meios de promover a especialidade local dos produtos. Para os autores,

As razões para a explosão nesses esquemas são ambas complexas e múltiplas; elas diferem de país para país. Para muitos produtores, a necessidade de obter maior receita através da criação de agregação de valor continua a ser uma preocupação primordial. Para outros, proteção e melhoria do ambiente pode ser uma razão dominante. No entanto, o mais provável é a necessidade tanto de defender produtos tradicionais locais e as estruturas sociais e econômicas que os sustentam, quanto de encontrar meios de produção de alimentos alternativos e mais socialmente justos (Ibery et al, 2005, p. 118, tradução nossa²⁵).

²⁵ The reasons for the explosion in such schemes are both complex and multiple; they differ from country to country. For many producers, the need to derive greater revenue through the creation of added value remains a primary concern. For others, protecting and enhancing the environment may be a dominant reason. However, more likely is the need either to defend

Todas as razões expostas por Ilbery et al (2005), sejam elas agregação de valor, proteção de meio ambiente, defesa para produtos tradicionais do local ou as estruturas econômicas que os sustentam ou busca por meios alternativos e mais socialmente justos para a produção de alimentos, estão relacionadas às consequências da política de abertura do mercado imposta mundialmente a partir da década de 1990.

Além disso, ainda que os níveis de rigorosidade de controle de qualidade oscilem de acordo com cada país produtor, tipo de produto ou tipo de consumidor, a segurança alimentar atualmente é o elemento mínimo que um produtor deve garantir ao comercializar seu produto. Dessa forma, diferenciar o produto para vendê-lo a melhores preços parece ser a única solução para os produtores competirem no mercado atual.

Em se tratando da União Europeia, Lópes (2012) afirma que todos os alimentos são de qualidade, uma vez que existe uma série de controles e requisitos para que se possa comercializá-los. A legislação da União Europeia é bastante rigorosa quanto à segurança e qualidade agroalimentar. O Regulamento da Comissão Europeia nº 178/2002 determina as normas, os órgãos competentes e os procedimentos que devem ser tomados para que as mercadorias agroalimentares possam circular livremente pelo território da União Europeia. De acordo com a legislação,

o presente regulamento prevê os fundamentos para garantir um elevado nível de protecção da saúde humana e dos interesses dos consumidores em relação aos géneros alimentícios, tendo nomeadamente em conta a diversidade da oferta de géneros alimentícios, incluindo produtos tradicionais, e assegurando, ao mesmo tempo, o funcionamento eficaz do mercado interno. Estabelece princípios e responsabilidades comuns, a maneira de assegurar uma sólida base científica e disposições de procedimentos organizacionais eficientes para servir de base à tomada de decisões em questões de segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais (Comissão Europeia, 2002).

local traditional products and the social and economic structures which sustain them, or to find alternative and more socially just means of producing food.

De acordo com López (2012), o produtor agrícola europeu, produzindo sob todos esses critérios de segurança e qualidade, tem seu processo produtivo encarecido e não consegue manter os preços competitivos. Portanto, se não valorizar sua produção através da diferenciação, acabará por não conseguir manter-se no mercado. Para Brondani e Locatelli (2008), uma vez que o produto é certificado ele possui certa credibilidade em relação a outros produtos que não o são, facilitando o acesso e a permanência do produto no mercado.

Notadamente, quando se fala em alimentos de qualidade na Europa, refere-se às qualidades diferenciadas de alimentos. Esses alimentos de qualidade contrapõem-se às padronizações de duas maneiras: 1) sendo direcionados a clientes especiais (nichos de mercado); 2) sendo elaborados através de procedimentos técnicos específicos.

Ilbery et al (2005) destaca três elementos para construir uma diferenciação: “produto”, “processo” e “lugar”. Construir uma diferenciação a partir do produto constitui em tornar o produto atrativo pela qualidade excepcional ou pela característica que ele possui, por exemplo, os alimentos orgânicos e ecológicos. No caso das indicações geográficas, no mundo todo, o selo só pode ser obtido a partir de uma série de exames (físicos, químicos e, até mesmo, sensoriais) que atestam a qualidade do produto.

A diferenciação por processo ocorre quando o modo de produção é especial ou, de certa forma, tradicionais ou artesanais, garantindo a preservação das especialidades na produção. Nas indicações geográficas, apesar da grande atenção voltada aos fatores físicos inerentes ao produto (clima, solo, temperatura, pluviosidade, etc), os fatores humanos tem tanta, ou até mais, importância na diferenciação destes produtos. Entendemos como fatores humanos em indicação geográfica as técnicas empregadas, a organização para a produção e distribuição e os aspectos sociais e culturais da região intrínsecos ao produto. Para Falcade (2007, p.231), “o produto cujo fator de produção essencial seja a terra tem no espaço a origem das características ou qualidades que são potencializadas e/ou modificadas pelas práticas culturais”. Desta forma, o meio natural não é o único elemento determinante da qualidade e especificidade de um produto. Obviamente, os fatores edafoclimáticos influenciam nos produtos agrícolas de forma a defini-los com maior ou menor qualidade, no entanto, são os sistemas de ações, as práticas sociais, que

viabilizam a organização do comércio, as técnicas de cultivo, tempo de colheita, utilização de maquinário, etc.

No caso da diferenciação por lugar, busca-se diferenciar os produtos por serem originários de uma determinada região. Nesse caso, é valorizado o meio geográfico – entendido como um conjunto de elementos naturais e/ou humanos - onde ocorre a produção. Para tanto, podem ser considerados tanto a qualidade especial do produto elaborado em determinadas condições edafoclimáticas ou humanas, como a reputação e reconhecimento que a região conquistou com o passar do tempo.

No caso da indicação geográfica, tanto o modo de produção quanto o meio natural resultam na elaboração de um produto de qualidade superior constituindo, concomitantemente, os três elementos de diferenciação descritos Ilbery *et al* (2005).

Também os autores Daviron e Ponte (2007) enfatizam a importância da diferenciação do produto para agregar valor. Os autores acreditam que a diferenciação pode gerar agregação de valores material, de prestação de serviços e/ou simbólico. O valor material caracteriza-se pelo reconhecimento da qualidade material do produto, como os aspectos sensoriais (aroma, sabor, tamanho, cor e defeitos dos grãos). A prestação de serviços caracteriza uma ligação direta entre produtor e consumidor final, como no caso do agroturismo ou no consumo do café em bares ou restaurantes. Os valores simbólicos se fundamentam na "reputação e são geralmente inerentes às marcas depositadas, às indicações geográficas e às etiquetas de sustentabilidade", proporcionando o consumo, não somente do produto, mas da confiabilidade de uma empresa, de um lugar ou da ética (DAVIRON; PONTE, 2007, p. 66). Dessa forma, mais uma vez, a indicação geográfica apresenta-se como forte elemento de diferenciação e valorização.

Também na obra de Harvey (2005) encontramos referência aos elementos de especialidade do produto a partir do lugar onde, ou modo como, é produzido, proporcionando acumulação de capital. Para o autor, a renda monopolista pode se concretizar por duas formas: a) pelo controle de recurso natural, mercadoria ou localidade especial em relação a certo tipo de atividade (centralidade); b) diretamente da terra ou do recurso (quando terras são vendidas para capitalistas e financistas multinacionais com fins especulativos). As duas formas podem se cruzar, por exemplo, "pode se negociar uma vinha (com seu castelo e cenário físico únicos), renomada por seus vinhos por um preço diretamente monopolista, assim como os

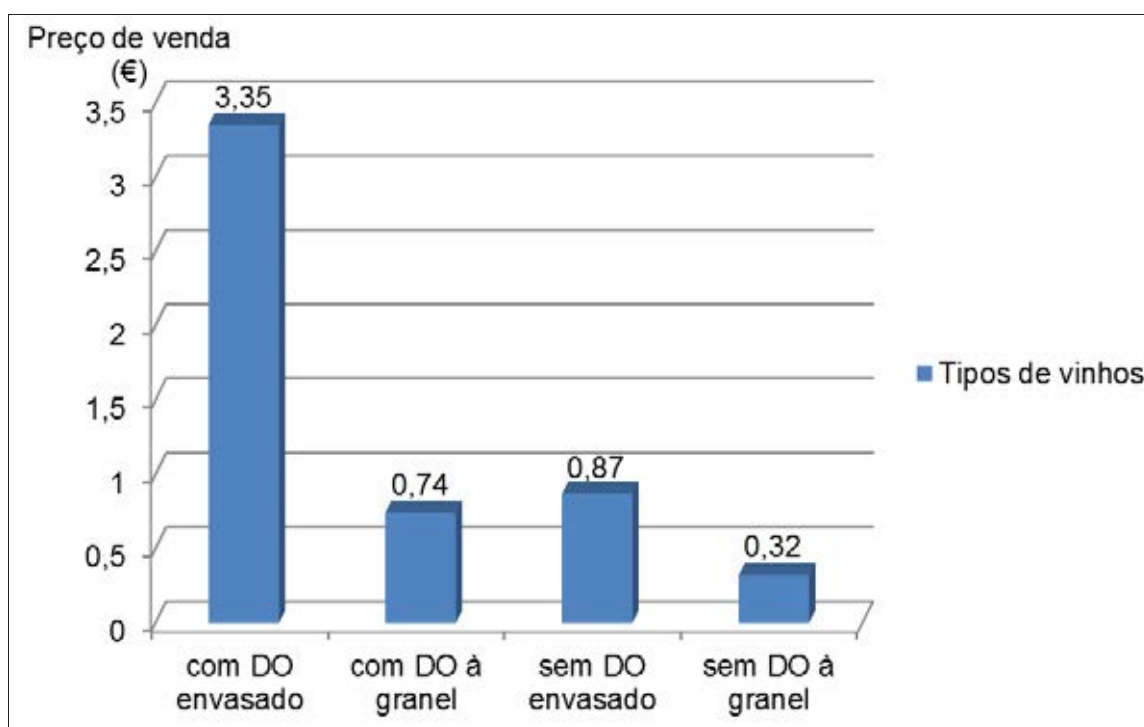
vinhos exclusivamente cheirosos produzidos na propriedade" (HARVEY, 2005, p. 222). Segundo Harvey (2005, p. 226),

Para a renda monopolista se materializar, é preciso encontrar algum modo de conservar únicos e particulares as mercadorias ou os lugares [...] mantendo a vantagem monopolista numa economia mercantil e, frequentemente, muito competitiva.

[...] Em consequência, as patentes e os pretensos "direitos de propriedade intelectual" se tornam um importante campo de batalha, através do qual o poder monopolista, de modo mais geral, faz suas reivindicações.

O gráfico a seguir oferece um exemplo de como a produção diferenciada, especificamente a com Denominação de Origem (DOs)²⁶, promove a melhoria nos preços de vinhos espanhóis.

Gráfico 7 - Preços dos vinhos com DO e sem DO exportados em novembro de 2010



Fonte: *Observatorio Español del Mercado del Vino – OEMV* (2011)

²⁶ Denominação de Origem e Denominação de Origem Protegida são as qualidades de indicação geográfica mais comuns na Europa atualmente.

Além das vantagens de preço, quando as medidas de proteção e controle de indicação geográfica são aceitas pelos países de importação, o comércio entre países é facilitado.

3.2 Indicações Geográficas no Brasil: o reconhecimento oficial da região produtora

No Brasil, a Indicação Geográfica (IG), bem como seus tipos - Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO) - são os termos oficiais que qualificam a procedência dos produtos, em sua maioria, de origem agroalimentar.

Os registros como indicações geográficas surgiram como uma forma de proteção aos produtores e aos consumidores, mantendo uma legislação que pune as falsificações e imitações e certifica as especificidades de cada região. Internacionalmente, essas medidas facilitam o comércio entre os países, desde que as certificações sejam aceitas pelos países de exportação.

Para Lagares *et al.* (2006), com a mundialização dos mercados, a crescente demanda dos consumidores por maior clareza com relação à proveniência dos produtos consumidos ampliou as discussões à respeito da regulamentação do comércio e a regularização e certificação da produção, em especial, dos produtos agroalimentares. Segundo os autores,

A segurança alimentar tem na rastreabilidade um instrumento de controle das etapas do processo produtivo. E isso abre também oportunidades para as indicações geográficas, como uma janela para o mundo, sinalizando onde e como é produzido um alimento. (LAGARES; LAGES; BRAGA, p. 14, 2006)

Dessa maneira, a certificação de um produto como indicação geográfica passou a ser sinônimo de qualidade e tradição. Assim como um restaurante ou cafeteria vende, além do produto propriamente dito, seu “ambiente”, o comprador de um produto com IG leva consigo a certeza de estar comprando, além de um material de alta qualidade, uma gama de simbolismo por trás deste: a tradição produtiva, o reconhecimento da região e, possivelmente, o tipo de trabalho empregado naquele produto.

O Brasil possui um modelo próprio de certificação para qualificar os produtos e registrar suas origens. Seus moldes baseiam-se nos padrões europeus de certificação, onde surgiram os primeiros registros oficiais.

A inclusão brasileira na legislação internacional a respeito das indicações geográficas iniciou-se com a assinatura brasileira do documento da CUP em 1883. O Brasil também foi um dos doze países que aderiram, em 1891, ao *Arreglo de Madrid*. Finalmente, a consagração da Lei 9.279, de 14 de Maio de 1996 - relativa à propriedade industrial e à criação das Indicações Geográficas no Brasil - decorreu da definição do TRIPs, conjuntamente a todos os outros membros da OMC.

O registro de IG no Brasil é concedido a um grupo de produtores ou prestadores de serviços²⁷ que procuram defender seus produtos ou serviços, de forma que se organizam motivados por um lucro coletivo. No caso do produtor que pretende portar uma IG, as regras de produção específicas devem ser respeitadas, oferecendo qualidades específicas ao produto, disponibilizando ao consumidor a certeza da compra de um produto diferenciado. Por ser um produto excepcional e de difícil substituição, ele possui uma melhor reputação e os consumidores dispõem-se a pagar mais, agregando-se valor à produção.

O reconhecimento da IG de um nome geográfico pode ser requerido por sindicatos, associações, institutos ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva e estabelecida em respectivo território com o nome requerido. De acordo com o SEBRAE (2011), "uma vez reconhecida, a indicação geográfica só poderá ser utilizada pelos membros daquela localidade que produzem ou prestam serviço de maneira homogênea".

Quanto à distinção de seus tipos, os art. 176, 177, 178 e 182 da Lei nº 9.279/96 da Constituição Brasileira, diferenciam a IP e a DO. A IP trata da região conhecida enquanto centro de extração, produção ou fabricação de dado produto ou prestação de serviço, enquanto a DO trata da região cujas características se devam essencialmente aos fatores naturais (características fisiográficas) e humanos (*savoir-faire*), constituindo o meio geográfico.

²⁷ As condições para o registro das indicações geográficas encontram-se descritas pela Resolução INPI 075, de 28 de novembro de 2000. A resolução, no entanto, não explica o que seriam os fatores humanos ou naturais. Tampouco há, inclusive na legislação internacional, qualquer referência ao termo "serviços" nas definições (FALCADE, 2007), deixando a critério dos regulamentos de cada indicação geográfica sua descrição.

Destarte, a diferença essencial entre os tipos de IGs é que a IP exige um reconhecimento prévio e informal do produto pela população, independentemente da qualidade e da especificidade comprovada²⁸, enquanto a DO exige uma relação direta e mensurável com a qualidade do produto advinda dos aspectos naturais da região e da ação humana com base nas tradições locais.

A primeira IG brasileira foi concedida à produção de vinhos tintos, brancos e espumantes da região do Vale dos Vinhedos (RS), em 2002, seguida pelo registro como IP dos cafés da Região do Cerrado Mineiro (MG), em 2005. Atualmente, no Brasil, existem 33 IGs nacionais e oito estrangeiras registradas pelo Instituto Nacional de Proteção Industrial - INPI. Esse número aponta um crescimento de aproximadamente 68% em relação ao ano de 2011, quando haviam apenas 28 produtos registrados (23 nacionais e cinco estrangeiros).

Os registros incluem cafés, vinhos, cognac, carne suína e derivados, carne bovina e derivados, aguardentes, uvas, couro, arroz, camarões, artesanatos, doces, panelas de barro, queijos, calçados, joias, rochas, mármore, própolis, cacau, têxteis e serviços de tecnologia da informação.

Com relação ao café, o INPI já concedeu quatro IPs (Cerrado Mineiro, Serra da Mantiqueira Sul Mineira, Mogiana Paulista e Norte Pioneiro Paranaense) e uma DO (Cerrado Mineiro²⁹).

A Lei 9.279/96 define as punições às falsificações, imitações ou indução às falsas procedências, protegendo juridicamente o produtor e oferecendo segurança aos consumidores. De acordo com Dupin³⁰ (2011), com a IG não se protege o produto em si, mas os fatores naturais e humanos contidos nele, ou seja: a reputação, o modo de fazer, a tradição local, etc. Devido a isso, quando o nome geográfico torna-se de uso comum, designando o produto ou serviço em si e não mais a região de sua origem, este não será considerado IG. É o caso, por exemplo, do Queijo Minas.

²⁸ Ainda que a qualidade ou a especificidade do produto ou serviço não seja, necessariamente, obrigatória, o regulamento da indicação geográfica deve conter informações e descrições detalhadas sobre o modo de produção ou as características finais que o produto ou serviço deve obter.

²⁹ O Cerrado Mineiro foi a região pioneira na obtenção de ambos os registros: Indicação de Procedência e Denominação de Origem.

³⁰ Luiz Claudio Dupin é atual coordenador de fomento e registro de Indicações Geográficas do INPI.

No entanto, a crescente valorização de produtos diferenciados através de sua origem espacial e a existência de uma legislação branda sobre as IGs cria lacunas onde o conceito de controle de procedência pode ser apropriado por entidades privadas.

A principal diferenciação entre patentes, marcas registradas e IGs encontra-se na essência do objeto protegido pela Lei. Enquanto a patente promove a propriedade por parte de pessoas ou empresas sobre uma invenção ou modelo de utilidade e a marca registrada protege a empresa ou grupo de empresas que a detém, a IG protege uma região, os fatores naturais e a tradição produtiva local. A questão das marcas em contraposição às IGs no Brasil permeia uma sobreposição, por parte das empresas, da legislação vigente.

De acordo com a Lei 9.279/96,

Art. 124 - Não são registráveis como marca:

(...)

IX - indicação geográfica, sua imitação suscetível de causar confusão ou sinal que possa falsamente induzir indicação geográfica;

X - sinal que induza a falsa indicação quanto à origem, procedência, natureza, qualidade ou utilidade do produto ou serviço a que a marca se destina; (BRASIL, 1996).

Legalmente, um nome geográfico pode servir como um componente de uma marca desde que este nome não constitua uma IP ou uma DO registrada ou que induza falsa procedência (DUPIN, 2011). Observamos, no entanto, o uso de nomes semelhantes que remetem a regiões com IG, apropriando-se das características essenciais daquela região para promover seu produto. O registro de uma marca com o nome de uma IG é ilegal, a venda de produtos com nome da região registrada não o é.

O caso da região de Salinas (IG para aguardente de cana tipo cachaça, registrada em outubro de 2012), em Minas Gerais é peculiar. A marca Salinas já é registrada pelo INPI desde o ano de 1985 pela empresa SLN Licenciamentos (indústria de vestuário), desde 1992 pela Fazenda Salinas Indústria e Comércio de Bebidas (que comercializa a Cachaça Salinas) e desde 2001 pela empresa Salinas Automóveis. Também está em processo de registro pedido pela empresa Inbrands

(perfumaria) desde 2012. A Lei prevê que, depois de registrada a IG, nenhuma marca pode levar o mesmo nome, no entanto, a marca registrada antes da IG não sofre consequências legais.

Como exemplo de empresa que atribuiu um nome geográfico ao tipo de produto vendido, destacamos a empresa Melitta (multinacional de origem e sede alemã) na venda de uma linha de cafés intitulada "Regiões Brasileiras", em que os nomes de três regiões brasileiras, as quais já possuem IG registrada com nomes semelhantes são utilizados para caracterizar um café de maior qualidade e de sabor diferenciado.

Figura 4 - Embalagens dos cafés da linha Regiões Brasileiras da empresa Melitta



Fonte: www.melitta.com.br/detail_d6_pt,71232,70747,detail.html

A empresa utilizou-se do reconhecimento do *terroir* das regiões produtoras de café e o expôs em suas embalagens (vide Figura 4) como forma de diferenciar seu produto. As regiões retratadas pela marca como Cerrado, Sul de Minas e Mogiana são equivalentes às IGs da Região do Cerrado Mineiro, Região da Mantiqueira de Minas e Alta Mogiana, respectivamente. A empresa não utilizou o nome exato concedido pelo INPI e, por esse motivo, a venda desse produto não é ilegal tampouco considerada fraude.

A empresa brasileira Santo Grão (razão social: Black River Café LTDA) também vende cafés provindos dessas três regiões e especifica-as na embalagem de seus produtos, como se pode observar pelas figuras abaixo, retiradas do site da empresa:

Figura 5 - Linha de cafés da empresa Santo Grão



Fonte: www.santograo.com.br

O esforço de empresas e marcas em representar, nas embalagens, as características da região onde se produz evidencia como esse tipo de mecanismo pode valorizar um produto.

Diante de várias características distintivas conferidas pelo reconhecimento de uma região produtiva, as regiões de produção de cafés especiais são algumas das

poucas no território brasileiro que conseguiram, de certa forma, fugir à lógica das *commodities* e, com o tempo, agregar valor, diferentemente do padrão observado pelas outras regiões produtoras. Essas regiões agregam de forma simultânea três tipos de valor - material, simbólico e de prestação de serviços (DAVIRON; PONTE, 2007) - à produção cafeeira através da produção de cafés *gourmet*, da obtenção da IG e do desenvolvimento do agroturismo.

Dessa forma, é possível compreender a delimitação de uma indicação geográfica como uma delimitação espacial de um modo de produção, (constituído por força de trabalho, meios de produção e relações de produção, ou seja, instrumentos de trabalho e práticas sociais) e de um meio natural. A indicação geográfica, portanto, promove a materialização dos componentes do espaço geográfico - “um conjunto indissociável de sistema de objetos (instrumentos de trabalho) e de sistemas de ações (práticas sociais)” (SANTOS, 1999, p. 6) - em um produto. Compreendemos, também, a indicação geográfica como um fragmento do espaço geográfico. Delimitar uma indicação geográfica, portanto, seria também uma forma de regionalizar.

3.3 Indicação geográfica e região: coexistências dialéticas

Propomos, neste momento, uma abordagem das indicações geográficas a partir da formação regional, como decorrência do aprofundamento da divisão espacial do trabalho.

A designação da indicação geográfica resgata de maneira contraditória uma noção clássica de região, pautada no *terroir*, isto é, no uso coletivo e solidário de um conjunto de terras para a produção de determinado produto, para, no presente, proporcionar uma coesão organizacional, vinculada às demandas de competitividade do mercado globalizado. Como assevera Santos (1994, p. 57):

O fundamento etimológico da palavra região [reger] é perdido, na medida em que há regiões que são apenas regiões do fazer, sem nenhuma capacidade de comando. Na definição atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços.

Dessa maneira, a designação da indicação geográfica reconhece a existência de uma região histórico-cultural, atrelada a um determinado produto ou serviço e, ao mesmo tempo, oficializa a compartimentação de um subespaço produtivo, derivado do estabelecimento de uma solidariedade organizacional. Nesse sentido, compreendemos a indicação geográfica, como um fragmento do espaço geográfico - uma região. Reconhecemo-la a partir da identificação de um modo de produção diferenciado em um determinado espaço delimitado por suas características ambientais, sociais e econômicas.

As noções de região e, seu ato, a regionalização, são nitidamente polissêmicas. De gênese incerta, que remete à antiguidade clássica, o termo região está ligado fundamentalmente à ideia de que a superfície terrestre é constituída por áreas diferentes entre si (CORRÊA, 2001). Seu emprego, ao longo da história da epistemologia da Geografia e das ciências correlatas³¹, possibilitou diferentes meios de se perceber a realidade. As diversas formas de compartimentação da região sejam elas de cunho natural, histórico-cultural, administrativo ou econômico, são constantemente recriadas, coexistem, se sobrepõem e se articulam a cada momento da divisão territorial do trabalho. Ribeiro (2004) e Côrrea (1987) concordam que existem diferentes maneiras de se regionalizar, e que todas elas são meios para se conhecer a realidade, sem prescindir da coerência aos objetivos que se pretende alcançar, da ação que se pretende empreender.

³¹ Segundo Costa (2010), o termo região foi utilizado por diversas ciências, notadamente a Economia Regional, a História Regional, a Sociologia, a Ciência Política (regionalismos) e a Antropologia (identidade regional).

3.3.1 Região natural e histórico-cultural

A noção de região histórica enfatiza o caráter de tradição produtiva das áreas demarcadas pelas indicações geográficas, que lhes concede valorização simbólica e, por vezes, de prestação de serviços. Essa noção assume a região construída historicamente, atrelada ao fator *terroir* e à subsequente tradição produtiva vinculada a ele.

As indicações geográficas são obtidas, em essência, por produtos do gênero alimentício, provindos da produção agropecuária. Diante disso, apontamos para uma perspectiva a respeito dos fatores edafoclimáticos inerentes à produção rural.

Pierre George (1982, p.57) caracteriza o meio rural por ser o espaço da incerteza permanente. Para o autor, apesar do avanço técnico e científico que o agricultor pode contar atualmente, a agricultura continua estreitamente submetida técnica e economicamente às "conjunturas naturais". O autor completa afirmando, sobre a produção agrícola, que "apenas sob formas limitadas de uma pequena fração da produção industrial, ela poderá escapar às vicissitudes do céu" (GEORGE, 1982, p. 58). O mesmo pode-se afirmar das atividades econômicas não agrícolas no campo (manufatura, comércio, prestação de serviços), apontadas por Graziano da Silva (1996). A dependência existe uma vez que o clima interfere diretamente nas atividades turísticas e na matéria-prima utilizada pelas pequenas indústrias de alimentos.

Assim, compreendemos o meio rural, e sua subsequente produção agropecuária, como de certa forma condicionadas pelos fatores naturais. Da mesma maneira, o atrelamento aos fatores naturais, faz com que cada localidade apresente condições favoráveis para certos tipos de atividade, diferentemente do que acontece em grandes propriedades agropecuárias ou agroindustriais, onde o processo produtivo depende, quase que exclusivamente, das demandas de mercado internacional.

A esse favorecimento natural, ou condições ambientais específicas, atribuímos a existência de um aprofundamento da divisão territorial do trabalho, privilegiando (e, por vezes, valorizando), naquela região, a elaboração de dado produto ou atividade, em detrimento de outros. O desenvolvimento histórico de dada produção, atrelada

aos fatores naturais, por vezes, confere ao produto características e qualidade diferenciadas.

Os fatores técnicos e humanos, entretanto, não podem ser excluídos da produção regional: toda produção envolve trabalho. Diferentes modos de produzir também propiciam diferentes características aos produtos. Dessa forma, os aspectos humanos e a técnica, ou ainda, o modo de produzir, também se materializam no produto da região.

3.3.2 A regionalização como fato e como ferramenta

Às características distintivas e/ou de qualidade superior do produto obtidas a partir dos fatores ambientais (*terroir*) e/ou de modo de produzir (*savoir-faire*), construídos historicamente em determinados fragmentos do espaço, pode ser atribuído um reconhecimento por parte de agentes fora da região. Em consequência, nessa região desenvolve-se um grande potencial para obtenção dos selos de indicação de procedência de produtos.

Apoiando-nos sobre a noção de regionalização discutida por Ribeiro (2004), analisaremos a demarcação de uma região para obtenção de selo de certificação de procedência como uma regionalização como fato que, concomitantemente, serve, como ferramenta. Dessa forma, observamos a área demarcada pela indicação geográfica como uma região construída historicamente (e reconhecida), através das dinâmicas políticas e socioeconômicas (região como fato), e como possuidora de uma especialização produtiva vinculada às demandas externas e que serve ao interesse do mercado globalização (região como ferramenta).

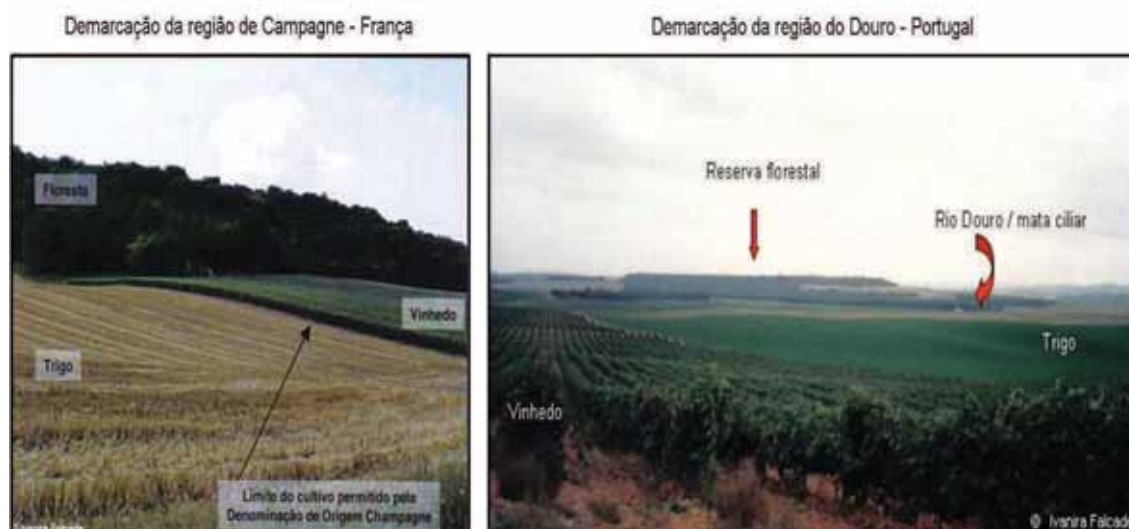
Como vimos anteriormente, os produtos agrícolas respondem de maneira direta aos fatores edafoclimáticos a que são submetidos. O apelo à origem dos produtos é fundamentado na ideia de que diferentes condições naturais e de tratamento proporcionam produtos com qualidades distintas. Na indústria agroalimentar, principalmente os produtos destinados a nichos específicos de clientes que buscam maior qualidade, o clima, o relevo e o solo conferem sabores, aromas e texturas diferentes para cada produto em determinada região.

A regionalização abordada como fato é construída historicamente por ações que regionalizam, ditadas pelas dinâmicas de poder e suas resistências. "Trata-se

da reflexão simultânea da estrutura espacial e da dinâmica sócio-econômica e político jurídica da formação social brasileira" (RIBEIRO, 2004, n.p.). A demarcação das indicações geográficas remonta a essa ideia, uma vez que demarca uma área reconhecida pelos seus aspectos historicamente construídos no território através das dinâmicas socioeconômicas e político-jurídicas nacionais. Essas demarcações refletem a regionalização como fato que, segundo Ribeiro (2004), está vinculada às dinâmicas de poder e que se inscrevem nas diferentes formas de apropriação do território, através de sua construção e de seu uso.

Parte do estudo de Falcade (2005), na Europa, nos apresenta exemplos de demarcações de indicações geográficas elaboradas a partir do reconhecimento da região e de seus fatores edafoclimáticos.

Imagem 1 - Demarcações das indicações geográficas Champagne (França) e Douro (Portugal)



Fonte: Falcade, 2005

De acordo com Falcade (2005), a demarcação da indicação geográfica de Champagne, implementada no ano de 1927, na França, foi elaborada a partir de suas origens históricas e de reconhecimento. Como podemos observar na Imagem 1, o limite da demarcação não possui qualquer distinção de relevo ou clima visíveis, significando, possivelmente, a demarcação elaborada a partir dos vinhedos existentes já reconhecidos na região. A região de cultivo de vinhedos do Douro, por outro lado, demonstra a consideração que alguns aspectos físicos como declividade, altitude e barreiras de relevo tiveram no processo de demarcação. De acordo com a

autora, as variáveis determinantes na definição da área de cultivo, em 1970, foram as condições ambientais, mais precisamente, os solos.

As demarcações de *Denominación de Origen* para vinhos da Comunidade Autônoma de *Castilla y León*, na Espanha, são exemplos de indicações geográficas delimitadas, fundamentalmente, devido aos atributos de modo de produção e reconhecimento.

Constituindo-se em uma área de quase 95 mil quilômetros quadrados e com uma altitude média de 830 metros acima do nível do mar, a região de *Castilla y León* apresenta por toda sua extensão territorial características edafoclimáticas muito semelhantes. A região é rodeada por diversas cadeias de montanhas onde os picos mais altos superam os 2.500 metros de altitude. O índice de pluviosidade é baixo (não ultrapassando 450 milímetros anuais nas regiões mais úmidas) e a amplitude térmica é grande (com temperaturas que variam entre 40°C e -8°C em uma mesma província). Diante de todas essas características, *Castilla y León* oferece à produção de uvas e vinhos as condições ideais para o desenvolvimento de uma produção de qualidade diferenciada.

Imagem 2 - Cadeia de montanhas a Sudeste e relevo típico da Comunidade Autônoma de Castilla y León



Fotografia: Jaqueline Vigo Coguetto

Figura 6 - A região de Castilla y León e suas Denominações de Origem



Fonte: www.lucasferreyra.com.br

Com características edafoclimáticas tão semelhantes, as 12 indicações geográficas da região (Figura 6), distinguem-se basicamente pelos fatores humanos e pelo reconhecimento inerentes à produção de vinhos de cada demarcação.

O meio técnico científico informacional (SANTOS, 2012a; 2012b) proporciona uma relação cada vez mais mecânica e programada entre o homem e o meio (vide a agricultura de precisão). No entanto, a preocupação e a valorização da origem dos produtos nos remetem, em partes, às antigas relações entre sociedade e o meio natural (SANTOS, 2012a), quando um era profundamente suscetível às mudanças naturais do outro. Atualmente, essa relação de dependência tem outras formas. As qualidades singulares que um produto pode adquirir ao ser produzido em uma região específica tornam a região mais ou menos interessante à produção de determinado produto, uma vez que essas qualidades podem significar agregação de valor ao produto.

A regionalização como ferramenta constrói-se nesse sentido. Enquanto vista como fato, a indicação geográfica assume um território construído historicamente e busca preservá-lo e valorizá-lo. A indicação geográfica vista como ferramenta para a

regionalização, no entanto, parte da ideia do aprofundamento de uma especialização produtiva vinculada à demanda externa, utilizando-se de meios políticos para desenvolver um ideal, muitas vezes, corporativo. Essa concepção apoia-se no fato de que "as regiões exercem um papel de controle sobre a sociedade como um todo, já que as ações não se localizam em lugares ermos nem obtêm o mesmo resultado nas diversas frações do território em que se instalam" (SILVEIRA, 2010, p. 75).

Destarte, ressaltamos como a indicação geográfica resgata, de maneira contraditória, uma noção clássica de região, pautada no *terroir* e no *savoir-faire*, isto é, no uso coletivo e solidário de um conjunto de terras para a produção de determinado produto de determinada maneira, para, no presente, proporcionar uma coesão organizacional, vinculada às demandas de competitividade do mercado globalizado.

Observamos, portanto, a noção de competitividade inerente à evolução das ações de regionalização, trazendo à tona a noção de região competitiva. Para Castillo e Frederico (2010b)

Trata-se de um compartimento produtivo do espaço geográfico, cujas forças de coesão se estabelecem, via de regra e teoricamente, a partir de uma combinação de competências técnicas locais com interesses políticos distantes, cuja melhor designação parece ser a de região competitiva (CASTILLO; FREDERICO, 2010b, p. 19).

Castillo (2008, p.8) afirma que a especialização espacial produtiva "gera condições para o aumento da produção e da produtividade, elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e regiões para um determinado tipo de produção". Assim, o ideal de competitividade é intrínseco à busca, concessão e delimitação de uma indicação geográfica como ferramenta.

Considerando a sobreposição das noções de fato e ferramenta pertencentes à região, Costa (2010) desenvolve a noção de região como artefato. O autor, que utiliza a denominação artifício para definir uma condição semelhante a de noção de ferramenta de Ribeiro, propõe que se construa a noção de região baseada na conjunção de noções de região como fato (evidência real) e como artifício (instrumento, meio ou construto, moldado pelo sujeito).

A região vista como *artefato* é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, “construto” ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). “Arte-fato” (com hífen) também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (“arte”) e como construção já produzida e articulada (“fato”) (COSTA, 2012, p. 109).

Dessa forma, acreditamos que a definição de Rogério Haesbaert da Costa - artefato – seja ideal para denominar as características de formação regional inerentes à indicação geográfica (Costa, 2010).

4 CAPÍTULO III - CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO DO CAFÉ DA SERRA DA MANTIQUEIRA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1 Cafés especiais da região da Mantiqueira de Minas: economicamente convenientes, naturalmente favorecidos

4.1.1 Conveniência econômica

O início do cultivo de café na região da Serra da Mantiqueira de Minas, mais precisamente, Villa Silvestre Ferraz (atual município de Carmo de Minas – MG) data do começo do século XX, quando as primeiras propriedades iniciaram o comércio do café.

De acordo com o Estudo para Estabelecer a Demarcação da Região da Serra da Mantiqueira para Café (s.d.)³², em meados do século XX, o município contava com cerca de três mil pés de café. Desde essa época, o café da região era destinado, em grande parte, para a exportação. Os exportadores interessados visitavam as fazendas de café, de onde retiravam uma amostra para prova. Desde a década de 1950, o café cultivado (da linhagem *Bourbon*, uma variedade do cafeeiro Arábica³³) era considerado de excelente qualidade quando comparado ao resto da produção nacional. O café era transportado via ferrovia para os portos de Santos ou do Rio de Janeiro, de onde seguiam para os compradores internacionais.

Apesar dos fatores fisiográficos serem favoráveis à produção de cafés de qualidade superior, a cafeicultura da região passou por períodos de grandes adversidades. As mudanças na agricultura durante a década de 1970, aliadas às dificuldades naturais locais para a produção mecanizada, ampliadas pelas

³² O estudo é parte integrante dos documentos que foram enviados ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para a obtenção do registro de Indicação de Procedência. O parecer técnico agrônomo é assinado por dois engenheiros agrônomos (Dr. Antônio Wander Rafael Garcia e Dr. José Braz Matiello, da Fundação PROCAFÉ) e um engenheiro químico (Dr. Ensei Uejo Neto, juiz da SCAA).

³³ As duas espécies de cafeeiro mais conhecidas são a *Coffea Arabica* (café Arábica) e a *Coffea canephora* (café Robusta ou *Conillon*). Ambas são produzidas no Brasil, no entanto, a produção do café arábica corresponde a aproximadamente três quartos da produção mundial. A elaboração a partir do café Arábica oferece qualidade superior à bebida, mais rica em aroma, perfumada e ligeiramente adocicada. O café Robusta é mais utilizado em *blends* - mistura de variados tipos de café que busca amenizar ou exaltar características específicas de cada bebida, como acidez, aroma, corpo, etc.

transformações na agricultura a partir da década de 1990, gradativamente excluíram a região da Serra da Mantiqueira do cenário do comércio de cafés comuns.

A princípio, a região ficou desfavorecida perante as diversas adaptações mecânicas agrícolas inseridas sob o contexto da Revolução Verde no Brasil, durante a década de 1970. Por ser uma região serrana, a maior parte de sua área é caracterizada por declives acentuados impedindo a mecanização da produção. Ainda hoje, a colheita na região é feita, essencialmente, de forma manual, com auxílio de pequenas máquinas derriçadeiras.

Uma vez que a mecanização é dificultada, a utilização de maior quantidade de mão-de-obra para colheita e para cuidados da lavoura torna-se essencial. Consequentemente, os custos de produção do café da região da Serra da Mantiqueira superam o custo de produção de café em áreas planas, passíveis de mecanização. Assim, por via de preços, a participação da região no mercado de cafés tornou-se, cada vez mais, inviável.

Além disso, como vimos anteriormente, a crise da cafeicultura a partir da década de 1990 caracterizou-se pelo decréscimo do valor percentual recebido pelo produtor e o acirramento das desigualdades no campo. Acompanhando o elevado custo de produção e a difícil concorrência com as demais regiões produtoras, sobretudo, as localizadas em áreas do cerrado, a crise intensificou as dificuldades econômicas para permanência no mercado de cafés comuns.

Diante da situação economicamente inviável da produção de cafés comuns e aproveitando o potencial edafoclimático, o comércio de cafés da região sustentou-se, essencialmente, sob a produção de cafés especiais, destinado a nichos específicos de mercado, vendido a preços diferenciados.

Posteriormente, na década de 2000, os cafeicultores da região da Serra da Mantiqueira de Minas, apoiados pela tradição na produção de cafés de alta qualidade, buscaram desenvolver seu potencial produtivo através da obtenção do selo de Indicação de Procedência.

Destarte, os produtores de 22 municípios englobados pela Indicação de Procedência da Região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais (também denominada por Mantiqueira de Minas), buscam agregar, de forma simultânea valor material, simbólico e de serviços (DAVIRON; PONTE, 2007). O café especial é caracterizado pela alta qualidade dos grãos, caracterizando-se como

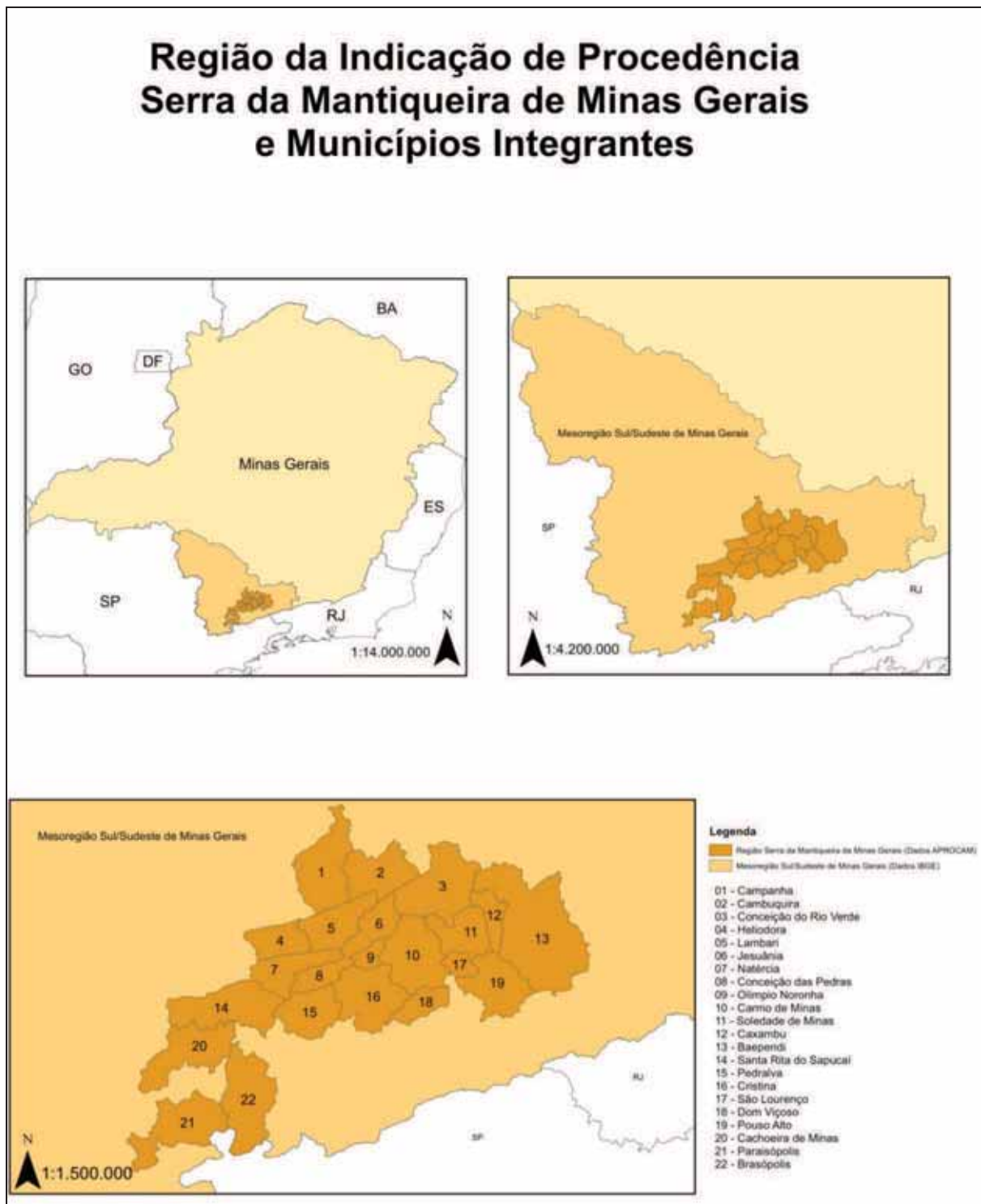
forma de agregação de valor material e, a partir do próprio material (o grão de café), obtém maior valorização monetária da produção. Com a IG obtém-se agregação de valor simbólico, através da garantia aos consumidores de um produto com certificação de origem e produzido dentro de normas pré-determinadas. O reconhecimento oficial da produção da região gera maior confiabilidade entre os consumidores. Já o valor agregado referente à prestação de serviços pode ser exemplificado pelo fluxo de turistas nas regiões, que buscam, além do descanso propiciado pela distância de grandes cidades, um turismo diferenciado, apoiado na paisagem, na tradição histórica da região e na degustação de cafés especiais.

A qualidade do café é associada a quatro grupos de fatores: a) clima e condições ambientais; b) planta de café – variedades e linhagens; c) manejo da lavoura; d) processos de pós-colheitas. Resumidamente, a produção de cafés de excelente qualidade na região da Mantiqueira de Minas decorre da associação entre a presença de fatores edafoclimáticos favoráveis e o uso racional de sistemas técnicos agrícolas. Como veremos a seguir, o relevo, o solo e o clima da região apresentam-se ideais para a produção peculiar das variedades consideradas de melhor qualidade. Os fatores de manejo e os processos pós-colheitas serão tratados em seguida, no decorrer da análise do circuito espacial produtivo da região.

4.1.2 Eficiência natural

A demarcação da IP dos cafés da região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais englobou todos os municípios de abrangência da APROCAM, responsável pela obtenção da IP. Os produtores desses municípios que pretendem obter o selo devem ser vinculados à associação, sediada em Carmo de Minas (MG) - um dos 22 municípios integrantes da região contemplada pelo registro. As propriedades associadas à APROCAM estão localizadas dentro do entorno denominado Circuito das Águas, na face sul mineira da Serra da Mantiqueira, reconhecida como uma das regiões cafeicultoras mais antigas e tradicionais de Minas Gerais (Mapa 1).

Mapa 1 - Municípios englobados pela delimitação da Indicação de Procedência da Região da Mantiqueira Minas



Elaboração: Jaqueline Vigo Coguetto

As cidades situam-se encaixadas em vales da região enquanto os cafezais tomam forma em áreas mais elevadas e de maior declividade, dividindo a paisagem principalmente com as áreas de pastagens e outras culturas menos expressivas.

Imagem 3 - Localização das cidades de São Lourenço e Carmo de Minas - MG



Fotografia: Anderson Akio Shishito.

A região de relevo com vales declivosos, cujos municípios estão estabelecidos nas encostas da Serra da Mantiqueira (como notado pela Imagem 3), se difere das regiões produtoras no cerrado, geralmente planas.

O clima de temperaturas amenas e índice pluviométrico sazonal é considerado ideal para produção de cafés com boa qualidade. Contudo, as temperaturas bastante baixas no inverno e índices de umidade expressivos, fazem com que geadas atinjam os vales da região, tornando a cultura do café inviável em altitudes menores que 900 metros.

Em consequência deste quadro natural da região, os primeiros produtores de café de Carmo de Minas iniciaram o cultivo do café em áreas de altitude entre 900 e 1400 metros, fugindo das áreas castigadas pelo rigor das geadas dos invernos. De acordo com o Estudo para Estabelecer Demarcação da Região da Serra da Mantiqueira para Café (s.d.), elaborado pela APROCAM, as condições locais são

ideais para a adaptação do cafeeiro Arábica. Nesta região, com altitudes que variam entre 800 e 1.400m, a cafeicultura regional está basicamente implantada acima de 1.100 metros, em relevo de montanhas, com declividades de até 50%, permitindo um bom escoamento de água e mantendo temperaturas amenas pela altitude e retenção de umidade.

Imagem 4 - Região da Serra da Mantiqueira face Sul mineira



Fotografia: Jaqueline Vigo Coguetto

A Imagem 4 é uma fotografia tirada à cerca de 1300 metros de altitude no município de Carmo de Minas. Esse tipo de paisagem, com declives acentuados, é típico da região dos municípios da IP. Nesta imagem podemos observar como as plantações de café (em verde escuro) concentram-se nas áreas de declividade mais acentuada e nos topos dos morros (aproximadamente 95% dos cafezais localizam-se nessas áreas), fugindo de áreas com possibilidade de geadas e aproveitando a maior incidência dos raios solares e ventilação. A escolha das faces das montanhas para ocupação do cultivo do café também é um fator importante. Percebemos que as faces voltadas para o Sul e o Sudeste são evitadas, isso porque a pouca quantidade de Sol retarda a maturação do fruto, propiciando a ocorrência de doenças. O latossolo vermelho ou amarelo, predominante na região, enquadra-se

como sendo de boa textura e granulometria para o café, sendo composto, principalmente, por partículas de areia, silte e argila, favorecendo o armazenamento de água, drenagem e aeração do solo necessários para a planta.

As araucárias presentes na paisagem da região, como podemos observar pela Imagem 5, nos ajudam a compreender o clima. A presença dessa árvore indica temperaturas bastante frias durante o inverno e temperatura amena durante o ano todo. O clima e o relevo são os principais elementos que diferenciam a região em análise de seu entorno.

Imagem 5 - Morros e araucárias em Carmo de Minas - MG e região



Fotografias: Jaqueline Vigo Cogueto

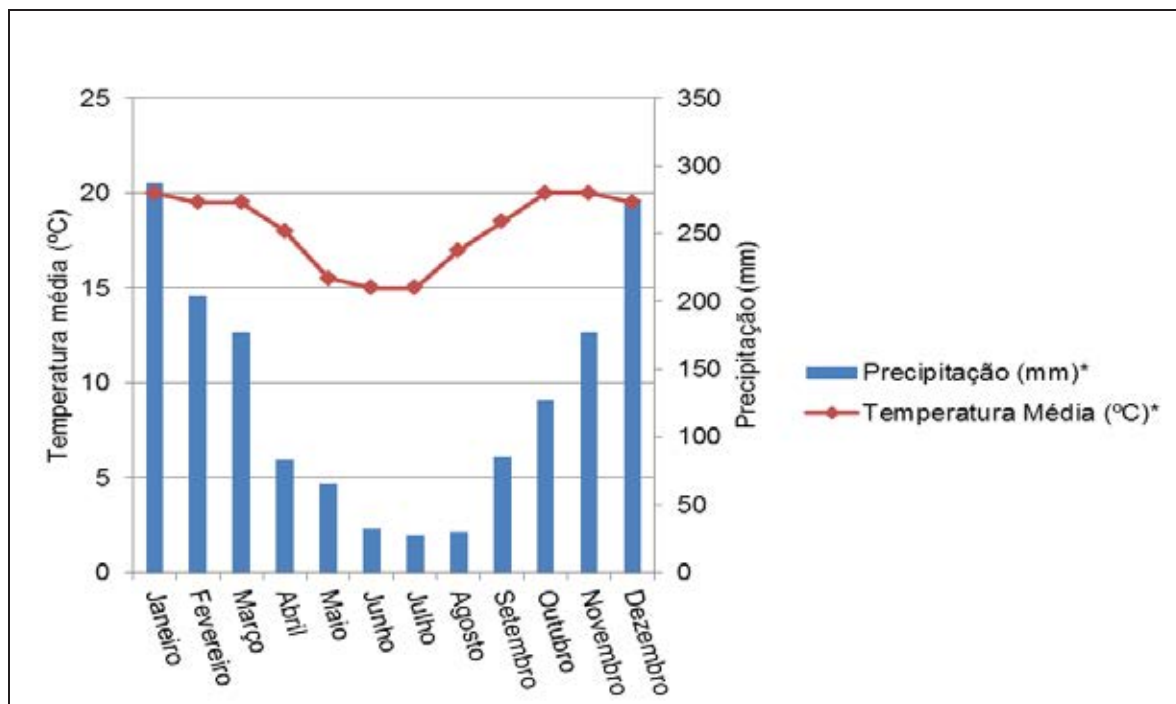
Imagem 6 - Araucárias e cafezal em Lambari - MG



Fotografia: Jaqueline Vigo Coguetto

A área detalhada na Imagem 6, que mistura a presença de araucárias e do cafezal (ao fundo, em verde escuro), nos ajuda a compreender que as temperaturas relativamente frias também propiciam o cultivo do café na região. Assim como a declividade e a intensidade de luz solar, para o cafeeiro, as condições de temperatura e pluviosidade também influenciam nas características do grão, tornando-o mais ou menos ácido, conferindo maior ou menor qualidade à bebida produzida.

Gráfico 8 - Climograma de Carmo de Minas - MG



* Valores calculados a partir de um série de dados de 30 anos

Fonte: INMET

Como podemos observar pelo gráfico anterior, o município de Carmo de Minas, localizado na área central da IP, possui temperaturas médias entre 15 e 20°C e a precipitação varia entre 280 mm por mês no verão e 30 mm por mês no inverno, caracterizando uma região de clima ameno com duas estações marcadas pela precipitação: uma seca e outra chuvosa.

Para o cafeeiro arábica, as médias de temperaturas anuais ideais para seu plantio são entre 18° e 22°C. Além da média da temperatura, uma amplitude térmica razoável, com verões e invernos delimitados pela temperatura, favorece a qualidade do grão produzido pelo cafeeiro. Assim, a região da Serra da Mantiqueira apresenta temperaturas ideais para o cultivo do café especial, com temperatura média de cerca de 29°C, com máximas de 28°C no verão e mínimas de 7°C no inverno.

Conforme o Estudo para Estabelecer Demarcação da Região da Serra da Mantiqueira para Café (s.d.), a precipitação pluviométrica anual é de 2.000mm, distribuída por todo o ano. A distribuição das chuvas durante os meses mais quentes favorece a colheita durante o inverno, mais seco. A boa disponibilidade de água, associada à declividade, é outro fator que promove o equilíbrio ambiental ideal para

o desenvolvimento do cafeeiro, fornecendo a quantidade de água adequada para a planta e drenando o excesso para a rede hidrográfica da região.

4.2 Indicação de Procedência dos cafés da Mantiqueira de Minas: a região e o reconhecimento

Os municípios contemplados pela IP são reconhecidos internacionalmente pela qualidade dos seus cafés. Somente para o pedido de IP enviado ao INPI em 2007, foram reunidas uma série de reportagens e documentos com o objetivo de provar esse reconhecimento. Essa parte dos documentos que devem ser enviados ao INPI é chamada de *clipping* e é através dela que o órgão analisa a região enquanto centro de extração, produção ou fabricação de dado produto ou prestação de serviço, avaliando sua tradição e reconhecimento.

O *clipping* enviado pela APROCAM possui mais de 170 folhas com informações sobre a tradição produtiva da região. Entre os principais documentos do *clipping*, destacamos reportagens sobre a história da produção de cafés da região, o destaque da cafeicultura de qualidade do Sul de Minas, as ótimas colocações nos concursos da BSCA, o reconhecimento internacional comprovado através de visitas dos importadores às fazendas da região e visitas dos produtores locais às torrefadoras no exterior (Japão, Estados Unidos e Canadá), o processo de demarcação da microrregião e a agregação de valor obtida a partir das vendas dos cafés especiais.

Frequentemente, os produtores de café da região ganham os principais concursos de qualidade. O concurso *Cup Of Excellence*, promovido pela ACE e realizado pela BSCA no Brasil, é considerado o maior concurso de cafés de qualidade na atualidade. A partir dos rankings dos selecionados pelo concurso no Brasil, vemos como a região da Mantiqueira de Minas é reconhecida internacionalmente pela qualidade dos cafés ali produzidos. O município de Carmo de Minas e outros municípios da região da Mantiqueira de Minas foram premiados em todas as edições, desde seu primeiro ano de realização no Brasil, em 1999.

Percebendo a vocação da região para obtenção do selo de IG, a APROCAM, através da consultoria de Ensei Uejo Neto, iniciou os preparativos para a oficialização do pedido junto ao INPI: as propriedades começaram a adaptar-se às

novas estruturas mecânicas para tratar do café durante a colheita e após a colheita, visando melhores classificações para o café produzido. Os investimentos para tais transformações partiram dos próprios fazendeiros.

De acordo com Junqueira (2013), durante o ano de 2002, a região começou a ser reconhecida por parte dos concursos de qualidade em que participava. Os produtores da região conquistaram ótimas colocações nos concursos da BSCA, Empresa de Assistência Técnica (EMATER), ABIC e a empresa Illycaffè. Consolidando a região como produtora de cafés especiais.

O próximo passo foi constituir uma comissão técnica formada por representantes dos associados à APROCAM e pesquisadores da Fundação Procafé, Dr. Antônio Wander Rafael Garcia, Dr. José Braz Matiello e o consultor Ensei Uejo Neto (Junqueira, 2013). A comissão tinha por objetivo elaborar três documentos: um descritivo da história da produção, um estudo agrônômico e uma análise sensorial dos cafés da região, comprovando a notoriedade da cultura cafeeira.

No ano de 2006, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) reconheceu, no âmbito estadual, a Região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais como Indicação Geográfica Protegida (IGP)³⁴ e tornou oficial a demarcação da região composta pelos 22 municípios da região do Sul de Minas (IMA, 2006). Esse reconhecimento por parte do estado de Minas Gerais teve fundamental importância para o reconhecimento nacional.

Em 2007, a APROCAM depositou o pedido junto ao INPI, que analisou os atributos do café da região, observando, principalmente, os aspectos de diferenciação e reconhecimento pela origem do produto. O processo durou cerca de quatro anos e, em maio de 2011, o INPI publicou a concessão do registro da indicação de procedência para o produto café da “Região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais”.

A partir da concessão do pedido pelo INPI, cabe ao conselho regulador de cada IG regular e gerir a produção da região. O conselho regulador da IP da Mantiqueira de Minas é formado por uma série de membros de diferentes instâncias, visando maior representatividade entre os interessados e envolvidos. São eles: dois membros produtores indicados pela e um membro representante da Cooperativa

³⁴ Compete ao IMA oficializar as indicações geográficas no estado para fins de validação junto ao INPI.

Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde - COCARIVE; dois membros produtores indicados pela e um membro representante da Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí - COOPERRITA; um membro representante da Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda. - COOPERVASS; o Diretor Presidente da APROCAM; um membro representante de instituição técnico-científica - no caso, da Universidade Federal de Lavras - UFLA; um membro representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - Café; um membro que represente o consumidor final (torrefação ou comercialização e/ou divulgação) ligado ao setor cafeeiro nacional; um membro representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Rita do Sapucaí; um membro representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Carmo de Minas.

Ainda que três anos tenham se passado desde a concessão do INPI para a IP do café da Mantiqueira de Minas, não houve, até a presente data, nenhum lote comercializado sob o selo de IG. De acordo com Junqueira (2014), a APROCAM e os produtores estão trabalhando em um projeto de marketing para a região, de maneira que o selo de IP seja mais bem difundido em escala nacional e internacional.

O reconhecimento da região como núcleo produtor de cafés especiais, no entanto, continua chamando atenção do mercado internacional. A produção de cafés especiais por propriedade pode chegar a até 50% do total produzido. Deste montante, de 80% a 90% é destinado à exportação.

Além dos dados de exportação, os concursos de qualidade de cafés demonstram a aptidão e a competência dos produtores da região em produzir cafés de alta qualidade. Assim como nos concursos anteriores³⁵, nos anos de 2013 e 2014, os municípios da região tiveram destaque na classificação final dos vencedores³⁶. Em 2013, na etapa do concurso para colheita antecipada (quando os grãos do processo cereja-descascados são postos em prova), dos 31 produtores finalistas, 24 eram da região da IP e, entre estes, 20 de Carmo de Minas. No

³⁵ O Anexo C apresenta um histórico da colocação dos produtores de café da Região da Mantiqueira de Minas que se classificaram entre os três primeiros lugares dos concursos de qualidade de café da BSCA, EMATER, ABIC ou Illycaffè café. Os resultados mais antigos publicados são de 2002.

³⁶ Os resultados completos de ambos os concursos encontram-se nos Anexos D e E. Nestes anexos é possível observar o ranking, o tamanho da área plantada daquele lote, o nome da fazenda, o nome do proprietário, o município e a pontuação obtida no concurso.

concurso de 2014, na categoria de colheita tardia (cujo processo de secagem do grão é ao natural) entre os 23 finalistas, 15 eram da região e, entre estes, oito de Carmo de Minas. Os campeões de ambos os concursos são de Carmo de Minas.

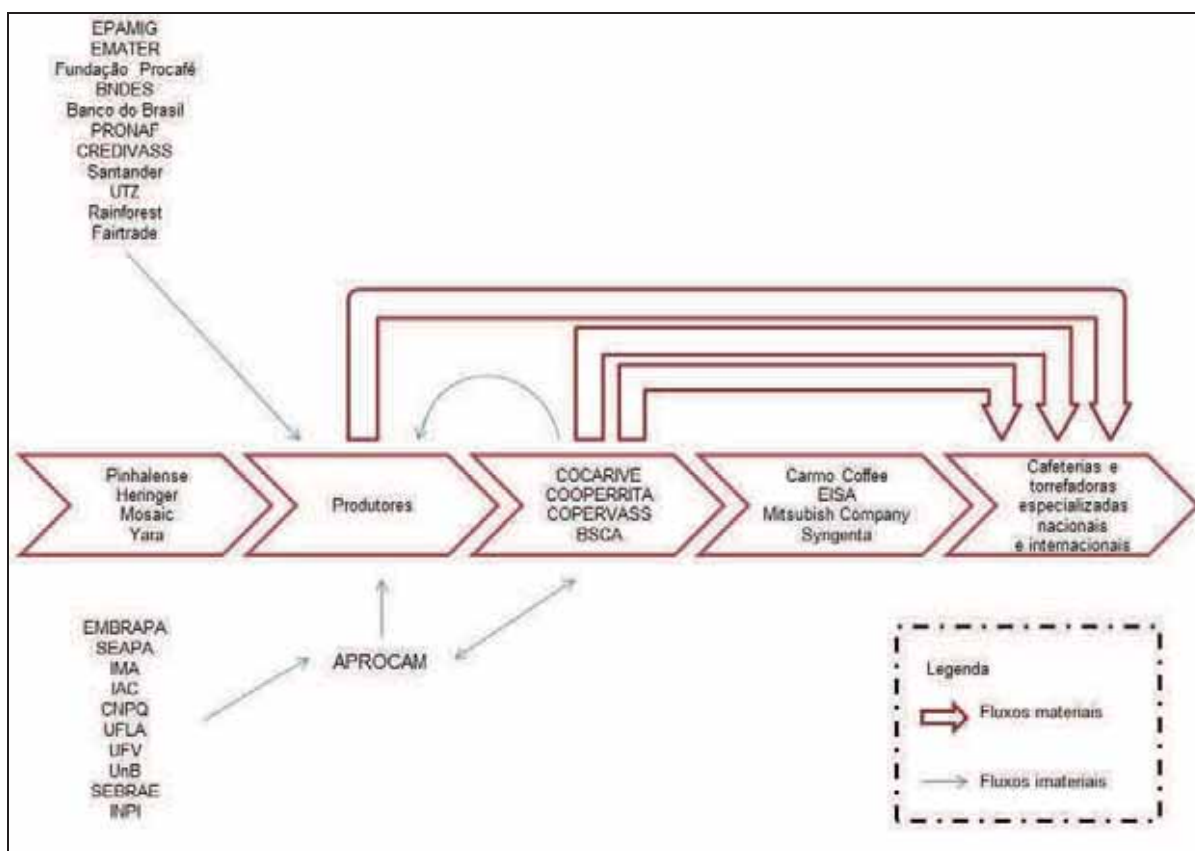
4.2.1 Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação dos cafés especiais da Serra da Mantiqueira

Carmo de Minas (MG), além de ser o município da maioria das propriedades vencedoras dos concursos de qualidade, centraliza e comanda grande parte das etapas do circuito espacial produtivo da região registrada com a IP. Enquanto os 22 municípios demarcados pelas IP produzem café, Carmo de Minas abriga, também, as etapas de armazenamento, classificação, comercialização e distribuição da produção, como veremos no decorrer deste item.

A cidade também se destaca como centro da direção de grande parte dos círculos de cooperação. Os círculos de cooperação no espaço constituem-se pelos fluxos imateriais como a comunicação, as ordens, a informação, entre outros (CASTILLO; FREDERICO, 2010a). Esses fluxos imateriais existem como forma de interligação entre lugares e agentes separados geograficamente. A APROCAM e a EMATER, localizadas no município de Carmo de Minas e responsáveis, respectivamente, pela IG da região e pela assistência técnica e certificação das propriedades da região, são alguns exemplos da centralização de informações e de comandos da região.

Segue abaixo um esquema de apresentação do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação dos cafés especiais da região:

Quadro 2 - Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação da produção de cafés especiais da região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais

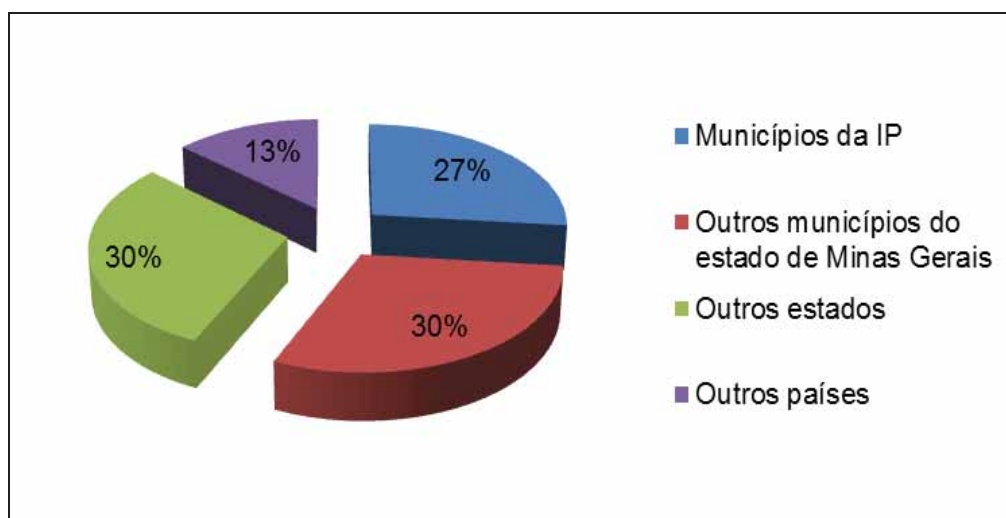


Elaboração: Jaqueline Vigo Coguetto

Em Carmo de Minas estão localizadas importantes fazendas, a principal cooperativa para armazenagem e comércio dos cafés especiais da região, pelo menos uma empresa de exportação de cafés especiais e, ainda, algumas cafeterias especializadas na torrefação e no consumo desse produto. Dessa maneira, enquanto a produção (propriamente dita) distribui-se pelos 22 municípios que compõem a região, as demais etapas regionais do fluxo material da mercadoria (com exceção para o consumo) concentram-se em Carmo de Minas.

O fluxo imaterial apresenta-se de forma mais dissipada, mas grande parte dos fluxos de informações é concentrada em instituições no município de Carmo de Minas antes de ser distribuída aos produtores pela região. Os círculos de cooperação são ativos, essencialmente, na etapa de produção.

Gráfico 9 - Origem dos círculos de cooperação inerentes à cadeia produtiva dos cafés especiais da região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais



Fonte: entrevistas, visitas técnicas e análises de documentos variados³⁷

Elaboração: Jaqueline Vigo Coguetto

A seguir, apresentamos uma análise sobre os fluxos materiais e imateriais inerentes à cadeia produtiva dos cafés especiais da região da Mantiqueira de Minas.

4.2.1.1 A produção de cafés entre as montanhas mineiras

A região demarcada pela IP contempla cerca de oito mil produtores associados, sendo responsável pela geração de mais de 150 mil empregos diretos e indiretos. Em uma área de 69.500 hectares de lavouras, com mais de 90 milhões de pés de café plantados, a produção anual é de aproximadamente 1,3 mi sacas de 60kg. De acordo com a APROCAM, a agricultura do tipo familiar representa 89% de toda produção nos 22 municípios demarcados. Geralmente, o café colhido nas propriedades passa por um processo de secagem, descascamento e pré-seleção de grãos antes de ser distribuído para as cooperativas. Os próprios cafeicultores são responsáveis pelo transporte dos grãos até a cooperativa onde serão armazenados.

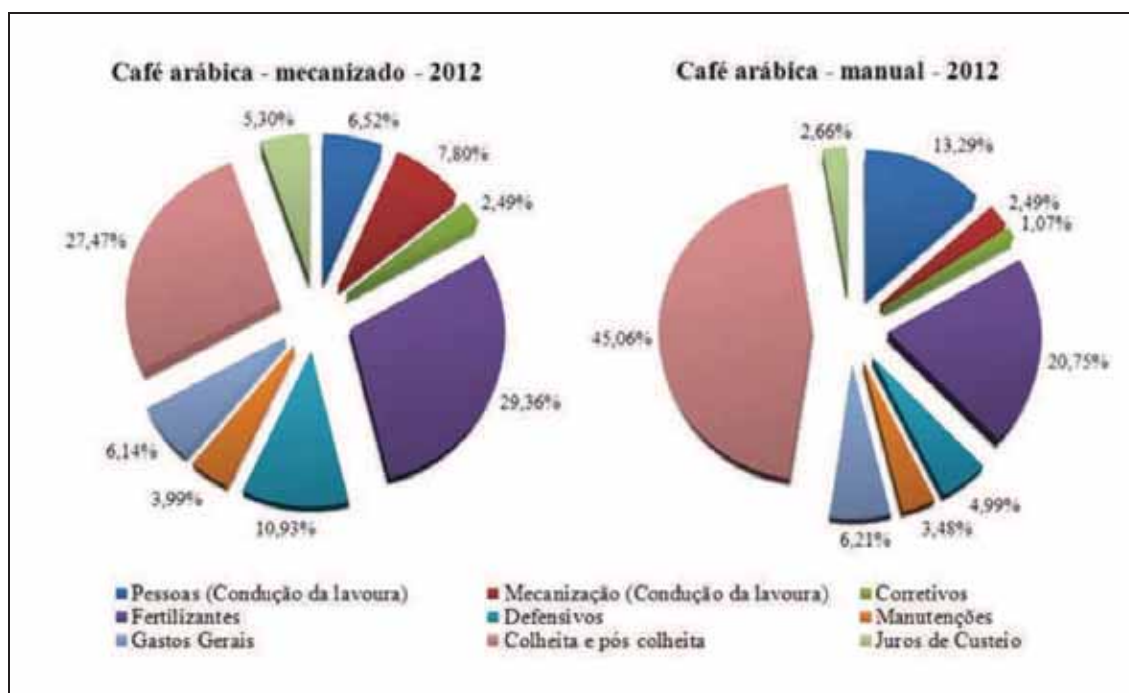
³⁷ Para elaboração desse gráfico foi admitido valor de um ponto para cada elemento que se constitui como fluxo imaterial (fluxo de capitais, ordens, comunicação e informações) no circuito espacial produtivo da região. Esses elementos serão descritos no decorrer da análise. Dessa forma, foram atribuídos os seguintes valores: municípios da IP (Carmo de Minas e Santa Rita do Sapucaí) = 8; outros municípios do estado de Minas Gerais (São Gonçalo do Sapucaí, Belo Horizonte, Viçosa, Lavras e Varginha) = 9; outros estados brasileiros (Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo) = 9; outros países = 4.

Um dos primeiros aspectos a serem notados da produção de cafés especiais da região da Mantiqueira de Minas é a quantidade de empregados necessários em razão da forte declividade, que impede a atuação de grandes máquinas.

Normalmente, os contratos permanentes nas fazendas da região, para tratos culturais da lavoura de café, são de mão-de-obra treinada na própria fazenda. Na região da Mantiqueira de Minas, um trabalhador permanente é capaz de manter entre cinco e oito hectares de plantação de café. Não há necessidade de contratação de mão-de-obra especializada (engenheiros agrônomos, biólogos, técnicos, etc), pois, como veremos mais adiante, grande parte da assistência técnica é oferecida pela cooperativa ou pela EMATER de Carmo de Minas.

Nos meses de colheita, aproximadamente entre maio e setembro, a mão-obra contratada aumenta. Durante esses cinco meses, geralmente, são necessários três homens para colher a produção de dois hectares, ou seja, um homem para cada 0,6 hectares. A colheita é feita de forma manual em grande parte da região. Em Santa Rita do Sapucaí (município integrante da região da IP), por exemplo, a colheita é feita 100% de forma manual (FERNANDES, 2012). A contratação desse trabalho temporário exerce grande influência no custo final de produção.

Gráfico 10 - Participação de componentes no Custo Operacional Efetivo (COE)³⁸, para lavouras mecanizadas e de colheita manual em 2012



Fonte: Fernandes, 2012.

Nas lavouras mecanizadas, observamos que a maior participação no COE corresponde aos custos com fertilizantes e com a colheita e pós-colheita, representando cerca de 55% do custo total. No caso das áreas não mecanizadas, apenas o custo com a colheita e pós-colheita correspondem à, aproximadamente, 45% do total. Isso decorre do maior número de contratação de pessoal durante esses períodos nas lavouras não mecanizadas. Os custos com trabalhadores permanentes (pessoas na condução da lavoura) também diferem muito. Na produção mecanizada, os custos com pessoas não ultrapassa os 7%, enquanto, na produção manual, esse componente representa mais de 13%, quase o dobro, do COE.

Quando assume um preço mínimo³⁹ único para todo o território nacional, o Estado passa a privilegiar algumas áreas produtivas em detrimento de outras. O

³⁸ Entende-se por Custo Operacional Efetivo as despesas de uma propriedade ao longo de um ano-safra e os gastos que são despendidos no período para a produção de dado produto.

³⁹ O Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966 institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

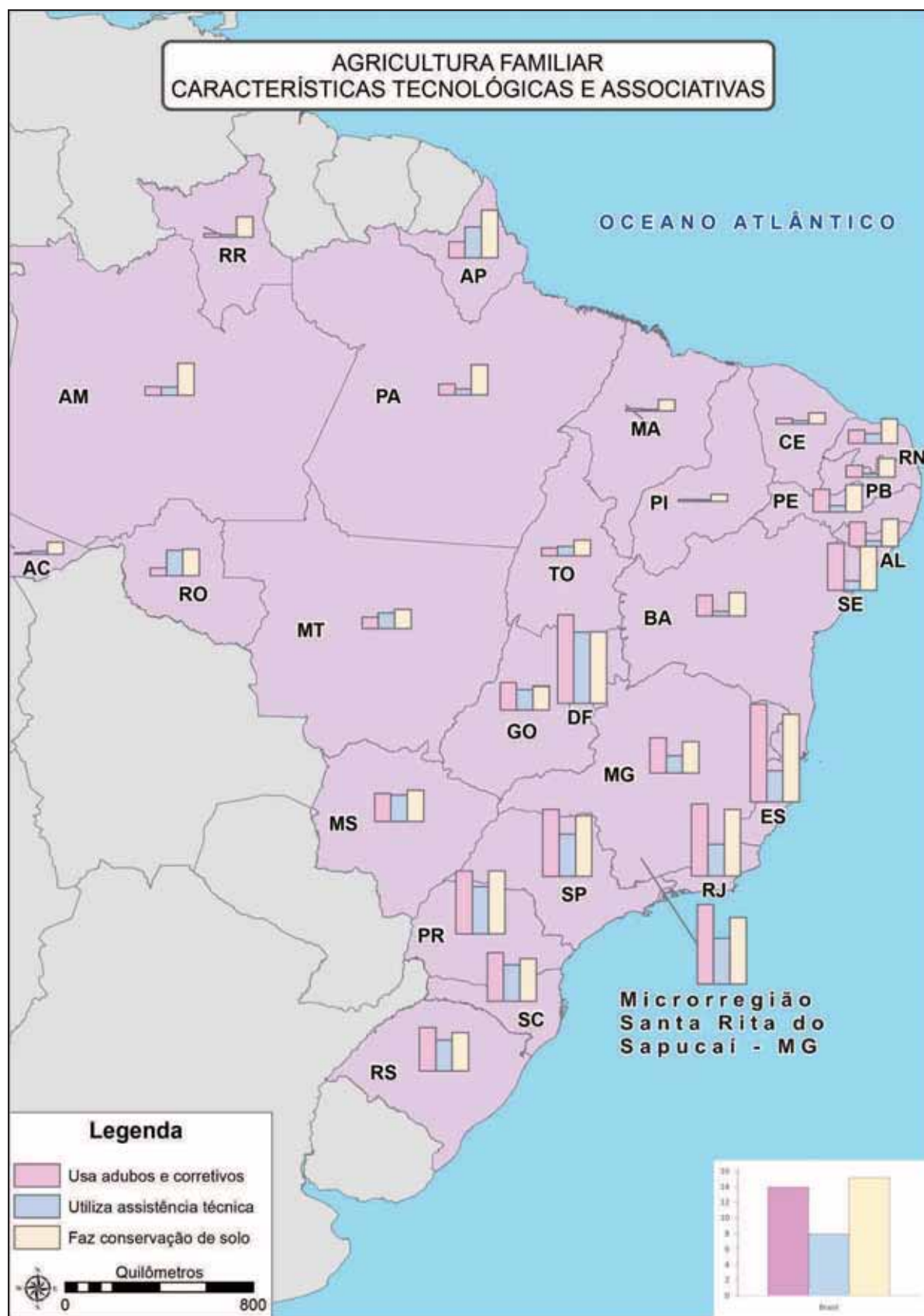
preço de produção do café de montanha, de acordo com a APROCAM, chega a ser menor que o valor estabelecido para o preço mínimo. Segundo dados do Campo Futuro⁴⁰, no ano de 2012, o COE da cafeicultura no município de Santa Rita do Sapucaí foi de R\$ 352,52. Para o mesmo ano, o preço mínimo do café foi estipulado em R\$ 261,69.

Dessa forma, a produção de cafés de montanha exige uma quantidade de mão de obra maior que a dos cafés de planície, encarecendo os custos de produção do café com contratações temporárias e permanentes.

Outro aspecto que destaca a região da Mantiqueira de Minas perante as outras regiões produtoras de cafés é a proporção de propriedades do tipo familiar conciliada às altas taxas de utilização de sistemas técnicos específicos e modernos, algo que pode ser observado no mapa 2.

⁴⁰ Campo futuro é um projeto de levantamento de custos de produção realizado pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA em parceria com a UFLA. Os dados estão disponíveis no site da CNA: www.cna.org.br/campofuturo

Mapa 2 - Características tecnológicas e associativas da agricultura familiar brasileira



Elaboração: Ciência em mapas (www.behance.net/cienciaemmapas)

Fonte: Censo Agropecuário, 2006

Em uma região em que 89% das propriedades são do tipo familiar, os altos índices de utilização de adubos, corretivos e assistência técnica nas lavouras e a conservação de solo ganham destaque. A microrregião Santa Rita do Sapucaí engloba sete municípios da região em análise e demonstra de forma real as condições de cultivo dessa área. O quadro da média nacional reflete a delicada situação das propriedades familiares no Brasil: menos de 8% utiliza assistência técnica, cerca de 14% utiliza adubos e corretivos na produção e apenas 15,14% faz conservação do solo. A microrregião de Santa Rita do Sapucaí se equipara aos índices dos estados brasileiros com maiores índices de tecnologia na agricultura familiar (Espírito Santo e Distrito Federal). Os índices de 22,86%, 39,56% e 33,07% de propriedades da microrregião que utilizam assistência técnica, adubos e corretivos e fazem conservação do solo, respectivamente é superior à média nacional. As médias do estado de Minas Gerais (aproximadamente 8,5%, 17,5% e 15,5%) também são superadas em alto grau pelos dados da microrregião.

Ainda que a utilização de máquinas de grande porte na lavoura seja quase inexistente, a região se constitui como referência em qualidade de cafés devido à escolha das variedades e aos processos de beneficiamento do grão de café.

Com o intuito de proporcionar melhor sabor e aroma à bebida produzida a partir do grão, a espécie *Coffea Arábica* é a mais recomendada aos produtores que pretendem obter o selo de IP. As variedades dessa espécie mais utilizadas na região são: Bourbon, Acaiá, Catuaí, Icatu, Mundo Novo e Catucaí. As fotografias abaixo mostram, em detalhes, a produção das variedades Catuaí amarelo e Catucaí (vermelho).

Imagem 7 - - Lavouras de café da Serra da Mantiqueira de Minas em detalhes



Fotografias: Jaqueline Vigo Coguelto

A colheita na região é feita, essencialmente, por via manual, com a utilização de derriçadeiras. Com a utilização dessa pequena máquina, um trabalhador em condições usuais é capaz de colher até 60 sacas de café em uma temporada, quase o dobro do que seria capaz de colher manualmente. A colheita dessa maneira, no entanto, necessita uma separação e tratamento do grão antes de sua armazenagem, assim como a colheita mecânica. A derriçadeira auxilia o trabalhador na retirada dos grãos de café da planta, deixando cair, em um pano estendido no chão, os grãos maduros, acompanhados por grãos verdes, folhas, gravetos, pedras, terra, etc.

Dessa forma, o conteúdo colhido deve passar por um processo de separação. Em primeiro lugar, o lavador (Imagem 8) separa os grãos de café de boa parte das impurezas⁴¹. Os lavadores mecânicos também separam o café “boia” dos cafés “cereja” e “verde”⁴². No descascador (Imagem 9) são separados os verdes dos

⁴¹ Alguns produtores reutilizam a água dos lavadores para lavar novamente ou para consumo de animais, passando-a por um pequeno processo de decantação. As cascas separadas pelo descascador também são aproveitadas como combustível de queima para funcionamento do próprio equipamento. Essas são algumas práticas as que os produtores da região estão cada vez mais habituados, visando reduzir despesas e garantir melhores padrões ambientais.

⁴² O café de alta qualidade da região é, normalmente, obtido através do processo de secagem do grão cereja (maduro), comercializando os grãos denominados “cereja

cerejas. O grão verde descascado, quando guardado até 24 horas para perder um pouco do sabor amargo, pode ser comercializado por um valor um pouco acima da média. O grão cereja é descascado e encaminhado para um lote diferente do verde, onde será seco por via úmida. O café produzido a partir do cereja descascado é reconhecido pelo excelente sabor, suavidade e pouca acidez da bebida.

Imagem 8 - Processo de lavagem e máquina lavadora de café



Fotografias: Anderson Akio Shishito.

descascados”. Os produtores da região, no entanto, estão se especializando cada vez mais, na tentativa de obter melhor renda para sua produção. Grande parte dos produtores é capaz de produzir cafés de boa qualidade a partir do grão verde (colhido antes de madurar) e do boia (maduro e menos suave que o cereja). Os grãos verdes podem ser vendidos para empresas de torrefação que misturam grãos de variedades e características distintas, buscando obter uma qualidade de café aceitável ao paladar do consumidor. Esse tipo de mistura é denominado “*blend*”. O boia, se secado e tratado de maneira ideal também poderá ser vendido como especial, juntamente com o cereja. Ambos os processos são avaliados e premiados pelos concursos da BSCA. O concurso Early Harvest julga e classifica o cereja descascado enquanto o Natural Late Harvest avalia o boia, seco de forma natural.

Imagem 9 - Descascadores e processo de descascamento do café



Fotografias: Andeson Akio Shishito

Em ambos os processos (lavagem e descascamento), as máquinas fotografadas durante as visitas técnicas foram compradas da empresa Pinhalense (de sede em Espírito Santo do Pinhal – SP). Enfatizamos a parceria entre os produtores da região e a empresa, inicializada em 2002. Atualmente, cerca de 80 produtores da região possuem descascadoras da empresa. A empresa também comercializa máquinas de separação de grãos e ensacamento, como veremos a seguir, participando efetivamente das etapas de produção e armazenagem do café especial da região.

Segundo os produtores, a Pinhalense⁴³ estima que uma propriedade de tamanho médio deva investir uma média de 50 a 80 mil reais em maquinário de pós-colheita para competir no mercado de forma mais ativa.

⁴³ A empresa brasileira Pinhalense, localizada em Espírito Santo do Pinhal (SP), é a principal fornecedora de equipamentos para a região. Considerada uma grande empresa exportadora de maquinário agrícola (exportando para cerca de 70 países), seus maiores

Na análise do fluxo material inerente à produção de cafés, destacamos as empresas Heringer, Mosaic e Yara na comercialização de insumos e fertilizantes para os produtores da região. As empresas possuem sede no Brasil, respectivamente, nas cidades de Viana (ES), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Para obter o selo de IP, uma das regras que o produtor necessita cumprir é o rígido controle de rastreabilidade, desde a planta até sua transformação. A rastreabilidade, porém, não é característica apenas dos cafés certificados pela IG. A organização, o controle e a fiscalização das talhas são princípios básicos para a comercialização do café da região. Em primeiro lugar, o produtor necessita de um controle pessoal para calcular seus gastos e produtividade. Simultaneamente, a qualidade do café atrelada aos fatores naturais da região onde foi produzido torna a indicação de sua origem um dado essencial para o consumidor mais exigente, que pode acessar as informações, utilizando um código na embalagem do café comprado. Dessa forma, manter um sistema de rastreabilidade efetivo gera benefícios ao produtor em diversos aspectos.

Imagem 10 - Controle de produção e rastreabilidade



Fotografias: Anderson Akio Shishito

De acordo com Junqueira (2013), do total da produção de café, cerca de 10% a 15% pode ser considerada de alta qualidade. Porém, alguns produtores visitados, utilizando-se de métodos ideais de colheita tardia (o boia), são capazes de produzir entre 30% e 40% de café especial em uma propriedade. É o caso da produção de café nos Sítios Colinas, Sabará, Pitangueiras e Bico de Pato, visitados na região.

Com seis hectares de produção, o Sítio Colinas, do produtor Luís Flávio Pereira de Castro é considerado do tipo familiar. Propriedades como os Sítios Sabará, Pitangueiras e Bico de Pato, do produtor Sebastião Marcio Pereira Nogueira, de respectivamente 20, 30 e 20 hectares, são consideradas de médio porte. Ambos os produtores já foram classificados para as etapas finais dos concursos da BSCA.

Imagem 11 - Granja São Francisco⁴⁴ e produção de cafés especiais ao fundo



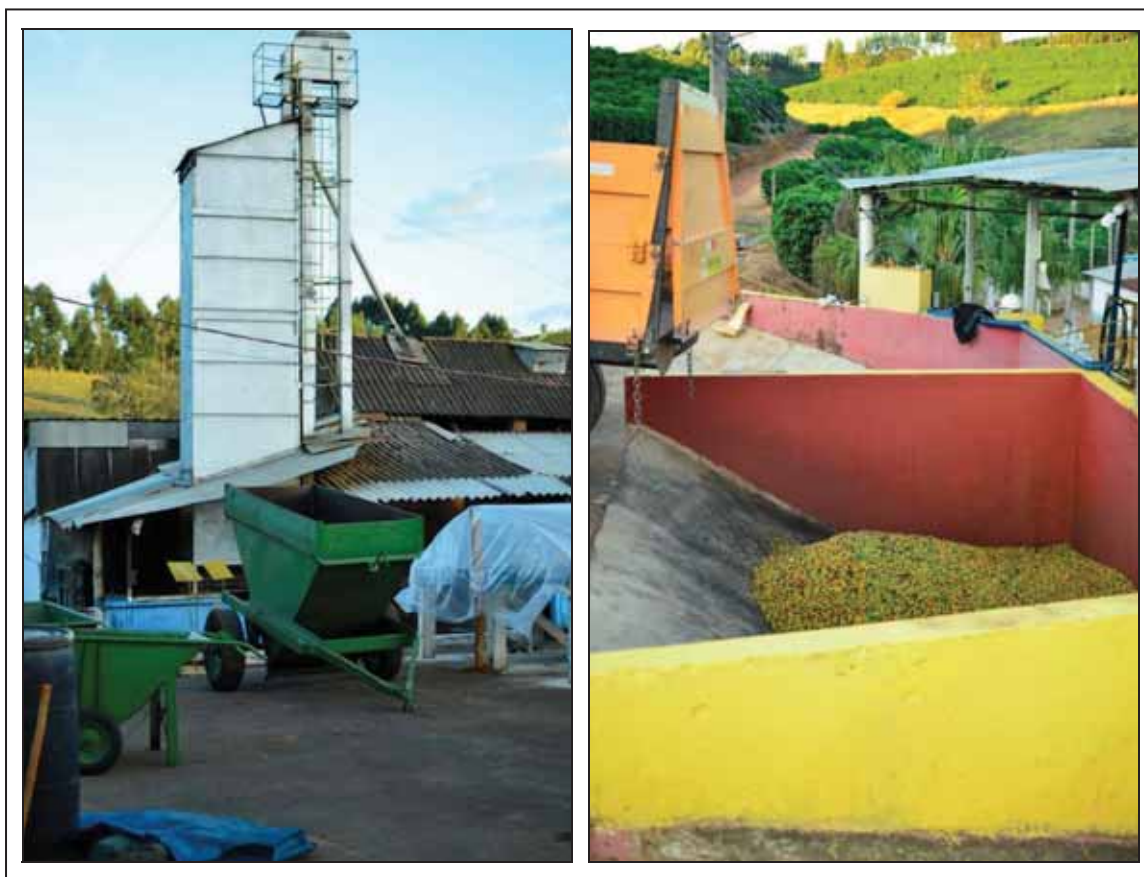
Fotografia: Jaqueline Vigo Coguetto

⁴⁴ A Granja São Francisco, propriedade do Sr. Otaviano, visitada em maio de 2013, distingue-se das demais em tamanho e quantidade de produção. De acordo com o proprietário, com cerca de 450 hectares no total, 35 hectares de produção de café comum e 15 hectares de cafés especiais, a fazenda destaca-se como grande propriedade quando comparada à maioria de pequenos proprietários de agricultura familiar da região. No ano de 2012, Sr. Otaviano investiu em maquinários de pós-colheita da empresa Pinhalense. No mesmo ano, a Granja São Francisco conquistou sexto lugar no concurso *Cup of Excellence*.

Grandes propriedades, como a Granja São Francisco (Imagem 11) e a Fazenda do Serrado (Imagem 12), não são comuns na região. Porém, correspondem à grande quantidade de café especial produzido na região.

A Fazenda do Serrado, propriedade de Maria Rogéria Costa Pereira, conta com máquinas lavadoras, secadoras, descascadoras, tulha de descanso e, ainda, um novo maquinário para separação do grão maduro, cuja utilização proporciona uma classificação dos grãos com nota acima de 90 pontos. Nessa propriedade, a produção de cafés especiais chega a corresponder mais da metade da produção total.

Imagem 12 - Fazenda do Serrado



Fotografias: Anderson Akio Shishito

Os círculos de cooperação atuantes na região, diferentemente do fluxo material na etapa da produção, provém de diversas localidades. Em menor escala, os fluxos imateriais são de origem internacional, nesse caso, vinculados a ordens mundiais e transferência de capital de empresas privadas. Com maior participação, enfatizamos os grandes centros urbanos como origem de parte do fluxo de informação e,

também, de ordens. Com especialidades locais, outros municípios participam efetivamente, fornecendo informações para, em suma, capacitar os produtores e desenvolver a cafeicultura da região em análise. Não obstante, grande parte do fluxo de informações, comunicação, transferência de capitais e ordens, inerentes à produção, tem origem em municípios da própria área delimitada pela IP.

Na escala internacional, os fluxos de ordens visam, essencialmente, a adaptação da produção local às demandas do mercado global. A certificação internacional, obtida independentemente ao selo de IG brasileiro, funciona como uma vitrine, valorizando o produto e proporcionando confiabilidade a ele. Na região da Mantiqueira de Minas, destacamos a utilização das certificações da *UTZ Certified* (com escritório principal na Holanda), Rainforest (sediada nos Estados Unidos) e Fairtrade (de origem alemã). Enquanto a UTZ e a Fairtrade funcionam junto à cooperativa (COCARIVE), auxiliando na gestão da produção, a Rainforest atua por via das exportadoras, agregando valor à produção.

O financiamento internacional parte, fundamentalmente, do grupo bancário Santander, liderado pelo Banco Santander (de origem espanhola). De acordo com a página da internet do banco, o grupo é o quarto maior banco do mundo em lucros e o oitavo em capitalização de mercado. Os financiamentos têm por finalidade a compra de insumos, fertilizantes e máquinas para desenvolver a produção de cafés especiais, mas os produtores também se utilizam de empréstimos para pagar dívidas ativas e passivas e, por vezes, prejuízos de safra.

No cenário nacional, destacamos a cidade de Brasília (DF) e do Rio de Janeiro (RJ) como sede das principais agências financiadoras da região: o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), o Banco do Brasil e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília e Rio de Janeiro ainda abrigam a sede das principais instituições ligadas ao desenvolvimento rural local e à obtenção do selo de IP. Nesse sentido, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), esteve diretamente envolvida nos estudos e assistência no processo.

O SEBRAE também esteve envolvido de forma direta com a obtenção do selo de IP e, atualmente, auxilia a APROCAM no desenvolvimento de um projeto de difusão do consumo do café especial e de origem controlada. O projeto é de grande importância, uma vez que tem o objetivo de criar um nicho de mercado local que

poderá, inclusive, favorecer o turismo na região. A parceria da APROCAM com o SEBRAE, portanto, tem por objetivo criar condições favoráveis para o início da comercialização dos cafés certificados. O SEBRAE também atua na região visando o desenvolvimento rural. O projeto intitulado Educampo, por exemplo, é direcionado à assistência ao produtor, auxiliando no gerenciamento da produção para controle financeiro da propriedade.

Em relação à pesquisa e extensão universitária, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Universidade de Brasília (UnB) - com sede em Brasília - e as Universidade Federal de Viçosa e UFLA, em Minas Gerais, destacaram-se na assistência ao projeto de cafeicultura especial na região. Os principais eixos de pesquisa referiram-se a temas de desenvolvimento agrícola, agronomia e economia da cafeicultura, buscando aumentar a produtividade e/ou melhorar a qualidade dos cafeeiros, do transporte e do armazenamento dos grãos. As universidades tiveram papel fundamental na elaboração do projeto para obtenção da IG, observando as especificidades agrícolas locais para reconhecimento da região pelo INPI.

Não menos integrado ao fluxo imaterial da região encontra-se o INPI, com sede no Rio de Janeiro e responsável pela concessão dos selos de IG. Desde o depósito do pedido de IP até as recentes intenções de obtenção do selo de DO, o INPI atua fornecendo informações e avaliando processos da região delimitada.

Outra instituição que evidencia os círculos de cooperação de origem fora do estado de Minas Gerais é o IAC. O IAC também contribuiu nos estudos e análises referentes ao processo de IP. Mais que isso, o Instituto é responsável pelo desenvolvimento de pesquisas em produtividade e qualidade de cafeeiros desde o início da década de 1970.

Na escala estadual, a Fundação Procafé - criada para preservar e ativar o patrimônio tecnológico do extinto IBC – atua, a partir de Varginha (MG), na pesquisa, assistência técnica, análises de laboratório e convênios e é direcionada ao desenvolvimento de pesquisas e difusão de tecnologia aos produtores. Seu funcionamento está relacionado à ação conjunta de cooperativas, sindicatos e associações de cafeicultores. No caso da região delimitada pela IP da Mantiqueira de Minas, a Fundação Procafé atua diretamente com o produtor ou através da EMATER de Minas Gerais.

O estado de Minas Gerais, por meio do Programa Estruturador Certifica Minas - Café, oferece orientação aos produtores quanto aos aspectos sociais, ambientais e econômicos para manter-se nos padrões de certificadoras nacionais e internacionais. A própria certificação oferecida pelo estado de Minas Gerais proporciona reconhecimento, pois garante que a propriedade segue normas legais de contratação de trabalho e preservação ambiental, proporcionando valorização dos cafés.

O Certifica Minas para produção de cafés tem por objetivo certificar as propriedades de café, auxiliar a gestão das propriedades, desenvolver a qualidade e rastreabilidade do produto e inserir os cafés de Minas Gerais nos diferentes mercados (e nichos de mercado) nacionais e internacionais. O projeto se insere na atual demanda por qualidade e segurança alimentar que o consumidor final exige.

O programa é coordenado pela Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) – com sede em Belo Horizonte (MG). Além da EMATER – MG, o Certifica Minas – café também é operacionalizado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG) – ambos com sede em Belo Horizonte.

Para ser certificado pelo Certifica Minas, o produtor de café deverá adequar-se em diversas instâncias de produção: a lavoura, o produto, a conservação ambiental, a legislação trabalhista, a rastreabilidade (o registro de atividades) e aos treinamentos. As adequações na lavoura envolvem a produção de mudas, a área de cultivo, os tratos culturais, o uso de agrotóxicos e a irrigação. O produto deve apresentar-se sob critérios específicos de qualidade, sendo tratados e armazenados de forma correta. A conservação ambiental e a legislação trabalhista devem ser respeitadas de acordo com as normas nacionais e a rastreabilidade tem por função garantir a segurança alimentar.

Para ser certificada pela auditoria do IMA (órgão fiscalizador do Programa), o produtor deverá efetuar 80% ou mais dos itens contidos no *check-list* descrito no Manual de Normas para Certificação de Propriedades Cafeeiras. Além dos quesitos de adaptação básicos de gestão e produção, o produtor pode beneficiar-se de selos de certificação de destaque, de acordo com a nota obtida, a partir da porcentagem de adequações efetuadas. Obtendo pontuações maiores, o produtor obtém selos de diferentes categorias: entre 80% e 89%, o selo Bronze; entre 90% e 99% o

certificado conterá um selo de categoria Prata; com nota final de 100%, o produtor recebe o selo de categoria Ouro.

A EPAMIG também atua de forma efetiva na assistência técnica da produção do café da região. A empresa age de forma direta ou indireta e quase sempre lida como intermediária no fluxo das informações que chegam à região. Ainda que parte dos cafeicultores receba assistência por parte da própria COCARIVE ou de técnicos e empresas privadas, a EMATER é o principal órgão estatal que oferece assistência técnica aos cafeicultores da região.

Há ainda um projeto conjunto desenvolvido através de parcerias com a Universidade Federal de Lavras, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade de Brasília, a EMBRAPA e a EPAMIG que pretende fazer um mapeamento dos cafés especiais da região.

O município de São Gonçalo de Sapucaí (MG) abriga duas instituições participantes do fluxo imaterial inerente ao circuito espacial produtivo da região. A cooperativa de crédito CREDIVASS, com sede no município, faz parte do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB). A CREDIVASS é uma instituição financeira, regulamentada pelo Banco Central do Brasil, que oferta serviços financeiros como empréstimos e financiamentos para os produtores de café da região. Além da CREDIVASS, no município também se encontra a COOPERVASS, envolvida no processo de obtenção do selo de IP.

Sobretudo, os círculos de cooperação envolvidos na etapa da produção também possuem origens na própria região em estudo. Assim como a COOPERVASS, as outras cooperativas previstas no regulamento da IP (COOPERRITA e COCARIVE) também auxiliaram no processo de obtenção do selo. Além disso, a COCARIVE, localizada em Carmo de Minas (MG) é uma das principais instituições que fornece assistência técnica aos produtores da região.

Com mais de 60 funcionários de diferentes níveis profissionais, incluindo engenheiros agrônomos, a COCARIVE oferece serviços, especialmente direcionados à cafeicultura, objetivando a maior produtividade e o desenvolvimento da produção de cafés especiais. De acordo com Pereira (2013), a Cooperativa recebe uma média de produção anual de 150 mil sacas de café arábica, natural ou cereja descascado. Ou seja, pouco mais de 11% do total de 1.340.000 sacas produzidas anualmente na região de ação da APROCAM.

Como vimos anteriormente, os círculos de cooperação de origem nos municípios da IP correspondem a uma parte expressiva do total. Além da coordenação do projeto de IG, focando seu trabalho no requerimento, regulamento e funcionamento da IP, a APROCAM atua diretamente com o produtor associado, auxiliando em questões burocráticas e de gestão.

A EMATER de Carmo de Minas possui função tripla no desenvolvimento da cafeicultura da região: além de coordenar o projeto Certifica Minas, é a maior colaboradora dos pequenos produtores, inseridos ou não no mercado de cafés especiais, através da assistência técnica, e atua como intermediária na comunicação entre as variadas escalas de fluxo imaterial direcionadas à produção do café da região.

Sobre as origens do conjunto de ordens, transferências de capital, comunicação e informações que atuam na produção dos cafés especiais da região com IP, nós reconhecemos a efetiva atuação de instituições locais como mantenedoras de uma gestão local da produção de cafés especiais mais independente. A atuação dessas instituições e o relativo controle sobre a gestão da produção em escala local se destaca no contexto atual da cafeicultura brasileira, caracterizada pela produção padronizada, voltada para o mercado de *commodities*, onde raramente há atuação de entidades locais. A conjuntura da produção de cafés especiais da região, no entanto, não significa a conquista de uma independência produtiva local. Pelo contrário, evidencia a necessidade de adequação da cafeicultura às novas demandas de nichos de mercado em detrimento da produção de cafés comuns da região, com sérias dificuldades de se manter de maneira competitiva no mercado.

4.2.1.2 Armazenagem e transporte: os sistemas técnicos a serviço da qualidade

A produção de cafés de qualidade superior exige um rígido controle no sistema de armazenagem e distribuição. Essa rigidez surge como consequência do empenho em preservar e aprimorar os atributos físicos que conferem ao grão maior qualidade.

O regulamento da IP prevê que três cooperativas podem realizar o armazenamento dos lotes de café com o selo de origem - COCARIVE, COOPERRITA e COOPERVASS. Essas cooperativas são responsáveis por garantir

a veracidade da origem e a qualidade do café certificado da região. Atualmente, a COCARIVE, localizada no município de Carmo de Minas, é a principal responsável pela armazenagem e comercialização do café especial da região.

A COCARIVE também assume papel principal na manutenção e conservação da qualidade dos grãos e no intermédio com compradores. A cooperativa armazena quase a totalidade do café especial produzido na região, mas também trabalha com cafés comuns. Na cooperativa, os cafés diferenciados chegam a representar 60% de seu estoque.

Imagem 13 - Galpão de beneficiamento e armazenamento da COCARIVE



Fotografia: Jaqueline Vigo Coguetto

Os produtores cooperados transportam o café seco na própria fazenda para o galpão da cooperativa (Imagem 12), localizado em Carmo de Minas (assim como seu escritório), na principal rodovia que corta o município. O processo de pós-colheita realizado na propriedade, detalhado no item anterior, é finalizado na cooperativa. Destarte, o café passa por um processo de beneficiamento de, pelo menos, mais cinco etapas.

No ano de 2012, financiada pelo BNDES, a Cooperativa investiu cerca de um milhão de reais no maquinário para o beneficiamento dos grãos (Imagem 13). A compra das máquinas da empresa Pinhalense teve por finalidade aprimorar a

qualidade e homogeneidade dos grãos para armazenagem. São necessários apenas três operadores para o funcionamento dos equipamentos que têm função de limpar, peneirar, pesar, selecionar e ensacar os grãos, que chegam diretamente das propriedades. O maquinário é composto por equipamentos de alta sensibilidade às irregularidades e diferenciações dos grãos de café, separando-os por medida, peso e densidade. Conjuntamente ao maquinário da Pinhalense, há um equipamento da empresa Satake (japonesa), que funciona a base de lasers ópticos capaz de separar os grãos de acordo com sua coloração.

Imagem 14 - Parte do maquinário do armazém da COCARIVE



Fotografia: Jaqueline Vigo Coguetto

Todo esse sistema técnico, no entanto, é utilizado por uma pequena porcentagem de produtores da região da Mantiqueira de Minas. Com 661 cooperados, a cooperativa é responsável por quase 100% do armazenamento dos cafés especiais da região (PEREIRA, 2013). A partir disso, podemos dizer que, dos mais de sete mil produtores (de café comum e especial) da região associados à

APROCAM, não mais que 10% dos produtores são capazes de inserir-se de forma expressiva no mercado de cafés especiais.

Dessa forma, observamos que os processos de tratamento e armazenagem dos grãos de café especial são concentrados no município de Carmo de Minas, mantendo parte expressiva do sistema de logística ao encargo de uma única instituição, a COCARIVE. No regulamento da IP não há, no entanto, previsão para tamanha rigidez e concentração no processo de distribuição. Esse processo, portanto, é realizado de forma mais dissipada e com a atuação de mais agentes.

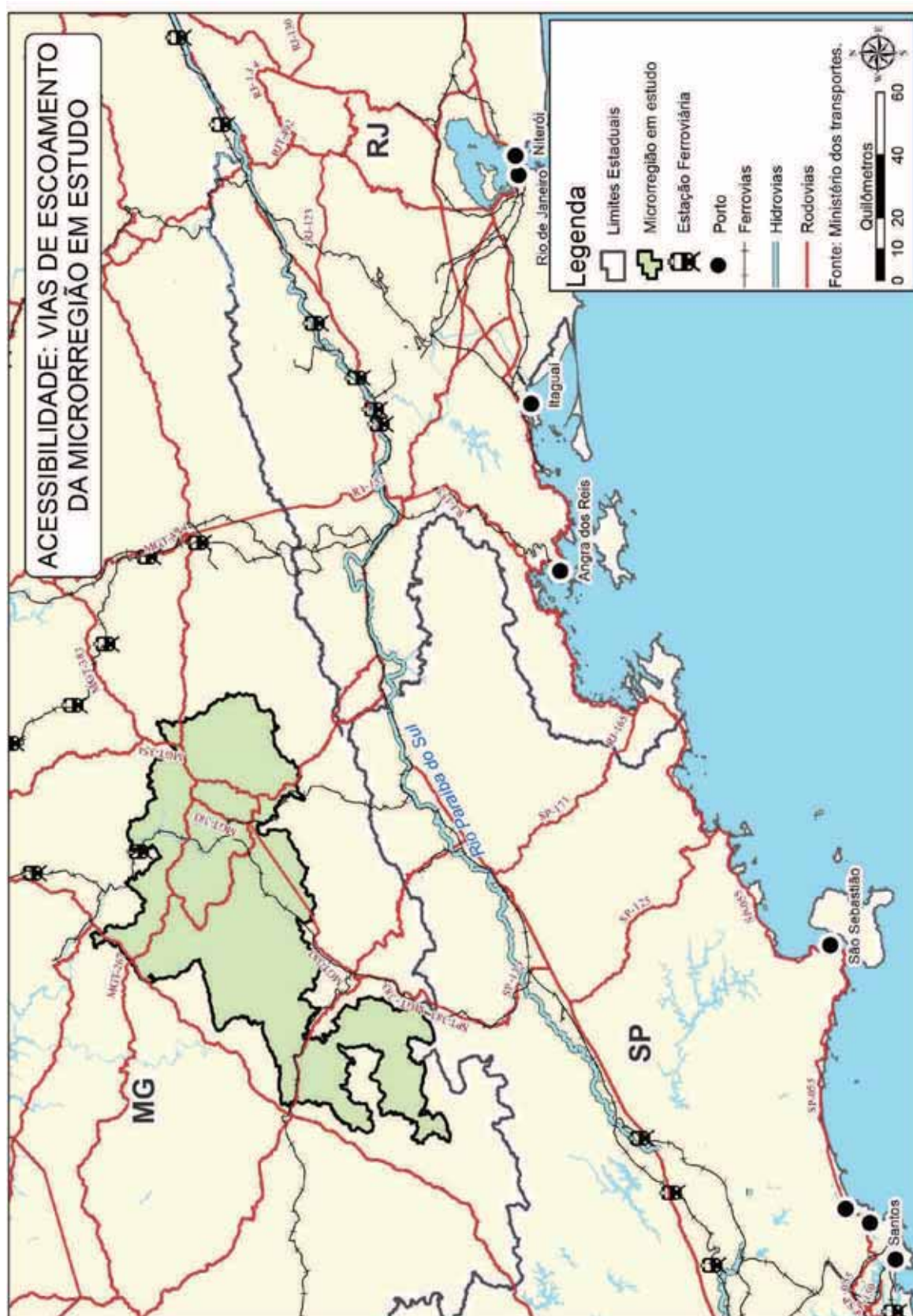
Nem as cooperativas, tampouco os produtores da região, possuem meios de transporte próprios para o escoamento da produção. A escolha do processo de distribuição depende, em grande parte, do que é combinado entre o fornecedor e a empresa que faz a compra do café. Dessa forma, o preço do café combinado na compra será definido de acordo com o contrato de gastos do produtor ou do comprador para o transporte. Em contratos CIF (sigla em inglês para Custo, Seguro e Frete), o fornecedor se responsabiliza pela etapa do transporte do local de armazenagem até o destino combinado com o comprador. No caso de contratos FOB (sigla em inglês para Posto a Bordo), o comprador se propõe a pagar os custos de transporte e seguro. A empresa Illycaffè (de origem italiana), compradora do café da região, por exemplo, cobra que o café seja transportado diretamente para um de seus armazéns ou algum outro específico, com custos pagos pelo produtor. Ainda existem os compradores que exigem que a locação do café especial comprado na região seja diretamente em armazéns no exterior, também com gastos por conta do fornecedor.

Ainda que não exista um critério específico para o transporte do café com IP, grande parte do transporte dos cafés especiais da região é realizada através de contratação de empresas terceiras, localizadas no município de Varginha. Para o transporte internacional também são geradas divisas para empresas terceirizadas. O Porto de Santos e o Porto Seco de Varginha são os principais destinos da produção da região que será escoada para o exterior.

Como vimos anteriormente, a transferência de parte da produção nacional de cafés para o estado de Minas Gerais não foi um evento arbitrário. Conjuntamente, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, a região Sudeste do país recebeu diversos investimentos para desenvolvimento da infraestrutura produtiva e logística

em detrimento de outras regiões. Essa conjuntura propiciou aos estados da região Sudeste, inclusive à região da Mantiqueira de Minas, uma rede de vias de transporte privilegiada, com vias de escoamento rodoviário ou ferroviário bem interligadas, como podemos observar pelo Mapa 3.

Mapa 3 - Vias de escoamento interligadas à Região Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais



Elaboração: Ciência em mapas (www.behance.net/cienciaemmapas)

4.2.1.3 Troca: valorização e comercialização dos cafés especiais

Entre as etapas de produção e distribuição e a etapa de consumo, a troca funciona como elemento mediador na cadeia produtiva de determinado produto. O produtor, ou detentor do produto, não considera o valor de uso da mercadoria para si. A mercadoria é considerada a partir do valor de uso que ela tem para outros indivíduos, permitindo, ao detentor dela, obter valores de troca. Assumindo a mercadoria, simultaneamente, um valor de uso e um valor de troca, a negociação necessita de uma representação externa no processo de troca: o dinheiro (MARX, 2008). Em outras palavras, um produtor de café que o produz não para consumo próprio, mas para sua venda, está buscando trocar seu produto por um valor em dinheiro, que poderá ser utilizado de diversas formas. A troca ocorre, portanto, quando o produto recebe uma valoração relacionada ao valor de uso que terá para o consumidor desse produto. Dessa forma, valorizar (aumentar o valor de) um produto, significa atribuir a ele qualidades as quais farão o consumidor pagar mais por seu uso.

Nesta etapa, diversos agentes contribuem para que o café especial produzido na região da Mantiqueira de Minas obtenha maior valorização, apoiando-se nos fatores de qualidade e origem.

Os produtores da região conseguem diferenciar cerca de dez por cento de sua produção. Através da qualidade diferenciada, são capazes de obter preços, também, diferenciados. Uma saca de café finíssimo premiado em concursos pode ser vendida em leilão, alcançando valores de até R\$ 600,00 por saca. A empresa Illycaffè, compradora do café da região, paga uma média de R\$ 500,00 por saca (para um preço médio de R\$ 250,00 para a saca de café convencional em 2014). Os valores diferenciados permitem que os produtores da região concorram no mercado de cafés. O reconhecimento da produção de qualidade é tamanho, que parte dos compradores de cafés especiais da região efetua compras diretamente com produtores conhecidos por eles. Muitos compradores visitam as fazendas antes de fechar negócio, seja através da cooperativa, seja através da exportadora.

O trabalho da COCARIVE, no sentido de realçar as qualidades do café da região, tem fundamental importância. Em primeiro lugar, como ressaltado no item

anterior, por ser a responsável pelo beneficiamento do café da região. Além do beneficiamento e da assistência técnica oferecida ao produtor associado, a Cooperativa é a instituição oficial responsável pela degustação e avaliação física e sensorial dos cafés dos produtores que pretendem obter o selo de IP. Dessa forma, a COCARIVE colabora com a criação de uma visão sólida a respeito da qualidade do café da região.

A análise do lote a ser avaliado é feita por meio de visita do especialista à propriedade, evitando que a amostra seja trocada ou misturada antes da análise. Na sede da Cooperativa, em Carmo de Minas, encontra-se um laboratório de degustação e análise física e química das amostras (Imagem 14).

Imagem 15 - Laboratório de análise física, química e sensorial do café especial da Mantiqueira de Minas



Fotografia: Anderson Akio Shishito

Assim como para o armazém, a COCARIVE também investiu em maquinários para o laboratório. Há cerca de três anos atrás (2011) foi investido aproximadamente 120 mil reais nos equipamentos de análise.

Os concursos de qualidade realizados pela ABIC (Rio de Janeiro - RJ) e BSCA (com sede em Varginha - MG) são responsáveis por grande parte do reconhecimento que a região construiu com o decorrer do tempo. Ao observar o Anexo C, é nítida a grande participação de produtores da região nas primeiras colocações dos principais concursos de cafés de qualidade: BSCA, EMATER, ABIC e Illycaffè. A qualidade do café da região, legitimada por entidades reconhecidas no cenário da cafeicultura, proporciona ao consumidor maior segurança na escolha do produto que gostaria de comprar. Ou seja, mesmo o consumidor que, por vezes, não é capaz de distinguir a fundo as propriedades que caracterizam o café de qualidade superior da região, encontra-se disposto a pagar mais por ele, porque acredita na opinião dos especialistas que analisam o produto.

A etapa de comercialização é concentrada por poucas entidades na região, com destaque à exportadora Carmo Coffees (de Carmo de Minas - MG) e à COCARIVE. Em visita técnica à Carmo de Minas, em maio de 2013, entrevistamos Luiz Paulo Dias Pereira Filho - gerente da empresa Carmo Coffees. Segundo Luiz Paulo, a empresa possui, aproximadamente, 700 produtores cadastrados. O gerente também nos informou que cerca de 90% do café especial da região é exportado via empresa, que atua, na maior parte das vezes, em parceria com a armazenagem da COCARIVE. A relação entre os cerca de 700 produtores associados e a porcentagem de 90% das exportações via empresa, nos fornece a informação necessária para compreender que menos de 10% dos produtores de cafés da região são capazes de inserir-se no mercado internacional.

São poucas, também, as empresas no Brasil que atuam na venda interna e na exportação de cafés especiais. Sobretudo, grande parte dessas empresas brasileiras de comercialização de cafés especiais vendeu sua maior parte para empresas e grupos de empresas internacionais. Esse é o caso das empresas Carmo Coffees e Bourbon Specialty Coffee (Poços de Caldas), ambas compradas pela EISA - Empresa Interagrícola S/A, representante brasileira do grupo internacional ECOM.

No ano de 2009, a Secretaria de Acompanhamento Econômico e a Secretaria do Direito Econômico tornaram público o ato de concentração das empresas Carmo Coffees e EISA, tendo a EISA comprado 55% das cotas de capital da Carmo Coffees. A EISA - que já havia adquirido, também, 55% das cotas de capital da

empresa Bourbon Specialty Coffees - deteve, em 2008, uma parcela de 17,5% do faturamento total de exportações de cafés especiais no Brasil, aproximadamente U\$35 milhões do total de U\$200 milhões.

A ECOM atua no comércio e processamento de cafés, algodão e cacau na maioria dos países produtores e consumidores desses produtos. Ela é uma das três maiores *tradings* de café no mundo e atua desde a produção até a venda ao consumidor final. Dessa forma, a Carmo Coffees, uma empresa local e de pequeno porte, admite para si e transpõe para os produtores da região as ordens do mercado mundial de café.

A Carmo Coffees exporta os cafés especiais da região cobrando uma porcentagem que ambos, compradores e produtores, conhecem desde o início das negociações. Normalmente, a Carmo Coffees negocia valores, quantidades e prazos, mas também existem casos de o comprador internacional comprar de produtores específicos chegando a visitar as propriedades e se relacionar diretamente com o produtor.

A COCARIVE, apesar de atuar na comercialização, não compra o café dos produtores para comercializá-lo diretamente, atua apenas como intermediário, cobrando uma taxa dos cooperados que buscam vender seus estoques diretamente do armazém. Em suma, as empresas que compram os cafés armazenados na cooperativa são a Carmo Coffees e a Comercial Exportadora de Café S/A – SMC (localizada em Varginha - MG). Além dessas empresas, os produtores também apontam a atuação das empresas Syngenta (de origem suíça) e Mitsubishi Corporation Coffees – MC Coffees (japonesa).

Resumidamente, a Carmo Coffees, juntamente com a COCARIVE e, em menor parte, com a SMC e a MC Coffees, são as principais instituições envolvidas no processo de comercialização internacional do café especial da região.

Apesar de o café com o selo IP da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais ainda não ter sido comercializado oficialmente, a tradição e a qualidade dos cafés da região têm proporcionado agregação de valor ao produto.

A partir da troca, o fluxo material da cadeia produtiva do café especial produzido na região com IP da Serra da Mantiqueira não se concentra mais na região: segue para diferentes municípios e estados, mas principalmente, segue para

torrefação, moagem, venda e consumo em países desenvolvidos, como veremos a seguir.

Nas diversas etapas de comercialização, transporte, torrefação, moagem e venda, são inseridos agentes intermediários na relação entre produtor e consumidor. No caso da região da Mantiqueira de Minas, essas etapas são, notadamente, realizadas por empresas terceiras. No entanto, a proximidade com os produtores de relevante parte dos agentes atuantes no circuito espacial produtivo do café especial da região (como a assistência técnica, fluxo de ordens e informações e parte da comercialização pela Carmo Coffees e pela COCARIVE) distingue a produção de cafés especiais da produção de cafés comuns, conferindo ao primeiro, relativo controle local da gestão da produção.

O principal elemento de aproximação entre os agentes produtivos e o consumidor - a oferta de serviços diretamente ligados à produção - dificilmente será alcançado em uma região de produção de cafés comuns. Falamos, portanto, das possibilidades de agregar valor à produção através da prestação de serviços específicos que somente uma região com características distintivas e reconhecidas pode oferecer.

Em primeiro lugar, a demarcação da região com IP, que coincide com a região conhecida como Circuito das Águas de Minas Gerais, ocupa uma região marcada pela presença de montanhas, florestas, propriedades agrícolas e pequenas cidades, como podemos observar pela imagem a seguir.

Imagem 16 - Potenciais turísticos da região da Mantiqueira de Minas



Fotografia: Jaqueline Vigo Coguetto

Esses elementos definem uma paisagem agradável aos turistas que buscam a fuga das cidades e o contato com a natureza ou meio rural, sem estar distante de serviços básicos - e até sofisticados - de hotelaria. A respeito disso, o município de São Lourenço, contém a infraestrutura necessária para hospedar os turistas interessados na região.

Por meio de uma parceria entre as cooperativas e a Unique Cafés (empresa local de produção, transformação e comércio de cafés especiais) foi criado um roteiro turístico voltado à cafeicultura da região. A Rota do Café Especial, em Carmo de Minas, proporciona uma caminhada entre lavouras premiadas, explicações sobre a cadeia produtiva dos cafés e, ao fim, na Fazenda Sertão (integrante do Grupo Sertão Cafés), mais explicações e degustação dos cafés especiais produzidos pela fazenda.

A região, em especial o município de Carmo de Minas, já obtém o reconhecimento pela produção de cafés especiais. O turismo baseado na cafeicultura, no entanto, ainda é pouco explorado pela região. A divulgação sobre essa especialidade é feita de forma simples, como mostra a Imagem 17, mas funciona como um indício de desenvolvimento desse conceito.

Imagem 17 - Sinalização para o café especial na entrada de Carmo de Minas – MG



Fotografia: Jaqueline Vigo Coguetto

O Sítio da Torre (propriedade de cafeicultura especializada), apresenta-se como mais um indício do potencial turístico da região. Seguindo por um caminho entre lavouras de café muito vistosas, é possível chegar ao mirante, localizado em uma altitude de aproximadamente 1300 metros. Uma pequena estrutura construída em madeira, inclusive de cafeeiros, proporciona uma visão privilegiada da exuberante paisagem e das lavouras da região (Imagem 18).

Imagem 18 - Mirante e paisagem no Sítio da Torre, em Carmo de Minas



Fotografia: Anderson Akio Shishito

Além da agregação de valor através da difusão do turismo ligado aos atributos edafoclimáticos e à produção e degustação de cafés especiais, algumas empresas são capazes de agregar valor ao seu produto participando de todas as etapas da cadeia produtiva do café especial. Evitando os agentes intermediários, essas empresas possuem fazendas, fábricas de torrefação e cafeterias próprias.

4.2.1.4 O consumo e a proximidade de agentes

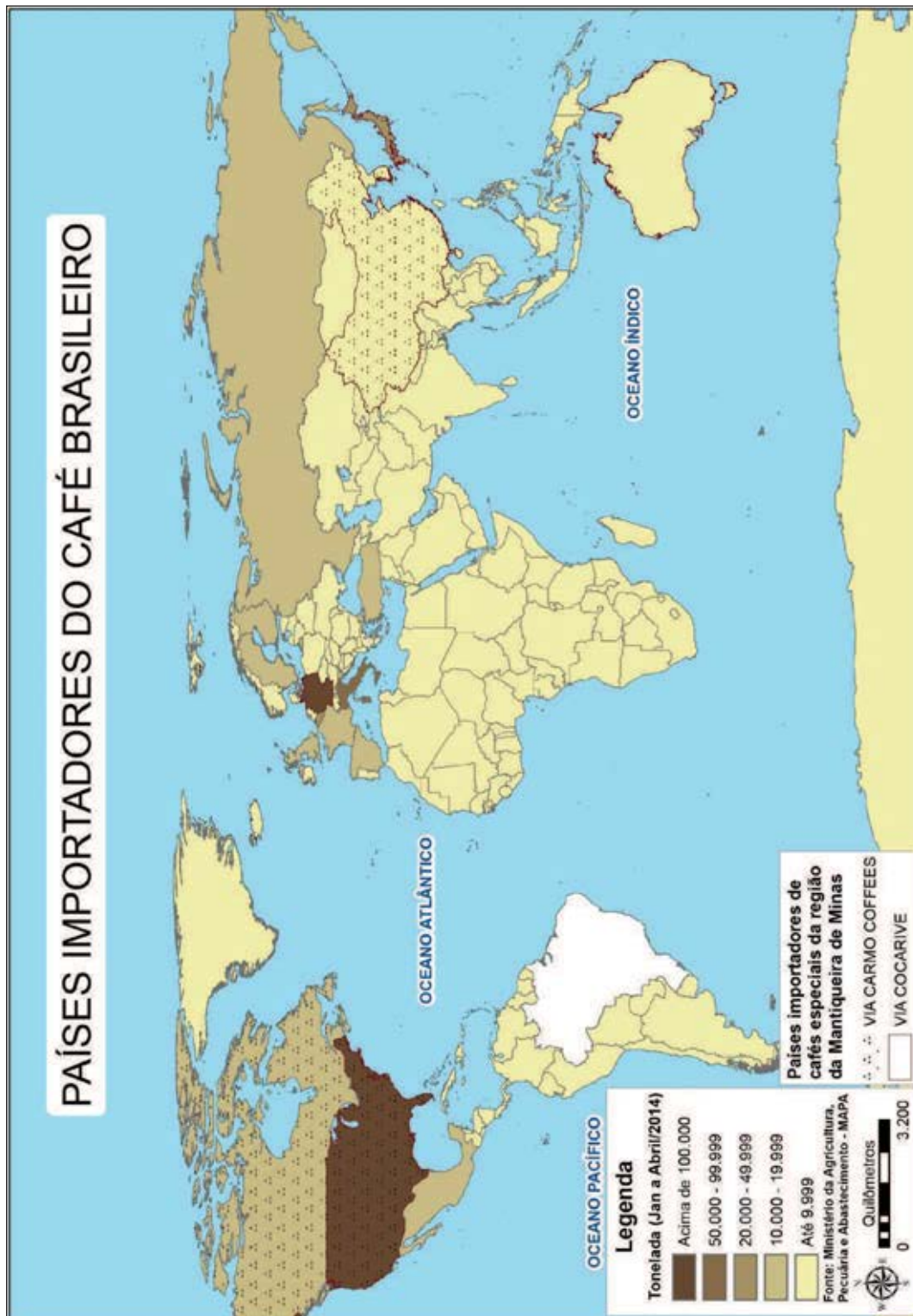
Na ultima etapa do circuito espacial produtivo da região com IP da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais, os cafés especiais são destinados a três tipos de venda: 1) ao mercado internacional; 2) à torrefadoras nacionais; 3) aos bares e cafeterias nacionais e internacionais com torrefação própria; 4) direto ao consumidor, em bares e cafeterias dos produtores.

De acordo com Pereira (2013), aproximadamente 60% do café armazenado é especial. Deste montante, cerca de 70% é destinado à exportação e o restante ao mercado interno, para cafeterias especializadas, principalmente, no estado de São Paulo.

As duas principais vias de exportação da região são a própria Cooperativa, que auxilia os produtores nas negociações, e a Carmo Coffees. Quanto ao comércio internacional da COCARIVE, iniciado em 2012, as exportações destinam-se,

essencialmente, para Alemanha, Austrália, China, Coréia, Estados Unidos e Japão. Cerca de 90% do café especial da região é exportado pela empresa Carmo Coffees. Os principais países compradores do café especial da região, através da Carmo Coffees, são países europeus como um todo, o Canadá, a China, a Coréia do Sul, os Estados Unidos e o Japão.

Mapa 4 - Importação de cafés brasileiro⁴⁵



Elaboração: Ciência em mapas (www.behance.net/cienciaemmapas)

⁴⁵ Nenhum país europeu foi assinalado como importador via Carmo Coffees devido à falta de detalhamento das informações. Isso não significa, porém, que a empresa não comercializa com alguns países desse continente. A fonte dos dados para os cafés especiais da região da Mantiqueira de Minas: entrevistas e análise de documentos variados.

Os Estados Unidos e a Alemanha são os países que mais importam o café comum brasileiro, com uma importação acima de 100.000 toneladas entre janeiro e abril de 2014. Seguida deles está a Itália, com importação acima de 50.000 toneladas. Logo após, Japão e Bélgica, com importação entre 20.000 e 49.999 toneladas. Por último, México, Canadá, Espanha, França, Reino Unido, Suécia, Finlândia, Turquia e Rússia ainda se destacam no mercado do café brasileiro, importando, no mesmo período, entre 10.000 e 19.999 toneladas.

A partir da análise do Mapa 4, observamos o comportamento diferenciado das exportações dos cafés comuns e especiais. A China se destaca como o único país de economia emergente a importar os cafés especiais da região da Mantiqueira de Minas. Dentre os principais importadores do café nacional, aqueles que importaram acima de 10.000 toneladas entre janeiro e abril de 2014, com exceção aos países europeus, somente os países de economia avançada compraram os cafés especiais da região. Na Europa, além de ser o único país que importou mais de 100.000 toneladas do café brasileiro, a Alemanha também é o único país europeu a importar cafés da região da Mantiqueira de Minas via COCARIVE.

Além do fluxo internacional, a produção de cafés especiais da região também é direcionada a torrefadoras nacionais que revenderão o café torrado para revendedores ou bares e cafeterias especializadas e para bares e cafeterias nacionais e internacionais com torrefação própria. Nestes casos, as empresas atuantes não foram estudadas. Podemos, porém, citar a empresa Illycaffè como um exemplo⁴⁶. A empresa compra, frequentemente, o café especial da região com o objetivo de torr-lo e vendê-lo em suas cafeterias. O café da região é utilizado pela empresa para produzir “Capsulas Iperespresso Monoarábica” – de origem da região do Cerrado ou do Sul de Minas - para cafeteiras de expresso. Na página oficial da empresa na Internet, 21 capsulas desse produto são comercializadas por R\$ 54,00, ou seja, se comercializada individualmente, cada capsula custaria R\$ 2,57. A partir desse dado e considerando o valor de R\$400,00 pagos por saca ao produtor pela

⁴⁶ A empresa Sweet Maria's, dos Estados Unidos, é outro exemplo de empresa que compra o café da região para torrar e revender. Em seu site oficial é possível comprar uma libra (aproximadamente 45 gramas) de café por U\$5,75. O café é ofertado como produto proveniente da IP, tratado e torrado em moldes específicos para garantir a qualidade. Outros exemplos são as grandes marcas Nespresso e Starbucks, citadas pelos produtores.

Illycaffè é possível calcular, para este caso em específico, a porcentagem do valor final recebido pelo produtor:

Tabela 14 - Percentual do valor final recebido na relação Illycaffè/Produtor				
Proprietário da mercadoria	Produto comercializado	Quantidade de café por produto (kg)	Valor de troca do produto (R\$)	Valor recebido por quilo (R\$)
Illycaffè	1 Capsula Iperespresso Monoarábica	0,007	2,57	367,14
Produtor	1 saca de café especial	60	400	6,66
*				
Percentual do valor recebido pelo produtor = 1,82%				

Elaborado por: Jaqueline Vigo Coguetto

O percentual de menos de 2% do valor final de troca do produtor recebido pelo produtor da região da Mantiqueira de Minas funciona a título de exemplo. No entanto, mesmo considerando uma boa margem para adição ou redução dos valores ou quantidade de produto perdida durante o processo, o percentual recebido pelo produtor continuará sendo mínimo.

Alguns produtores conseguem aumentar sua margem de lucro e obter maior percentual do valor final do produto diversificando suas atividades. Há, pelo menos, dez produtores na região que torram e comercializam sua produção localmente, em indústrias e cafeterias próprias.

A empresa Unique Cafés é uma das únicas na região e no Brasil que conseguem agregar valor em consequência da qualidade do produto, dos serviços prestados e da ausência de agentes intermediários entre o produtor e o consumidor. A Unique Café produz e torra artesanalmente o próprio café especial, que é vendido em sua cafeteria (Imagem 19) ou comercializado com outras cafeterias especializadas através da Carmo Coffees⁴⁷. A empresa comercializa seus produtos em outros treze estados brasileiros, em especial, São Paulo.

⁴⁷ Luiz Paulo Dias Pereira filho, gerente da empresa Carmo Coffees, é também produtor premiado em concursos e sócio da Unique Cafés. Todos os proprietários ou sócios de ambas as empresas, Carmo Coffees ou Unique Cafés, possuem produções de cafés especiais na região.

Imagem 19 - Cafeteria Unique Cafés, em São Lourenço – MG



Fonte: www.uniquecafes.com.br

Além da Unique Cafés, existem outros produtores que torram e comercializam seu próprio café especial. As empresas Carmo de Minas e a Rancho São Miguel, ambas localizadas na cidade de Carmo de Minas, são exemplos de bastante destaque.

4.2.1.5 O circuito espacial produtivo em representação

Uma vez que os agentes envolvidos nas etapas do circuito espacial produtivo foram analisados e descritos, buscamos resumir e agregar as informações em uma representação gráfica, que permitisse a captação da forma espacial que toma a cadeia produtiva dos cafés especiais produzidos na região delimitada pela IP.

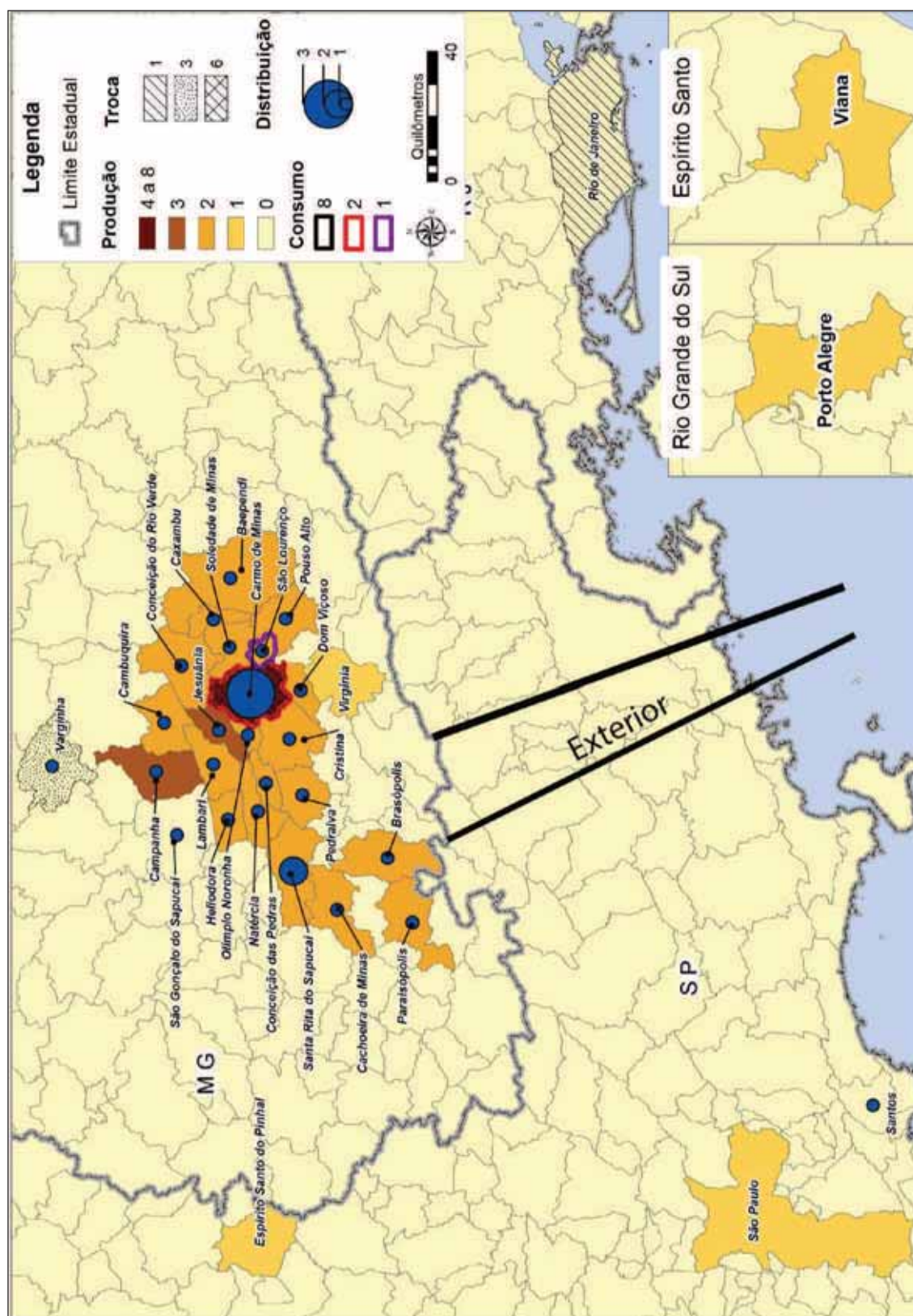
Através da atribuição de valor para cada vez que um agente teve ação no fluxo material dos cafés especiais da região e da atribuição de uma localidade para esses

agentes⁴⁸, foi possível esboçar a distribuição espacial dos fenômenos inerentes às etapas da cadeia produtiva do café, ou seja, o circuito espacial produtivo.

O resultado desse processo é o mapa que vemos a seguir.

⁴⁸ A localidade foi atribuída em respeito ao endereço de escritório ou sede principal do agente. Quando o agente possuía mais de uma sede ou nenhuma, o fator considerado foi a localidade de origem histórica.

Mapa 5 - Circuito espacial produtivo dos cafés especiais da região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais



Fonte: Entrevistas e análise de documentos diversos

Elaboração: Ciência em mapas (www.behance.net/cienciaemmapas)

A partir da análise do circuito espacial produtivo podemos inferir que:

1. A quantidade de elementos visuais sobre Carmo de Minas demonstra como o município mineiro concentra grande parte das etapas do circuito espacial produtivo dos cafés especiais em seu território;
2. A concentração de agentes ativos na região e nas proximidades durante as primeiras etapas demonstra a notável capacidade de desenvolvimento, gestão e controle da produção de cafés especiais pelas entidades locais;
3. Os municípios da região delimitada pela IP possuem atuação expressiva na produção dos cafés especiais. Também atuam, porém de forma mais singela, na etapa da distribuição. Com exceção do município de São Lourenço (que possui uma valoração para consumo, devido à presença da cafeteria Unique Cafés) e do município de Carmo de Minas (que possui valores expressivos para todas as etapas), nenhum município da região participa nas etapas de troca ou consumo. Demonstrando uma dissipação do fluxo material a partir de sua valorização e comercialização;
4. Sobre a dissipação do fluxo material damos especial atenção à etapa do consumo, que aponta o mercado internacional como maior destino da produção dos cafés especiais da região. Essa é a principal representação espacial da distância entre consumidores e produtores.
5. A produção dos cafés especiais é adaptada para suprir as demandas dos consumidores. Uma vez que o consumo é localizado, especialmente, em outros países, a dependência da região frente às exigências internacionais fica evidente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Á guisa de conclusão, consideramos que, de fato, a Indicação Geográfica tem efeitos positivos na cafeicultura da região da Serra da Mantiqueira. Pudemos observar que o fator de agregação de valores às etapas iniciais da produção é essencial para a sobrevivência da cafeicultura da região. Além da valorização das etapas iniciais do circuito espacial produtivo, alguns produtores são capazes de alcançar os consumidores de forma menos intermediada, promovendo o que Neil Smith (1988) denomina de "*jump of scale*", uma transposição das etapas da cadeia produtiva, unindo as relações entre o início da produção e o consumidor final. Através da torrefação/moagem artesanal, venda direta em bares e cafeterias locais ou contato sem intermediários com o comprador, o produtor tece uma relação mais transparente com o consumidor.

A menor presença de agentes intermediários na cadeia produtiva, o maior controle sobre a gestão, manejo e desenvolvimento da produção por entidades locais e o maior reconhecimento por parte dos consumidores, conferem à região certa autonomia (não no sentido de independência às flutuações do mercado global, mas no sentido de gestar a própria cultura produtiva e de maior independência dos pequenos produtores frente aos corretores e às *tradings* no momento da comercialização do café). Maior identidade, no sentido de reconhecimento por parte dos consumidores da origem do café consumido (DAVIRON; PONTE, 2007), também é conferida a alguns produtores da região (cerca de 10% dos cafeicultores que conseguem produzir cafés de excelente qualidade e inserir-se de forma diferenciada no mercado).

Destacamos também alguns elementos que propiciam aos produtores inseridos nessas regiões maior resistência à lógica das *commodities*: a) o combate à apropriação do espaço por parte das grandes empresas, uma vez que, por Lei, apenas produtores ou associações de produtores podem requerer o pedido; b) a valorização do reconhecimento da produção local e dos aspectos históricos inerentes à região (por parte da IP); c) a valorização da tradição produtiva e da cultura e identidade locais (por parte da DO); d) a proteção e reconhecimento atrelados ao espaço (não a pessoas ou empresas), tornando o uso da IG público.

Não obstante, consideramos o surgimento de algumas contradições inerentes ao processo de especialização da produção e certificação da procedência. Referimo-nos à padronização e subsequente substitutibilidade dos produtos especiais, ao acirramento da competitividade, à apropriação e inserção de novos agentes na cadeia produtiva e ao reestabelecimento da distância entre os produtores e consumidores.

As políticas cada vez mais rígidas de controle de qualidade e de rastreabilidade promovem a padronização de produtos que, em suma, são reconhecidos por ser diferenciados dos demais. Além disso, a competitividade é acirrada pela grande quantidade de novas indicações geográficas que vêm surgindo no mundo. Na Europa, por exemplo, a produção com indicação geográfica é praticamente uma obrigatoriedade para os produtores que buscam competitividade no mercado dos produtos agroalimentares. A substitutibilidade e a competitividade oportunizam a atuação de novos agentes na cadeia produtiva de produtos especiais que voltam a atuar como cortina na relação entre produtores e consumidores e se apropriam da maior parte do valor final do produto.

A disseminação de certificações e padronizações dos métodos de produção especializados promove a ocorrência de um fenômeno mundial que Daviron e Vagneron (2010) intitulam de *re-commoditização*. Para os autores, o processo de *commoditização* deriva da construção de uma homogeneidade do produto, levando à produção de produtos similares e à substitutibilidade do produtor. Chama-se de *re-commoditização* o processo de *commoditização* baseado num processo histórico, onde se dá início à criação de instituições necessárias para a existência de *commodities* numa categoria específica de bens. Ou seja, a diferenciação e especialização da produção, vinculada, em grande parte às práticas tradicionais produtivas e aos aspectos naturais locais, são apropriadas e comandadas por novos agentes que se inserem nesse mercado.

Em decorrência dessa atuação de novos agentes, paralelamente à valorização de um produto especial, os produtores recebem um percentual menor do preço final⁴⁹. No caso dos produtores de cafés especiais da Serra da Mantiqueira de Minas

⁴⁹ A pesquisa de Daviron e Ponte (2007) envolveu o estudo dos tipos de cafés produzidos na Tanzânia, exportados para a Itália e para os Estados Unidos.

Gerais, vimos que o valor recebido pelo produtor pela venda da saca é uma mínima parte do valor recebido pelo vendedor final, chegando a menos de 2%.

Outra contradição inerente às indicações geográficas se dá através da correlação entre o caráter impositivo das normas externas e a apropriação do conceito por parte de empresas privadas, promovendo uma segmentação vertical dos circuitos espaciais produtivos. Como vimos anteriormente, as normas internacionais para propriedade industrial e intelectual concretizaram-se em função do interesse comercial das grandes corporações. O interesse das grandes corporações na definição do TRIPs, por exemplo, está relacionado à busca da renda monopolista

Assim, as corporações se utilizam das normas para tornar mais fácil sua atuação como agentes intermediários no circuito espacial de produtos especiais, apropriando-se do reconhecimento de uma região ou mercadoria e acumulando maior percentual do valor final.

Por fim, compreendemos quão complexa tornou-se a busca por agregação de valor e maior identidade e autonomia dos produtores de cafés especiais da Mantiqueira de Minas.

Resumidamente, se, por um lado, a produção de cafés de excelente qualidade e a demarcação da IP possibilitaram a permanência do produtor no mercado e ofereceram maior valor para sua produção, por outro, além de serem poucos os capazes de diferenciar sua produção e competir no mercado, cada vez mais agentes estão sendo incorporados no circuito espacial produtivo, acumulando percentuais muito mais elevados do valor final do produto. Ainda que possuam maior identidade e autonomia frente aos produtores de *commodities* agrícolas, os produtores de cafés especiais da Mantiqueira de Minas continuam vulneráveis às normas e demandas do mercado internacional, controlados pelas grandes corporações.

Dessa forma finalizamos nossa discussão acreditando que, longe de ser uma solução aos problemas que o mercado global impôs a algumas regiões produtoras, a indicação geográfica atua como uma ferramenta tanto para alguns produtores, que têm a possibilidade de sobreviver a partir da produção tradicional, quanto às grandes corporações, principais interessadas na difusão de ordens e normas, com a finalidade de apropriação e acumulação dos nichos de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACRI, L. A. **A difusão de inovações numa perspectiva crítica: práticas espaciais e a implantação da “agricultura de precisão” na microrregião de Canarana – MT.** Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo: AGB, 2008.

BACHA, C.J.C. **Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos.** Tese (Doutorado em Economia). Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. 440 f.

BACON, C. M. Confronting the coffee crisis: can Fairtrade, organic, and specialty coffees reduce the vulnerability of small-scale farmers in Northern Nicaragua?. In: BACON et al. **Confronting the coffee crisis.** Fair trade, sustainable livelihoods and ecosystems in Mexico and Central America, 2008. p. 155-178.

BRAGA, M. B. **Integração Econômica Regional na América Latina.** Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL, in Cadernos PROLAM/USP, ano 1, vol. 01, 2002, p. 9-30.

BORGES, A. C. G.; COSTA, V. M. H M. **Fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro pós desregulamentação.** In: XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção - A Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão (ENESEP), Salvador: ENESEP, 2009.

BRASIL. **LEI 4.829, de 5 de novembro de 1965.**

_____ **LEI 9.729, de 14 de Maio de 1996.**

_____ **DECRETO 79, de 26 de Outubro de 1961.**

BRONDANI, P., LOCATELLI, L. **A Proteção Jurídica das Indicações Geográficas Como Instrumento de Desenvolvimento.** In: Vivências. Vol. 4, n.6, p. 51-57, out. 2008.

CARVALHO, M. S. **O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira.** Geografia, Londrina, v.8, n.2, p. 135-141, jul./dez. 1999.

CASTILLO, R. **Região Competitiva e Logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual.** In: anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul RS: Unisc, v.1. 2008.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Espaço Geográfico, Produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 22 n.3, p. 461 - 474, dez. 2010a. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n3/04.pdf>>. Acessado em: 16, jun. 2012.

_____ **Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro.** Mercator. Ano 9, n. 18, 2010b.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO EUROPEIA. **Regulamento (CC) N.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 28 de janeiro de 2002**. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:031:0001:0024:PT:PDF>>. Acessado em 25 mar. 2014.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, R. H. da. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CRONON, W. **Nature's Metropolis**. Chicago and the great West. Nova York; Londres: W.W.Norton and Company, 1991. 530 p.

CRUZ, S. C. V. **Organizações Internacionais e Reformas Neoliberais: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

DAVIRON, B.; PONTE, S. **Le Paradoxe du Café**. Nova Iorque: Zed BooksLTD, 2007.

DAVIRON, B; VAGNERON, I. **From commoditization to de-commoditization... and back again**. Discussing the role of sustainability standards for agricultural products. *Development Policy Review*, 29(1): 91-113. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7679.2011.00515.x/pdf>>. Acessado em 01 Jan. 2012.

DELGADO, G. C. **Estoques governamentais de alimentos e preços público**. In: Texto para discussão nº395. Brasília: IPEA, 1995.

_____. **Mudança técnica na agricultura: constituição do complexo agroindustrial e político tecnológica recente**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília: EMBRAPA, v. 2, n. 1, p. 79-97, jan./abr. 1985.

EMBRAPA INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA. **Sugestões para a formulação de um sistema nacional de pesquisa agropecuária**. Edição especial do documento original de junho de 1972. Brasília: 2006.

ELIAS, D. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Revista NERA (Unesp/Presidente Prudente), 2006a, v. 1, n. 8, p. 29-51.

_____. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. In: Scripta Nova, vol.X n.218, 2006b.

FALCADE, I. **As Indicações Geográficas (IG) e a reorganização do espaço rural brasileiro**. MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

FÁVERO, K. C. **As Indicações Geográficas como instrumento de proteção jurídica internacional do conhecimento tradicional**: harmonizando propostas de OMC, ONU e OMPI. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Centro de Ciências Jurídicas: Programa de Pós Graduação: Florianópolis, 2010.

FERNANDES, C. A. **Sistemas técnicos agrícolas e cafeicultura científica globalizada no Sul de Minas**. Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia. Rio Claro: 2011.

FERREIRA, C. **Preço de cafés especiais cai pela metade em dois anos**. 2013. Disponível em: <<https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2013/7/4/preco-de-cafes-especiais-cai-pela-metade-em-dois-anos>>. Acessado em 29 set. 2013.

FRAGA, C. C. **Resenha histórica do café no Brasil**. Boletim da Divisão Econômica Rural, São Paulo, v.10, n.1, 1963. Disponível em <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/rea/1963/asp1-63.pdf>>. Acessado em 02 abr. 2013.

FREDERICO, S. **Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil**. Confins [Online], posto online em 18 Março 2013. Disponível em <<http://confins.revues.org/8153>>. Acessado em 18 Set. 2013a

_____. **Desvendando o agronegócio**: financiamento agrícola e o papel estratégico do sistema de armazenamento de grãos. GEOUSP: espaço e tempo, América do Norte, jul. 2010. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/5/2>>. Acesso em: 08 Jul. 2014.

_____. **Lógica das commodities, finanças e cafeicultura**. Boletim Campineiro de Geografia, vol.3, n.1. 2013ab

_____. **Modernização da Agricultura e Regulação Territorial nos Fronts Agrícolas Brasileiros**. Espaço & Geografia, v.11, n. 2, p. 135 - 155, 2008. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/download/88/87>>. Acessado em: 16, jun. 2012.

GEORGE, P. **Geografia rural**. São Paulo: DIFEL, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1996.

_____. **O que é**: questão agrária. In: Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

HABA, J. P. **La filoxera en España y su difusión espacial: 1878 – 1926**. In: Cuadernos de Geografía, n. 77, p. 101 – 136, Valencia: 2005.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ILBERY, B.; BULLER, C. M. H.; KNEAFSEY, D. M. M. **Product, process and place**. An examination of food marketing and labeling schemes en Europe and North Africa. In: European Urban and Regional Studies 12(2), SAGE Publications: London, 2005.
INTERNACIONAL TRADE CENTER (ITC). **Guía de indicaciones geográficas: vinculación de los productos con su origen**. ITC: Ginebra, 2009.

JUNQUEIRA, L. M. D. **Histórico da indicação de procedência**: Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais. Carmo de Minas – MG, APROCAM, 23 mai. 2013. Informação oral.

_____. **Atual situação dos cafés especiais e Indicação de Procedência da Região da Serra da Mantiqueira do Estado de Minas Gerais**. Carmo de Minas – MG, APROCAM, 13 jun. 2014. Informação oral.

LAGARES, L., LAGES, V., BRAGA C. (orgs.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília, SEBRAE, 2006.

LINDBERGH, A. M. **Presente do mar**. Sexante: Rio de Janeiro, 2009.

LÓPES, E. C. **Alimentos de calidad y denominaciones geográficas en el sistema agroalimentar Español**. In: MEJÍAS, L. M^a. F.; BUDRÍA, E. R. (Orgs,) Los productos con indicación geográfica en el sistema agroalimentar Español: tradición y modernidad. Institución Fernando El Católico (C.S.I.C), Zaragoza: 2012, p. 9 - 23.

MAFRA, L. A. S. **Indicação Geográfica e Construção do mercado**: a valorização da origem no Cerrado Mineiro. Tese de Doutorado em Ciências: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=127777>. Acessado em: 16, jun. 2012.

MARTÍN, C. C. **Las bases históricas y administrativas del derecho vitivinícola español**. El sistema jurídico de las denominaciones de origen. Sevilla: Instituto Andaluz de Administración Pública, 2008.

MARTÍNEZ, B. P. **Análisis del sector del vino en España**. In: Revista digital de Medio Ambiente, n. 21, jan. 2013.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed., São Paulo: Expressão popular, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA); SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA (SPA); DEPARTAMENTO DO CAFÉ (DCAF). **Informe estatístico do café**: dezembro de 2012.

MINISTERIO DE AGRICULTURA, ALIMENTACIÓN Y MEDIO AMBIENTE (MAGRAMA). **Datos de las denominaciones de origen de vinos (DOPs)**. Campaña 2011-2012. Madrid, 2013.

MÜLLER, G. **Agricultura e industrialização do campo no Brasil**. In: Revista de Economia Política, vol. 2/2, n.6, abril-junho/1982.

NASCIMENTO JR, F. C. **Uso do território e tecnociência: densidades, topologias e hierarquias territoriais da produção técnico-científica no Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista: Instituto de Geociências e Ciências Exatas: Programa de Pós Graduação em Geografia: Rio Claro, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. Anais. Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Geografía, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

OBSERVATÓRIO ESPAÑOL DEL MERCADO DEL VINO – OEMV **Fuerte mejoría de las exportaciones españolas de vino en noviembre**. Madrid: 2011. Disponível em: < www.oemv.es/ > Acessado em 25 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ (OIC). **Relatório Mensal sobre o Mercado Cafeeiro**: Abril de 2012. Disponível em: <<http://dev.ico.org/documents/cmr-0412-p.pdf>>. Acessado em: 16, jun. 2012.

ORGANIZATION INTERNACIONALE DE LA VIGNE ET DU VIN (OIV) **Statistical report on world vitiviniculture**: 2013. Disponível em < <http://oiv.int> >. Acessado em 04 jul. 2013.

OXFAM. **Café do Brasil: o sabor amargo da crise**. Florianópolis: Observatório Social; CONTAG; CUT, 2002.

PAIVA, E. F. F. **Análise sensorial dos cafés especiais do estado de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Lavras: Programa de Pós Graduação em Ciência dos Alimentos: Lavras, 2005.

PEREIRA, G. M. **A região do vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação pioneira**. DOURO – Estudos & Documentos, vol. I (1), 1996, 177-194.

PEREIRA, W. C. **Informações sobre a COCARIVE:** a armazenagem, o beneficiamento e o comércio de cafés especiais na Região da Mantiqueira de Minas. Carmo de Minas – MG, COCARIVE, 23 mai. 2013. Informação oral.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.** *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 3(3):47-111, set. 1949.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI** – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro, Marx Limonad, 2004.

ROLLO, M. A. P. **As novas dinâmicas do território brasileiro no período técnico-científico-informacional:** o circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no Sul de Minas. Dissertação de Mestrado em Geografia: UNESP - campus Rio Claro, 2009.

SAES, M. S. M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café.** 1 ed. FAPESP / Ed. Annablume, 1997.

SAES, M. S. M. NAKAZONE, D. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil:** impactos das zonas de livre comércio. Cadeia: Café. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT/MDIC, 2002. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/cadeiasprodutivas>>. Acesso em: 15 jul. 2004Braga (2001)

SANDRONI, P (Org.) **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. **Da Política dos Estados à Política das Empresas.** In: Cadernos da Escola do Legislativo, Ano 3, nº 6, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, julho-dezembro, 1997, pp. 9-23.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Edusp, 2012b.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial.** Território n.6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.

_____. **Técnica espaço tempo.** Editora Hucitec, 1994.

_____. **Sociedade e Espaço:** a formação social como teoria e como método. 6

SEBRAE. **Boletim Setorial do Agronegócio:** café. Recife, 2011. Disponível em: <<http://177.52.17.17:8030/downloads/boletim-cafe.pdf>>. Acessado em: 16, jun. 2012.

SILVEIRA, M. L. **Região e Globalização**: pensando um esquema de análise. *Redes* (Santa Cruz do Sul), v. 15, n. 1, p. 74 - 88, jan./abr. 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988

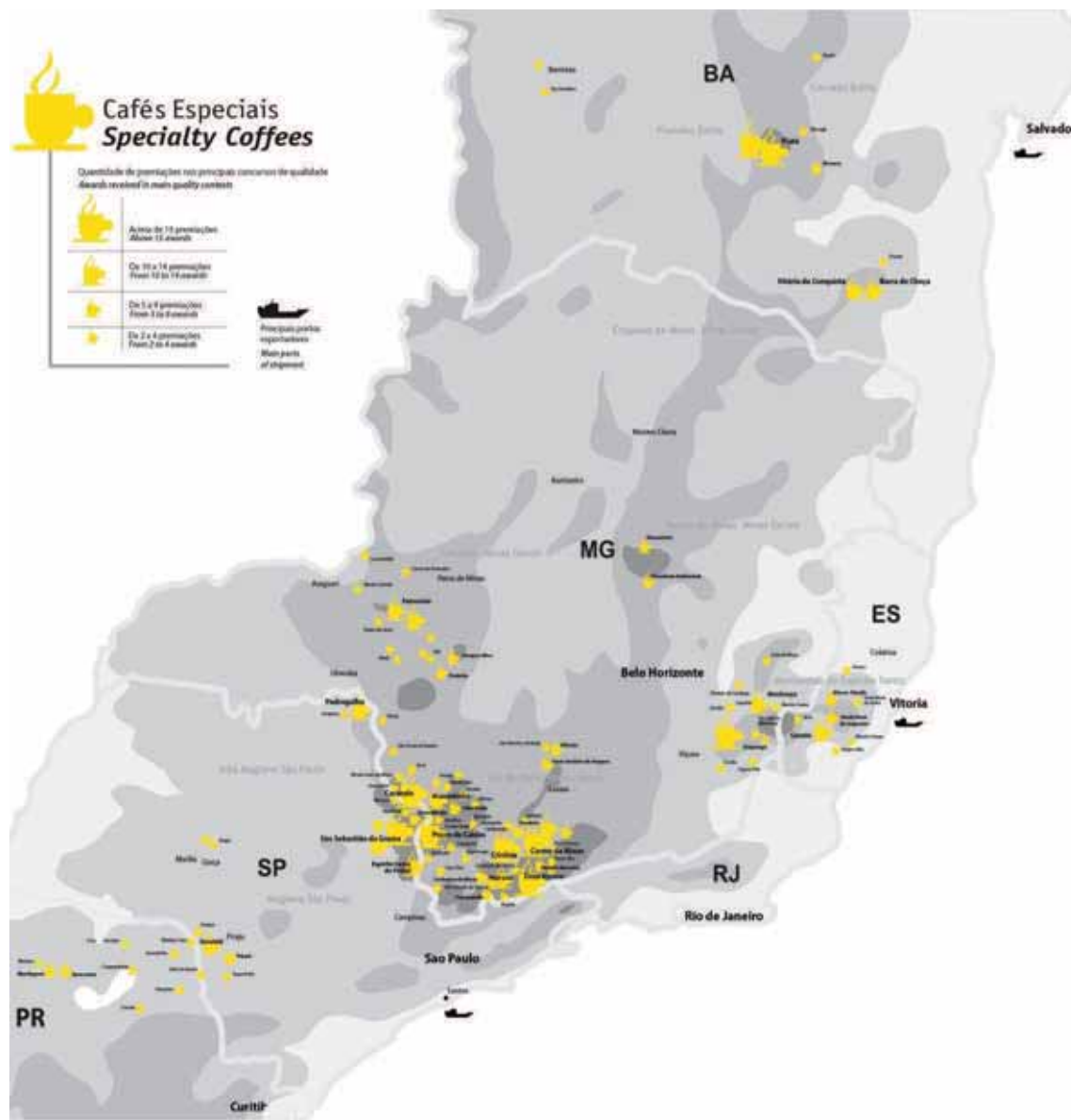
SOUZA, M. C. M. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem**: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários. Tese de Doutorado em Ciência Ambiental: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-22112011-161753/pt-br.php>>. Acessado em: 16, jun. 2012.

TALBOT, J. M. **Grounds for agreement**. The political economy of the coffee commodity chain. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, INC. 2004.

ZYLBERSTAJN, D.; FARINA, E. M. M. Q. (Coords.) **Diagnóstico sobre o sistema agroindustrial de cafés especiais e qualidade superior do estado de Minas Gerais**. Relatório Final ENSA/FEA/USP. 174p. São Paulo: SEBRAE –MG, 2001.

ANEXOS

ANEXO B - Mapa detalhado da quantidade de concursos vencidos por cada região produtoras de café, elaborado pela empresa Bourbon Specialty Coffees



ANEXO C - Prêmios conquistados pelos produtores da associados à COCARIVE

Associação Brasileira de Cafés Especiais – BSCA



CUP OF EXCELLENCE – Early Harvest

2013

1º lugar	Marisa Pereira Coli	Carmo de Minas
3º lugar	José Wagner Ribeiro Junqueira	Carmo de Minas

2012

1º lugar	Vinicius José Carneiro Pereira	Olímpio Noronha
----------	--------------------------------	-----------------

2011

3º lugar	Jabes Carvalho Junqueira	Carmo de Minas
----------	--------------------------	----------------

2010

1º lugar	Cláudio Carneiro Pinto	Carmo de Minas
2º lugar	José Wagner Ribeiro Junqueira	Carmo de Minas
3º lugar	Márcio Heleno Carvalho Junqueira	Dom Viçoso

2009

2º lugar	Paulo Sérgio Noronha Barleta	Olímpio de Noronha
----------	------------------------------	--------------------

2008

1º lugar	Ralph de Castro Junqueira	Carmo de Minas
2º lugar	Antônio Márcio Pereira de Castro	Carmo de Minas

2006

1º lugar	Cicero Viegas Cavalcanti de Albuquerque	Carmo de Minas
2º lugar	Guilherme Dias de Castro	Jesuânia
3º lugar	Francisco Isidoro Dias Pereira	Carmo de Minas

2005

1º lugar	Francisco Isidoro Dias Pereira	Carmo de Minas
2º lugar	Antônio José Junqueira Villela	Carmo de Minas
3º lugar	Luiz Roberto Moreira Ribeiro	Carmo de Minas

2004

2º lugar	Pedro Augusto Ferraz Junqueira	Carmo de Minas
3º lugar	Cicero Viegas Cavalcanti de Albuquerque	Carmo de Minas

2003

2º lugar	Cicero Viegas Cavalcanti de Albuquerque	Carmo de Minas
3º lugar	Maria Rogéria Costa Pereira	Carmo de Minas

2002

1º lugar	José Carlos Pereira de Castro	Cristina
2º lugar	Jacques Pereira Carneiro	Cristina
3º lugar	Cláudio Carneiro Pinto	Carmo de Minas

CUP OF EXCELENCE - Natural Late Harvest

2013

1º lugar	Cinthia Dias Villela	Carmo de Minas
2º lugar	Antônio Forbes Bustamante	Conc. das Pedras
3º lugar	Marcio de Souza Franqueira	Carmo de Minas

2012

1º lugar	Jesimar de Oliveira Sandi	Conc. das Pedras
2º lugar	Amauri Dias de Castro	Jesuânia
3º lugar	José Flávio Ferraz Reis	Carmo de Minas

2011

1º lugar	Luiz Flávio Pereira de Castro	Carmo de Minas
2º lugar	Ana Cristina Junqueira Villela	Dom Viçoso
3º lugar	Kleber de Castro Junqueira	Carmo de Minas

EMATER - MG



Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais

Categoria Café Cereja Descascado/Desmucilado

2013

1º lugar	André Villela Junqueira	Soledade de Minas
2º lugar	Luiz Octávio Laurino Pereira	Carmo de Minas

Categoria Café Cereja Descascado/Desmucilado

2012

1º lugar	José Roberto Canato	Carmo de Minas
----------	---------------------	----------------

Categoria Café Natural

2012

1º Lugar	José Roberto Canato	Carmo de Minas
----------	---------------------	----------------

Categoria Café Cereja Descascado/Desmucilado

2011

1º Lugar	José Wagner Ribeiro Junqueira	Carmo de Minas
2º Lugar	José Flávio Ferraz Reis	Carmo de Minas
3º Lugar	Jabes Carvalho	Carmo de Minas

Categoria Café Natural

2011

1º Lugar	Antônio Mello Canato	Carmo de Minas
2º Lugar	José Ribeiro Carvalho	Dom Viçoso
3º Lugar	Pedro Sérgio Ferraz Reis	Carmo de Minas

Categoria Café Cereja Descascado/Desmucilado

2010

1º Lugar	Ralph de Castro Junqueira	Carmo de Minas
----------	---------------------------	----------------

Categoria Café Cereja Descascado/Desmucilado

2009

2º Lugar	Ralph de Castro Junqueira	Carmo de Minas
3º Lugar	Marcelo Carvalho Ferraz	Dom Viçoso

Categoria Natural

2009

3º Lugar	José Roberto Canato	Carmo de Minas
----------	---------------------	----------------

Categoria Café Cereja Descascado/Desmucilado

2008

2º Lugar	Flavio Roberto Carvalho Ferraz	Dom Viçoso
----------	--------------------------------	------------

Categoria Café Cereja Descascado/Desmucilado

2007

1º lugar	Ralph de Castro Junqueira	Carmo de Minas
3º lugar	Cicero Viegas Cavalcanti de Albuquerque	Carmo de Minas

Categoria Café Cereja Descascado/Desmucilado

2006

2º lugar	Cicero Viegas Cavalcanti de Albuquerque	Carmo de Minas
----------	---	----------------

Categoria Café Familiar Natural

2005

1º lugar	Luiz Paulo Dias Pereira	Carmo de Minas
----------	-------------------------	----------------

Categoria Café Natural

2004

2º lugar	Maria José Junqueira de Carvalho	Soledade de Minas
----------	----------------------------------	-------------------

ABIC



Concurso ABIC de Qualidade de Café

Categoria Café Natural

2012

2º lugar	José Roberto Canato	Carmo de Minas
----------	---------------------	----------------

Categoria Café Cereja Descascado

2012

1º lugar	José Roberto Canato	Carmo de Minas
----------	---------------------	----------------

Categoria Café Natural

2011

1º lugar	Antônio Mello Canato	Carmo de Minas
----------	----------------------	----------------

Categoria Café Cereja Descascado

2011

3º lugar	José Wagner Ribeiro Junqueira	Carmo de Minas
----------	-------------------------------	----------------

Categoria Café Cereja Descascado

2006

2º lugar	Cláudio Carneiro Pinto	Carmo de Minas
----------	------------------------	----------------

Categoria Café Cereja Descascado

2005

2º lugar	Cláudio Carneiro Pinto	Carmo de Minas
3º lugar	Mariana de Carvalho Junqueira	Dom Viçoso

ILLYCAFÉ

PRÊMIO BRASIL DE QUALIDADE DO CAFÉ PARA ESPRESSO



Prêmio Brasil de Qualidade de Café para Expresso

2011

2º lugar	Marisa Coli Noronha	Carmo de Minas
3º lugar	José Flavio Ferraz Reis	Carmo de Minas

2010

2º lugar	Mariana de Carvalho Junqueira	Dom Viçoso
----------	-------------------------------	------------

2005

1º lugar	Pedro Paulo Dias Chaib de Souza	Carmo de Minas
----------	---------------------------------	----------------

Vencedores Regionais - Prêmio Illy

2013

	José Roberto Canato	Carmo de Minas
--	---------------------	----------------

2012

	Luiz Roberto Moreira Ribeiro	Virgínia
	Sebastião Márcio Pereira Nogueira	Carmo de Minas

ANEXO D – Fazendas vencedoras do concurso *Cup of Excellence* para colheita antecipada do café - 2013

2013	Winning Farms	National Jury	International Jury	Auction Results	Auction Commissions
------	---------------	---------------	--------------------	-----------------	---------------------

Bolivia	Brazil Early Harvest 2013				
Brazil Early Harvest	Brazil 2013				
Brazil Late Harvest	Winning Farms				
Burundi Program	The winning lots are coffees scoring 85 points and above in each cupping by both the National Jury and the Cup of Excellence International Jury. These coffees have each been cupped a minimum of five different times during the cupping process.				
Colombia North	Rank	Size	Farm	Farmer	Region
Colombia South	1	30	Sítio São Francisco de Assis	Marisa Coll Noronha	Carmo de Minas, MG
Costa Rica Program	2	22	Fazenda Rainha	Fazenda Sertãozinho LTDA	São Sebastião da Gramma, SP
El Salvador Program	3	34	Serra das Três Barras	José Wagner Ribeiro Junqueira	Carmo de Minas, MG
Guatemala Program	4	32	Sítio Santa Terezinha	Edson Rosa Garcia	Carmo de Minas, MG
Honduras Program	5	58	Fazenda Recreio	Homero Teixeira de Macedo Júnior	São Sebastião da Gramma, SP
Mexico Program	6	24	JR (Junqueira Reis)	José Flávio Ferraz Reis	Carmo de Minas, MG
Nicaragua Program	7	30	Sítio Bela Vista	Márcio Heleno de Carvalho Junqueira	Dom Viçoso, MG
Rwanda Program	8	36	Fazenda São Benedito	Antônio José Junqueira Villela e outros	Carmo de Minas, MG
	9	46	Sítio Monte Alegre	Glycia Emerenciana Pereira Carneiro	Carmo de Minas, MG
	10	22	Rancho São Pedro	Pedro Sérgio Ferraz Reis	Carmo de Minas, MG
	11a	54	Fazenda da Pedra	Renata Guerra de Castro	Carmo de Minas, MG
	11b	46	Fazenda Santa Lúcia II	Helcio Carneiro Pinto e Outros	Carmo de Minas, MG
	12	98	Fazenda Monte Verde	José Roberto Canato	Carmo de Minas, MG
	13	32	Sítio Sertão da Bateia	Marcos Antonio Nalli	Castelo, ES
	14a	32	Sítio da Serra	Márcio de Souza Franqueir	Carmo de Minas, MG
	14b	26	Da Gema	Luiz Octávio Laurino Pereira	Carmo de Minas, MG
	15	46	Fazenda DO IP	Luiz Paulo Dias Pereira e Outros	Carmo de Minas, MG
	16a	26	Sítio Santa Mariana II	Samuel Junqueira Villela	Dom Viçoso, MG
	16b	56	Sítio Araucária	Kleber de Castro Junqueira	Carmo de Minas, MG
	17	46	Água Limpa	José Clênio Pereira	Cristina, MG
	18	32	Sítio da Torre	Álvaro Antônio Pereira Coll	Carmo de Minas, MG
	19	28	Sítio Santa Mariana I	Lucas Junqueira Villela	Dom Viçoso, MG
	20a	46	Santo Expedito	Maria do Carmo Neiva Junqueira	Carmo de Minas, MG
	20b	22	Fazenda Dona Nenem	Eduardo Pinheiro Campos	Presidente Olegário, MG
	21	30	Fazenda Ouro Verde	Candido Vladimir Ladeira Rosa	Piatã, BA
	22a	24	Marimbonde	José Mauro Pereira Junqueira	Carmo de Minas, MG
	22b	44	Pedra Preta	Murilo Neiva Junqueira	Carmo de Minas, MG
	23	42	Fazenda da Mata	Lúcia Cristina Ianacone	Carmo de Minas, MG
	24	26	Sítio Paraíso	Cristiana Maria Carneiro Bustamante Figueira	Condição das Pedras, MG
	25	28	Sítio d'Água Limpa	Marianna Carneiro de C. Junqueira	Carmo de Minas, MG
	26	20	Sítio Primavera	Romário José Fontes	Piatã, BA
	27	58	Fazenda Sertãozinho	Café Orfeu	Botelhos, MG

Fonte: <http://www.allianceforcoffeexcellence.org>

ANEXO E – Fazendas vencedoras do concurso *Cup of Excellence* para colheita tardia do café seco ao natural - 2014

2014 ▼	Winning Farms	National Jury	International Jury	Auction Results	Auction Commissions
--------	---------------	---------------	--------------------	-----------------	---------------------

Bolivia	Brazil Late Harvest 2014				
Brazil Early Harvest	2014 Brazil Late Harvest Cup of Excellence® Competition				
Brazil Late Harvest	Winning Farms				
Burundi Program	The winning lots are coffees scoring 85 points and above in each cupping by both the National and International Juries. These coffees have each been cupped a minimum of five different times during the competition process.				
Colombia North					
Colombia South					
Costa Rica Program					
El Salvador Program					
Guatemala Program					
Honduras Program					
Mexico Program					
Nicaragua Program					
Rwanda Program					

Rank	Size	Form	Farmer	Region	Score
1	28	Nossa Senhora Aparecida	Cinthia Dias Villela	Carmo de Minas, MG	92.22
2	36	Fazenda Paraíso	Antônio Fortes Bustamante	Conceição das Pedras, MG	90.25
3	26	São da Serra	Márcio de Souza Franqueiro	Carmo de Minas, MG	90.19
4	30	Sítio São Francisco de Assis	Marcos Coli Noronha	Carmo de Minas, MG	89.94
5	32	Gleba Da Chacara	Carolina Coli Garcia	Carmo de Minas, MG	89.89
6	28	Sítio Santa Terezinha	Edson Rosa Garcia	Carmo de Minas, MG	89.38
7	22	Fazenda Recreio	Homero Teixeira de Macedo Júnior	São Sebastião da Gramma, SP	89.06
8	24	Sítio São Sebastião	Marlise Pereira Junqueira	Cristina, MG	88.91
9	22	Sítio Dois Irmãos	Guy Junqueira Villela	São Lourenço, MG	88.59
10	24	Serra das Três Barras	José Wagner Ribeiro Junqueira	Carmo de Minas, MG	88.19
11	28	Sítio Santo Antonio	Jordair Vicente Sandi	Dom Viçoso, MG	86.78
12	26	Sítio Bela Vista	Márcio Heleno de Carvalho Junqueira	Dom Viçoso, MG	86.75
13	22	Fazenda Rainha	Fazenda Sertãozinho LTDA	São Sebastião da Gramma, SP	86.66
14a	22	Sítio Caparaó	José Carlos Pereira	Araponga, MG	86.63
14b	30	Fazenda da Pedra	Renata Guerra de Castro	Carmo de Minas, MG	86.63
15	22	Pedra II	Lilian Ribeiro Matuck	Soledade de Minas, MG	86.22
16	38	Sítio Neneias	Marcos Sebastião de Lima	Araponga, MG	86.16
17a	26	Fazenda Sertãozinho	Café Orfeu	Botelhos, MG	86.06
17b	22	Faz dos Tachos	Adelino R B Somboloni	Varginha, MG	86.06
18	36	Sítio São Bento dos Tachos	Marcos Rabelo de Rezende	Varginha, MG	85.91
19	50	Chapadão de Ferro	Ruyvaldo Dalariense	Patrocínio, MG	85.78
20	44	Sítio Nossa S. Carmo	Severino Breno Pereira Junqueira	Carmo de Minas, MG	85.56
21	38	Sítio Rocinha	Demétrio Flaviano de Oliveira	Pedraiva, MG	85.50

Fonte: <http://www.allianceforcoffeeexcellence.org>